



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS (CFCH)
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**UMA CIDADE ENTRE PÁGINAS, SENTIDOS E CONTRADIÇÕES:
CULTURA ESCRITA, USOS POLÍTICOS E CONSTRUÇÃO DE
MEMÓRIAS NO RECIFE (1910-1920)**

THIAGO ABERCIO CORDEIRO DE OLIVEIRA

RECIFE/PE
2023

THIAGO ABERCIO CORDEIRO DE OLIVEIRA

**UMA CIDADE ENTRE PÁGINAS, SENTIDOS E CONTRADIÇÕES:
CULTURA ESCRITA, USOS POLÍTICOS E CONSTRUÇÃO DE
MEMÓRIAS NO RECIFE (1910-1920)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito para a aprovação na disciplina
de TCC 2, ministrada pelo Prof. Dr. Bruno
Kawai, do curso de Licenciatura em História
da UFPE.

Orientador: Prof^o Dr^o Bruno Kawai Souto
Maior de Melo.

RECIFE/PE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Oliveira, Thiago Abercio Cordeiro de.

Uma cidade entre páginas, sentidos e contradições: cultura escrita, usos políticos e construção de memórias no Recife (1910-1920) / Thiago Abercio Cordeiro de Oliveira. - Recife, 2023.

125p. : il.

Orientador(a): Bruno Kawai Souto Maior de Melo

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, História - Licenciatura, 2023.

1. Modernização do Recife. 2. Revistas. 3. Cultura escrita. 4. Memórias. 5. Identidades. I. Melo, Bruno Kawai Souto Maior de . (Orientação). II. Título.

900 CDD (22.ed.)

THIAGO ABERCIO CORDEIRO DE OLIVEIRA

**UMA CIDADE ENTRE PÁGINAS, SENTIDOS E CONTRADIÇÕES:
Cultura escrita, usos políticos e construção de memórias no Recife
(1910-1920)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à banca examinadora na
Universidade Federal de Pernambuco,
como parte das exigências para a
obtenção do título de Licenciado em
História.

Aprovado em: 14/03/2023.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Bruno Kawai Souto Maior de Melo (Orientador)

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Flávio Weinstein Teixeira

Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

Dedico este trabalho a todo aquele que, assim como eu, é acometido pela inquietação de perscrutar as camadas que formam o passado e o presente humano, acreditando que o trabalho do historiador ainda se faz necessário em uma sociedade que despreza o(s) seu(s) passado(s).

AGRADECIMENTOS

Antes mesmo de expressar e direcionar a minha gratidão às pessoas que me fazem todos os dias, gostaria de fundamentar a minha gratidão em meu Deus, motivo e razão pela qual existo e permaneço vivendo em fé, amor e graça; o que me moveu enquanto eterno estudante e pesquisador na área da História foi o fato de um dia ter sentado à mesa da graça de Cristo, onde todos possuem lugar, especialmente os esquecidos, marginalizados e invisibilizados por um mundo caído que continua nutrindo individualismos e desigualdades. Esse trabalho, portanto, é uma prova de minha fé ao tentar dar voz àqueles que foram silenciados pelas estruturas de poder e hierarquias sociais no passado. A escrita, nesse sentido, foi e continuará sendo a minha oração – glorifico a Deus por isto.

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para minha formação pessoal, intelectual e acadêmica; somos constantemente feitos por outros, é na relação dialógica e relacional proposta por Martin Buber, *eu-tu*, que somos formados. Inicialmente, direciono essa pesquisa aos seres que me conceberam e foram meu refúgio durante toda a vida, aos meus pais: Kátia Cristina de Oliveira Barbosa e Marcio Abercio Cordeiro de Oliveira. Foram eles que insistiram e me incentivaram desde minha infância, mostrando que a educação seria o meio que me faria chegar em lugares mais altos. Seja pelo aporte financeiro de toda a vida ou pelo amor e esperança concedidos nos dias difíceis, meu muito obrigado a vocês, mãe e pai; graças a vocês cheguei a um lugar mais alto que vocês tanto sonharam para mim – e claro que o meu irmão, Lucas Henrique, também teve um papel fundamental durante todo esse processo.

A minha noiva que, em alguns dias, será minha esposa, Rayane Nascimento, obrigado por ter sido o meu refúgio nos momentos em que me desesperei por crer que essa pesquisa, assim como meus sonhos, não dariam certo; somente você, meu amor, segurou minha mão durante todo o processo em que precisei conciliar a monografia, trabalhos, aulas para planejar e ministrar, nosso casamento para sonhar e pagar todas as contas, prazos curtos, planejamentos frustrados, assim como todas as vezes em que fui rejeitado numa oportunidade por não ter o certificado de conclusão de curso. O processo de gestação e conclusão deste trabalho se deu por um propósito maior – e somente você compreendeu e me acolheu em todo o tempo. Obrigado por ser minha companheira em todas as estações, especialmente nos invernos da alma. Te amarei por toda a vida.

Ao meu querido orientador, Bruno Kawai, muito obrigado por desde os meus primeiros períodos na graduação em História da UFPE você ter se apresentado como uma grande inspiração para minha pessoa. A você, sem dúvidas, agradeço por ter me concedido espaço suficiente para pensar e amadurecer a temática estudada, assim como por, durante meses, ter me inseridos na mesa e nos trabalhos dos grandes historiadores e historiadoras que fazem a profissão do historiador valer tanto a pena. Obrigado pela humildade, indicações e disponibilidade em prontamente ouvir e direcionar os seus orientados. Obrigado por me fazer entender o meu ofício como sendo bifurcado entre o passado e o presente, uma mistura de abstração, através dos esquemas de interpretação de mundos, e concretude do tempo presente que nos toma. Espero fazer valer neste trabalho as suas orientações.

Aos meus amigos de caminhada, em especial Anderson Oliveira, Tayron Henrique, Normando José, Pedro Ivo, Davi Bezerra, Izaías Junior, Paula Clarisse, Thulio Aquino, Moysés Barreto e tantos outros, que dentro e fora da universidade, compartilharam o meu crescimento e desafios superados em cada trabalho, prova e desabafos. Devo muito a vocês, amigos.

Minha gratidão aos meus professores de História do Ensino Superior, Marília Azambuja, Arnaldo, Camila, Christine Dabat, George Cabral, Antonio Alves, Regina, Renato Pinto, Severino Vicente, Rômulo Xavier, Antonio Paulo Rezende, Suzana Cavani, Patrícia Pinheiro e tantos outros; em especial, meu muito obrigado a Levi – o que seria de nós sem o seu trabalho dedicado ao departamento?! Obrigado por terem me guiado e me tornado um professor e um historiador melhor. Obrigado por fazerem olhar a realidade e apreendê-la com os conceitos, métodos e ferramentas da história.

A Biblioteca Nacional e Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), pela disposição gratuita e perene do acervo histórico e iconográfico virtual, a PROAES e a UFPE, pela tão necessária assistência estudantil concedida em 2017, que contribuiu para a minha manutenção no ambiente universitário.

Por fim, a todos que, não citados aqui devido ao esquecimento, contribuíram na minha formação. A todos vocês, e a mim, a meu esforço pessoal e a minha curiosidade e inquietação pelo saber, dedico esse Trabalho de Conclusão de Curso. Meu mais singelo muito obrigado, sempre.

A obra é divina, a alma é humana [Fernando Pessoa]. Essa pesquisa é uma forma de exprimir as inquietações de uma alma, mente e coração.

Soli Deo Gloria.

“[...] um tempo que não é mais simples receptáculo indiferente das ações memoráveis, destinadas aos que devem ser memoráveis por sua vez, mas o tecido mesmo do agir humano em geral; um tempo qualificado e engajado, que traz promessas e ameaças; um tempo que iguala todos que lhe pertencem: os que pertencem e os que não pertencem à ordem da memória. A história sempre foi história apenas daqueles “que fazem história”. E a era da história é aquela em que qualquer um pode fazê-la, porque todos já a fazem, porque todos são feitos por ela. A história é o tempo em que aqueles que não têm o direito de ocupar o mesmo lugar podem ocupar a mesma imagem.”

(RANCIÈRE, 2018, p. 19)

RESUMO

Esse trabalho discute as relações e intersecções entre as principais revistas recifenses e os projetos e discursos políticos existentes no contexto histórico da cidade do Recife nas primeiras décadas do século XX, período temporal em que as principais capitais brasileiras passaram por uma série de transformações visando urbanizar e modernizar o campo material, por meio dos discursos e práticas que buscavam a construção e cristalização de memórias formadoras do cotidiano e das sociabilidades da cidade. De modo a compreender essa conjuntura, a presente pesquisa trouxe como proposta de estudo e análise historiográfica compreender e analisar o lugar que a imprensa periódica, em especial as revistas, ocupou enquanto agente ativo que constantemente interagiu na formação da mentalidade e na constituição de uma memória coletiva naquele contexto marcado por configurações de identidades. Para tanto, utilizamos algumas das principais revistas que tiveram circulação significativa no cenário social da cidade, sendo elas: a Revista da Cidade, Rua Nova, Mauricea e A Pilhéria. A reflexão central é demonstrar o quanto os espaços das revistas eram politicamente comprometidos na constituição de identidades.

Palavras-chave: Imprensa; Cultura escrita; Representação simbólica; Memória; História social da Cidade.

ABSTRACT

This work discusses the relationships and intersections between the main Recife magazines and the existing political projects and discourses in the historical context of the city of Recife in the first decades of the 20th century, a time period in which the main Brazilian capitals underwent a series of transformations aimed at urbanizing and to modernize the material field, through discourses and practices that sought the construction and crystallization of memories that formed the daily life and sociability of the city. In order to understand this situation, the present research brought as a study proposal and historiographical analysis to understand and analyze the place that the periodical press, especially magazines, occupied as an active agent that constantly interacted in the formation of mentality and in the constitution of a memory collective in that context marked by configurations of identities. To do so, we used some of the main magazines that had significant circulation in the social scene of the city, namely: Revista da Cidade, Rua Nova, Mauricea and A Pilheria. The central reflection is to demonstrate how much the spaces of the magazines were politically compromised in the constitution of identities.

Keywords: Press; Written culture; Symbolic representation; Memory; Social history of the City.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: NOTÍCIAS, REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS DE UMA CIDADE EM CONFRONTOS DISCURSIVOS	11
--	-----------

CAPÍTULO 1

O RECIFE ENTRE O PASSADO, FUTURO E EPIFANIAS	20
---	-----------

1.1 O PAPEL DO DISCURSO E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PAÍS NA PRIMEIRA REPÚBLICA	24
---	----

1.2 OS "RASGOS" PROJETADOS NA CONFIGURAÇÃO URBANA DO RECIFE, FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX	29
---	----

CAPÍTULO 2

TEXTO E CONTEXTO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CIDADE NAS REVISTAS DO "NOVO" RECIFE	41
--	-----------

2.1 AS REVISTAS ENQUANTO ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E PALAVRAS (RE)VISTAS	45
--	----

2.2 PODER E PERIÓDICO: A FORÇA DA PROPAGANDA E DA PALAVRA NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NO RECIFE	61
---	----

2.3 A FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCRITA NAS REVISTAS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: A PHILÉRIA, RUA NOVA, MAURICÉA E REVISTA DA CIDADE	92
---	----

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	118
--------------------------------	------------

REFERÊNCIAS	121
--------------------	------------

INTRODUÇÃO: NOTÍCIAS, REPRESENTAÇÕES E MEMÓRIAS DE UMA CIDADE EM CONFRONTOS DISCURSIVOS

Os tempos históricos dialogam continuamente, e são um todo vivo que carrega, além das ações humanas, os sentidos e projeções que os sujeitos da História promovem em suas dinâmicas sociais internas. Há diversos vestígios que evidenciam em algum grau os diferentes sentidos, narrativas e desdobramentos históricos de um passado. Conforme mencionou o historiador francês Marc Bloch em uma de suas célebres obras: "[...] A diversidade dos testemunhos históricos é quase infinita. Tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca, pode e deve fornecer informações sobre ele" (BLOCH, 2001, p. 79). Sendo assim, é papel e ofício do historiador não pensar apenas os "homens", mas também a dimensão da duração em que estão inseridos, o recorte em que seu pensamento toca, e diante disto, o presente trabalho analisará algumas questões no tocante à cidade do Recife nos anos 1920, considerando algumas implicações do processo de urbanização e modernização do espaço, assim como a concretização do ideal de progresso por meio de alguns elementos constituintes do cotidiano dos indivíduos, em especial alguns periódicos.

Nessa direção, recorreremos aos documentos históricos do período, mas os textos ou fontes, por mais claras que sejam, não falam, e nesse estado natural das coisas, faz-se necessário interrogá-las e problematizá-las nas mais variadas possibilidades. A busca precisa ter uma direção, o que implica dizer, é claro, que outras direções são abandonadas. Infelizmente – ou felizmente –, em história, toda escolha implica várias renúncias. Escolher uma forma de olhar o passado e interrogá-lo é também escolher várias formas de não olhar. Como o Recife foi publicizado nas principais revistas da cidade e quais os impactos políticos (*lato sensu*) que esses impressos trouxeram para os grupos sociais, especialmente a elite intelectual e política existente naquele contexto? Como esse tipo de programação impressa favoreceu ou contribuiu para a concretização dos discursos e projetos políticos que vigoravam? Quais os autores que contribuíram com suas ideias e escrita no corpo editorial dos periódicos e como as retóricas veiculadas por eles contribuiu na configuração de certas identidades, memórias e *ethos* social de uma cidade em conflito? Esses foram alguns dos questionamentos norteadores

que, após longa análise e reflexão em torno das fontes, me fez chegar à conclusão de que a imprensa teve um papel muito mais relevante e ativo na formação social da cidade do que parece, assim como os autores carregavam ideários políticos que, em alguns casos, colaboraram para os projetos modernizantes em busca do progresso. As revistas surgem como uma exigência da vida moderna, sendo responsáveis por fixar fragmentos de uma dinâmica social demasiadamente acelerada. Por "revistas" não nos referimos apenas ao objeto inanimado caracterizado por fluidez e dinamicidade de textos e imagens; sob a ótica da cultura escrita - entendida aqui como um sistema de representação do mundo e de si mesmo que se constitui por meio da leitura e da escrita - compreendo esse tipo de periódico como um conjunto de elementos que envolve uma rede de autores, juntamente a determinados suportes materiais utilizados, formatos bem definidos, técnicas de escrita e leitura que são reconhecidas pelas instituições que regem e disseminam os textos. Para o historiador francês Roger Chartier, um dos mais importantes expoentes da contemporaneidade, a cultura escrita é um dos elementos fundamentais na construção das identidades individuais e coletivas, na produção do conhecimento e na formação da memória histórica.

Como ensinado pelo escritor italiano Ítalo Calvino, a cidade deve ser vista para além de um amontoado de pedras e concreto, ou simplesmente como um conceito geográfico, e tal questão fica ainda mais clara quando se investiga os seus tempos históricos. A cidade, afirma Calvino, "[...] não conta o seu passado, ela o contém como as linhas na mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras..." (1990, p. 15), e mais ainda, é o espaço marcado por carregar uma infinidade de símbolos e narrativas retóricas fundamentadas numa gama de interesses, desejos e sentidos políticos e culturais que constituem o cotidiano de uma sociedade.

Com o processo de Reforma Urbana ocorrido no bairro do Recife, articulada em fins do século XIX, e concretizada nas primeiras décadas do século XX, nos anos 1910 e 1913, percebe-se uma reconfiguração social e cultural significativa na paisagem espacial e humana da cidade, caracterizada pela ascensão da *belle époque* recifense, somada a um período em que o progresso se inscreve como um grande marcador dos espaços retóricos, e a racionalização do espaço tende a compreender a veneza brasileira como o grande "*Império do progresso*".

Há, conforme percebe-se na análise das fontes primárias, principalmente por meio da imprensa e dos periódicos, a busca por uma imagem técnica e racionalizante do Brasil, contudo é válido ressaltar que tal preocupação latente durante esse espaço temporal e espacial não está isolada das demais transformações externas e mundiais e, portanto, não nasce no vazio. O anseio pela construção de uma imagem técnica do Brasil e, em especial, da cidade do Recife se insere num processo de modernização das relações sociais e culturais dos indivíduos.

De modo a compreender essa conjuntura, a presente pesquisa trouxe como proposta de estudo e análise historiográfica compreender e problematizar o lugar que a imprensa periódica, em especial as revistas, ocupou enquanto agente ativo que constantemente interagiu na formação de mentalidade coletiva naquele contexto; qual o significado das revistas no quadro mais amplo do impresso no Brasil? Essa é uma das questões levantadas na presente pesquisa. Esse trabalho incide, em partes, sobre a história das revistas periódicas publicadas na cidade do Recife, entre 1910 e 1920, buscando dimensionar o seu significado num contexto mais amplo. Seja enquanto *objeto de análise* que deve ser historicizado ou como *fonte* documental que, junto a outras fontes – memórias, iconografia, jornais, historiografias e bibliografia do período –, tornou possível a reconstrução da história do período aqui analisado, as revistas também podem ser analisadas e estudadas para além de uma abordagem cultural, apesar da gigantesca importância dessa dimensão historiográfica; essa parte integrante do que se convencionou chamar de *imprensa periódica* também pode ser analisada como um agente ativo na conformação de imaginários segundo uma cultura política constituída por narrativas e intencionalidades dos sujeitos, em sua maioria redatores letrados e intelectuais, que formavam o *corpus* integrante desses espaços. Há uma carga de historicidade impregnada nas publicações já amareladas e esquecidas no tempo presente.

Grande parte dos estudos que buscaram reconstruir o passado recifense se assentam na compreensão geral de que seja a transformação dos espaços da cidade ou até mesmo as tentativas de uma construção de um imaginário coletivo, ambas as dimensões são frutos do que denominamos na historiografia como *modernidade*.

A modernidade, por assim dizer, é um grande período marcado por mudanças culturais e psicológicas, e são muitos os seus sintomas, dentre eles uma nova noção de

homem e natureza são gradualmente geradas, fruto de diversas correntes de pensamento, para citar algumas delas, o iluminismo, e posteriormente o positivismo, que, enquanto paradigma, teve grande influência nas sociedades do século XIX e início do XX. Um dos grandes impactos da modernidade na mentalidade social foi, e talvez ainda seja, sem dúvidas, o reconhecimento do sujeito enquanto ser autônomo (ARENDT, 1988); o poder de se questionar e se auto-reformular passam a colocar o indivíduo como sendo sua maior referência. Segundo Hanna Arendt, para onde o homem olha, ele só vê a si mesmo, tendo em vista que a prática da modernidade é, em linhas gerais, uma contínua busca do homem em si próprio.

É nesse contexto histórico que a concepção e práticas de progresso técnico, social e moral (higienista) - no caso das políticas articuladas no processo de urbanização e mudança das principais capitais do Brasil no início do século XX - se instalam, havendo, sobretudo, uma certa relação na forma como o próprio indivíduo compreende a si mesmo especialmente nos discursos produzidos no cotidiano social daquele tempo, como também a ideia de que as práticas que buscavam o dito progresso, no nosso caso, na cidade do Recife, não nasciam no vazio. E essa relação não poderia ser naturalizada em nossa análise.

Dentro desse aspecto, pode-se dizer que o Recife não estava isolado das mudanças ocorridas no contexto nacional em plena década de vinte, e tinha uma notoriedade substancial, mesmo diante das crises econômicas e políticas internas, como a crise do sistema açucareiro, as cisões políticas locais devido ao crescimento abrupto da população e, conseqüentemente, das demandas no espaço físico e social, e tal afirmativa pode ser medida, conforme o historiador Antônio Paulo Rezende, de acordo com "[...] o crescimento expressivo: dos 113 mil habitantes que tinha em 1900, [...] para 239 mil em 1920" (p. 3). Conforme afirma Cátia Lubambo: "[...] O projeto de melhoramentos daria à cidade um Porto moderno e equipado, ao qual deveria se atrelar uma cidade nova, moderna e limpa..." (LUBAMBO, p. 20). A mudança do comportamento, costumes e cotidiano da cidade se deu também num período de reorganização dos serviços de higiene e saúde pública, tendo como grande precursor Amaury de Medeiros, trabalhando propostas, consideradas por seus autores, como civilizatórias, conforme o grande lema: "urbanizar, civilizar e modernizar". O modelo europeu de modernização foi tomado como referencial a ser seguido e concretizado na

cidade recifense, sobretudo, nas mentalidades, evidente em um dos artigos escritos por Medeiros, onde ele afirma que:

[...] Nós somos os pregoeiros de espírito novo e prático que quer as coisas humanas; nós somos os apóstolos de uma higiene muito mais racional que, em vez de querer colocar-se como ciência intagível e quase divina, a sombra de uma saúde sem preço, a quer produtiva e simples como indústria”.¹

Para analisar tais tensões nas políticas de modernização e o problema anteriormente mencionado, optou-se pela investigação de três Revistas que circularam durante a década de 1920, e que tinham como objetivo apresentar periodicamente recortes do cotidiano social da cidade, buscando construir cenários de um espaço progressista e urbano, sem os seus traços coloniais marcados pela insalubridade e doenças. Era bastante significativa a circulação de jornais e revistas na cidade, sendo estas meios de divulgação de ideias e visões sobre aspectos sociais do tempo vivenciado, e tendo a preocupação de analisar a relação entre alguns periódicos, os sujeitos por trás deles e as imagens fomentadas do Recife, foi necessário trilhar o caminho da investigação das seguintes revistas: A Pilhéria (1921), periódico humorístico impresso na tipografia do Jornal do Recife, que continha charges políticas, caricaturas, como também carregava produções sobre a vida social, cultural literatura, moda feminina e esportes; A Rua Nova (1924), iniciada em maio de 1924, impressa na oficina do Jornal do Recife, possuía como objetivo gerar matérias e artigos sobre arte, literatura e notícias sociais da cidade; e a Revista da Cidade (1926), publicada semanalmente, registrava as atividades sociais, culturais e estéticas da cidade do Recife. Todas elas foram consideradas no presente projeto como mais relevantes e emblemáticas para a compreensão do Recife, por tratarem não apenas das transformações urbanas ou sobre os temas políticos vigentes, mas por apresentarem uma crônica social da cidade.

Nas primeiras décadas do século XX, é notório que há uma tentativa de reescrever o espaço urbano, e o foco desta pesquisa será o de empreender um estudo sobre as possíveis intersecções existentes entre as mudanças ocorrida na cidade e os discursos que articularam e/ou legitimaram essas mudanças, num período marcado pelo

¹ Medeiros, Amaury. “Não esmorecer para não desmerecer”. Recife: Inspetoria de Estatística, Propaganda e Educação sanitária. 1925. p.12

fascínio, transformação e busca do "*novo*"; entre esses projetos urbanísticos e políticos de reescrita da cidade e os espaços de produção de sentidos, os periódicos, e em que medida tais espaços contribuíram para a concretização dos interesses, intenções e propostas políticas presentes na *aura do progresso*, pensando também os fundadores e autores que estavam por trás das páginas das revistas e suas possíveis, como em muitos casos, silenciosas ligações com as diretrizes modernizantes do governo do então juiz Sérgio Loreto.

Além disto, o presente trabalho busca pensar em como tais revistas fomentaram representações e imagens de um novo Recife desejado, "civilizado" e, portanto, digno de ser lembrado, e de uma mesma cidade a ser lançada no lugar do esquecimento. A construção de memórias, portanto, ganha espaço privilegiado neste estudo; analisar os processos de mudanças materiais e concretas ocorridos na cidade, e na história de forma geral, requer também um olhar sensível para o que não é visível nas produções humanas, e conforme já ensinava em seus escritos o filósofo e historiador das ideias Paolo Rossi, é necessário dialogar historicamente com as ações, intenções e motivações por trás de cada época. Portanto, a presente pesquisa possui um profícuo e íntimo diálogo entre três grandes e significativos domínios historiográficos, a história do cotidiano, história das representações e das ideias e a história das mentalidades, tendo por fim investigar não só as visões e representações de mundo produzidas no meio e recorte espaço-temporal aqui delimitado, mas também compreender o impacto destas na formação da mentalidade social e das subjetividades políticas, através das expressões e discursos fomentados pelas revistas. Não obstante este trabalho dialogou constantemente com as referências bibliográficas que dão voz à Nova História, e a história do cotidiano e das mentalidades foram importantes para as reflexões teóricas sobre o tema delimitado; as obras de Robert Darnton, Roger Chartier, John B. Thompson, Georges Minois e outros pensadores inspiraram a construção deste trabalho, até mesmo redirecionando-o em alguns momentos às dimensões da história da leitura, ideologia, práticas culturais e cultura escrita².

² Robert Darnton, O Beijo de Lamaurette. Mídia, Cultura e Revolução, São Paulo. Companhia das Letras, 1990; Edição e Sedição: O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII, São Paulo, Companhia das Letras, 1992; O iluminismo como negócio: Uma História da Publicação da Enciclopédia, 1775-1800; Roger Chartier, A História Cultural, Entre Práticas e Representações, Rio de Janeiro/Lisboa, Editora Bertrand Brasil S.A./Difel, s/d, A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII, Brasília, Editora da UNB, 1994; Roger Chartier (coord.), Práticas da Leitura, São Paulo, Estação da Liberdade, 1996; John B. Thompson, Ideologia e Cultura Moderna: Teoria Social

Estudar História implica, no fim de tudo, lançar sobre os fenômenos e experiências da realidade um olhar problematizado e reflexivo. Dentro da perspectiva historiográfica, somos instigados frequentemente a identificar nas vivências do passado elementos e questões que costumeiramente passam despercebidas, ou simplesmente não são formuladas. E com a formulação de questões que até então estavam em total silêncio, e com o alargamento das dimensões, domínios e abordagens na historiografia, fez-se possível novos temas, olhares e reflexões sobre aquilo que é, por essência, criação humana. E as investigações em torno da história das cidades, da modernização, das ideias e de tantas outras dimensões tornaram-se, dentro de limites teóricos e metodológicos, possíveis.

Até meados dos anos 1960, falar em cidade em História implicava pensar em uma dimensão territorial fruto de uma dinâmica uniforme regida por instituições e leis estáticas dentro de uma concepção rígida e imóvel. Entretanto, como ensinado pelo escritor italiano Ítalo Calvino, a cidade deve ser vista para além de um amontoado de pedras e concreto, ou simplesmente como um conceito geográfico, e tal questão fica ainda mais clara quando se investiga os seus tempos históricos. A cidade, afirma Calvino, "[...] não conta o seu passado, ela o contém como as linhas na mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras..."³ (p. 15), e mais ainda, é o espaço marcado por carregar uma infinidade de símbolos e narrativas retóricas fundamentadas numa gama de interesses, desejos e sentidos.

Tal impressão e leitura da cidade está inserida num momento de ampliações historiográficas e, sobretudo, viradas conceituais e interdisciplinares dentro do campo da História. Desde a década de 70, o celebre crítico marxista inglês, Raymond Williams, já ressaltava as distinções significativas entre o campo e a cidade⁴ dentro do processo de ascensão e transformação do capitalismo. O Campo e a Cidade é marcado pela ambiguidade de dois ambientes, a princípio, tão díspares e antagônicos, mas igualmente

Crítica na Era dos Meios de Comunicação de Massa, Petrópolis, Vozes, 1995; Georges Minois, História da solidão e dos solitários traduzido por Maria das Graças de Souza. - São Paulo: Editora Unesp, 2019.

³ CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis; tradução Diogo Mainardi. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁴ WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na história e na literatura. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989

complementares e testemunhos de um mesmo processo histórico: a modernidade. Percebe-se que imagens cristalizadas de cidade e campo vão sendo instauradas entre as mais diversas manifestações do pensamento social, e esses dois tipos de comunidade humana foram cada vez mais contrastados entre si, enquanto o campo foi sendo atrelado à uma imagem velha, atrasada e antiquado, a cidade como núcleo urbano vai sendo associada ao novo, ao desenvolvimento dentro de uma caminhada rumo à *ordem* e *progresso* - dois conceitos fundamentais que vão sendo inaugurados e valorizados em fins do século XIX e início do XX no Brasil.

A cidade concebida como símbolo da homogeneidade, funcionalidade e eficiência disfarça os dilemas e contradições vivenciadas por seus habitantes. Enquanto representação e produto histórico do capitalismo, a cidade, não apenas enquanto conceito territorial e geográfico, mas como símbolo complexo e inesgotável da existência na história, é o espaço físico e social da contradição e dos conflitos de narrativas e sentidos lançados no tempo presente e projetados ao futuro, e é papel do historiador ler as entrelinhas das dinâmicas e registros do passado que saltam a seus olhos no processo de análise dos documentos. Para tal, afirmava o historiador Antônio Paulo Rezende, que "[...] sem percebê-las dialeticamente, corremos o risco de escrever aquela História sem surpresas, de projetos predefinidos, dos homens perdidos e sufocados por um devir que lhes foge"⁵ (p. 17). E quando trata-se de compreender as dinâmicas da cidade por meio de suas representações e mentalidade, faz-se imprescindível investigar "[...] ao que se poderia chamar as sensibilidades, ou a 'sinfonia fina' de uma época, as características essenciais que estariam na raiz dos modos de pensar, sentir, agir e, sobretudo, de representar o mundo"⁶ (PESAVENTO, p. 13).

Em suma, a história é o campo das possibilidades, assim como ser e estar no mundo enquanto sujeitos históricos. Afirmar isto implica reconhecer que as ações humanas não nascem do vazio, muito menos as ideias, representações e narrativas que direcionam tais ações paulatinamente. É sobre tal premissa que podemos compreender o Recife no início do século XX, especificamente, na década de 1920, um momento de reescrita do espaço, da ascensão de novos meios de comunicação e propaganda, de articulação de projetos modernizadores, dentre outras características.

⁵ REZENDE, Antônio Paulo. (Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte / 2 ed. - Recife: Ed. UFPE, 2016

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. - 2 ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

Como discussão central da presente pesquisa, é de suma importância compreender como o Recife, enquanto cidade que se inseria numa nova dinâmica político-cultural, foi publicizado e representado nas revistas supramencionadas, e quais foram os impactos dessas tentativas de consolidação e cristalização de um novo Recife, indagando também sobre como esse tipo de publicação impressa favoreceu e/ou contribuiu para a concretização dos discursos, narrativas e sentidos construídos, lançados e modelados à cidade. Em suma, a dimensão política presente nos interstícios de cada produção.

CAPÍTULO 1

O erro básico de todo materialismo político – materialismo este que não é de origem marxista nem sequer moderna, mas tão antigo quanto a história da teoria política – é ignorar a inevitabilidade com que os homens se revelam como sujeitos, como pessoas distintas e singulares, mesmo quando empenhados em alcançar um objetivo completamente material e mundano. Eliminar essa revelação – se isto de fato fosse possível – significaria transformar os homens em algo que eles não são; por outro lado, negar que ela é real e tem consequências próprias seria simplesmente irrealista.

Hannah Arendt

O visível e o invisível fazem parte da História. Se o historiador quiser tentar compreender os significados dos labirintos construídos pelos homens, não deve fechar os olhos nem tampouco o coração.

Antonio Paulo Rezende

O RECIFE ENTRE O PASSADO, FUTURO E EPIFANIAS

Qual o significado das revistas no quadro mais amplo do impresso no Brasil? Essa é uma das questões levantadas na presente pesquisa. Seja enquanto *objeto de análise* que deve ser historicizado ou como *fonte* documental que, junto a outras fontes – memórias, iconografia, jornais, historiografias e bibliografia do período –, tornou possível a reconstrução da história do período aqui analisado, as revistas também podem ser analisadas e estudadas para além de uma abordagem cultural, apesar da gigantesca importância dessa dimensão historiográfica – a historiadora Ana Luiza Martins publicou um trabalho impecável sobre o tema⁷ –; essa parte integrante do que se convencionou chamar de *imprensa periódica* também pode ser analisada como um agente ativo na conformação de imaginários segundo uma cultura política constituída por narrativas e

⁷ MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)* / Ana Luiza Martins. – 1º ed. 1º reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fafesp, 2008

intencionalidades dos sujeitos, em sua maioria redatores letrados e intelectuais, que formavam o *corpus* integrante das revistas.

A historiadora Ana Luiza Martins faz uma importante indagação em sua obra a respeito do caráter e natureza documental das revistas: seriam elas uma cilada documental? Por mais que sejam uma fonte preferencial para pesquisas de várias naturezas, geralmente as revistas são tratadas como meios que documentam parcial ou inteiramente o passado através de textos, iconografias, propagandas ou até mesmo sessões dedicadas ao reclame por parte dos seus assinantes e/ou leitores. Em partes é compreensível que esse tipo de fonte seja tratado por seu caráter lúdico e demasiadamente dinâmico e ligeiro, afinal

“[...] o caráter lúdico desse periódico, de leitura amena e ligeira, explica a opção expressiva por essa modalidade de suporte da leitura na produção da História em suas múltiplas dimensões. O gênero é privilegiado notadamente pelo historiador que, ao simples folhear dessas publicações de época, sente-se envolvido pelo tempo pretérito que busca reconstruir. Imagem, texto, reclames e seções ali contidas, em princípio, independentemente de análise mais profunda, evocam em seu conjunto, de imediato o quadro histórico em que se pretende transitar. Contudo a fonte requer cuidados.” (MARTINS, 2008, p. 21)

A fonte documental requer cuidados, e no caso das revistas há algo a mais a ser dito; muitas das questões históricas levantadas pelo historiador diante desse tipo de periódico merecem atenção e muita reflexão, tendo em vista que os conteúdos veiculados pelas revistas podem ser caracterizados mais como miragens do que espelhos fidedignos de um determinado tempo histórico, especialmente quando o contexto é levado em consideração. É necessário, portanto, que o constante uso dos periódicos na reconstrução de um período histórico esteja atrelado às práticas políticas e representações veiculadas e construídas no tempo analisado. É claro que isso não significa dizer que esse tipo de fonte documental não seja um testemunho fragmentado do passado, pois não se pode negar que a imprensa periódica também pode desvelar as condições de sua produção, negociação, relações de poder entre o seu mecenato que de forma frequente patrocinava e financiava a circulação das revistas, além da natureza dos capitais nelas envolvidos.

Lidamos com uma cidade em disputa, para além das divergências e rupturas político-partidárias, percebe-se uma cidade fortemente marcada por disputas de ideias-imagens, dentro de uma ordem simbólica. Para o historiador francês, Roger Chartier, a representação é o instrumento pelo qual um indivíduo, ou um grupo de indivíduos, constroem significados para o mundo social. É um processo de significação intencional, carregado de interesses, que corresponde a uma determinada estratégia de um agente social ou de um grupo social. Dentro dessa perspectiva, compreende-se que as percepções e imagens produzidas do social não são de forma alguma construções discursivas neutras, pelo contrário, visto que produzem e sugerem práticas, ainda segundo Chartier, que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas.

É nessa perspectiva que se assenta a presente pesquisa, ao analisar que havia uma intersecção entre as ações e projetos considerados modernizantes para a época, através das intervenções políticas do Estado, e o periodismo, enquanto território retórico e espaço de ideias, seja enquanto instrumento de propaganda dos novos tempos e como agente criador da modernidade. Isso fica ainda mais claro de maneira histórica quando constatamos que a cidade do Recife no início do século pode ser entendida e investigada, mesmo que parcialmente, através das suas representações, pois o próprio ambiente urbano em suas múltiplas facetas promove imagens de si mesmo.

Há, em suma, um sistema de ideias-imagens que oferece significados - que aqui denominaremos de "sentido" - à realidade dentro de cada historicidade, marcando sua participação nas dinâmicas da existência do real. Logo precisamos historicizar o real compreendendo que este é constituído não só por concretude e materialidade, mas por representação. Segundo a historiadora Sandra Pesavento, as representações podem ser abordadas como formas de abordagem do real passado, buscando ver como foi construído, por essas vias, em nosso caso particular, os periódicos, o imaginário da modernidade urbana, questionando também os sujeitos que contribuíram para tal, visto que, como já mencionado, há, em toda obra escrita ou imagem produzida, uma dimensão política a ser esmiuçada. E todas elas, de alguma maneira, conforme nos mostram as fontes, articulam visões que se encontram entre o passado e o futuro, isto é, uma produção que traz consigo sua representação do presente, e ao mesmo tempo,

incorpora o passado e projeta uma ideia de futuro. Essas particularidades históricas nos convidam também a perceber e tentar identificar, dentro do recorte temporal aqui estabelecido, a rede dentro da qual tais produções estão inseridas e que, portanto, tornaram-nas possíveis. E aqui se encontra um dos pilares de nossa investigação, pois no processo de investigação dessas redes, podemos visualizar as influências que tanto os autores recebem e as formas como suas ideias foram recepcionadas pelos sujeitos de sua época.

Além da dimensão material presente nos textos escritos e publicados pelos "produtores de ideias" nas revistas em circulação nos anos 20 e até mesmo antes dele, pode-se articular e relacionar muitas produções (imagens, verbetes, propagandas, impressões etc.) à dimensão intertextual, ao *não-dito* presente naquilo que é *dito*. Obviamente que o objetivo aqui, dentro dessa abordagem, não é tentar encontrar realidades e processos semelhantes ao da cidade do Recife dentro da própria cidade, mas tentar entender aquilo que o historiador da arte, Ernest Gombrich, denominava de "contextos mentais" de uma dada temporalidade histórica. Mas utilizar esse conceito requer algumas ressalvas; estou de acordo com Chartier quando este, em seu artigo denominado *O Mundo como Representação*⁸, menciona que a abordagem da história das mentalidades tende a tratar os discursos em sua descontinuidade, levando-o a concluir a partir da análise temática de um conjunto de textos "[...] a caracterização de uma 'mentalidade' (ou de uma 'visão de mundo' ou de uma 'ideologia'), e depois fazia passar desta última a uma consignação social unívoca" (CHARTIER, 1991, p. 187); ou seja, por mais que falemos em contexto mental de uma época, na terminologia de Gombrich, não significa dizer que um determinado contexto histórico é uniforme em sua prática social, afinal isso seria anular o devir histórico junto à subjetividade das práticas humanas.

Antes de ser considerado um elemento generalizante, os discursos devem ser analisados em suas especificidades, isto é, os lugares em que estão inscritos, os seus meios de produção, os sujeitos por detrás dessas iniciativas, as redes de conexão que possibilitam a veiculação e recepção desses discursos por meio dos meios periódicos, assim como os princípios que o ordenam e controlam, e essa abordagem nos condiciona

⁸ Texto publicado com permissão da revista dos Annales (NOV-DEZ. 1989, Nº 6, pp. 1505-1520). O original em francês encontra-se à disposição do leitor no IEA para eventual consulta.

interrogar e mutilar *a ambição totalizadora da história cultural* (CHARTIER, 1991, P. 187).

Portanto, cada contexto mental carrega consigo tendências universais, ou sintomas de uma época, mas é necessário cautela ao analisar tais tendências, visto que houve muitas mudanças ocorridas devido às transformações e avanços do capitalismo e da modernidade, mas tais mudanças devem ser problematizadas dentro dos processos locais de cada cultura e mentalidade, visto que são sentidos de formas diferentes de acordo com os sujeitos e espaços sociais. E aqui os detalhes fazem toda a diferença tanto para o contexto cultural e mental como para as produções oriundas dos espaços de produção de sentido.

1.1 O PAPEL DO DISCURSO E O PROJETO DE MODERNIZAÇÃO DO PAÍS NA PRIMEIRA REPÚBLICA

"[...] O império da razão era o que parecia dominar o vaivém do cotidiano" (REZENDE, p. 96) - essa é, sem dúvida, uma das grandes marcas do início do século XX. Toda época carrega consigo suas particularidades concebidas por meio dos costumes, ideias, formas de pensar e sentir, dentre outras dimensões e fenômenos. E tal como podemos, no tempo presente, conviver com as materialidades e transformações intrínsecas à cidade e ao ambiente social, podemos também questionar, dentro de uma ótica transdisciplinar e multidimensional, as raízes enquanto fatores mais próximos do real passado que suscitaram tais modificações. Há uma *sintonia fina* (PESAVENTO, 2002, p. 13) no seio de cada época, cultivada e vivenciada pelos homens; Tal sintonia existente no Recife em meados dos anos 1920, através das principais revistas, revelam não apenas as sensibilidades dos sujeitos perante o mundo material, mas indica as tramas e relações de poder coexistentes, no sentido Montesquiano do termo. Sendo assim, é possível por meio das fontes investigadas não só identificar "[...] as sensibilidades passadas do 'viver em cidades' como também [...] os sonhos de uma comunidade, que projeta no espaço vivido as suas utopias" (2002, p. 13). Ora, dentro desse panorama, pode-se perceber que os discursos possuem um valor histórico muito significativo, visto que, em meio a ascensão dos novos meios de comunicação no início

do século passado, as narrativas dentro das redes de sociabilidades, detinham o poder de conferir novas existências à coisa narrada e representada (MARTINS, 2008), principalmente nos espaços ocupados pelos intelectuais, onde as palavras eram [re]vistas com certa recorrência.

Compreendendo, dentro deste horizonte historiográfico, que todo discurso e representação está dentro de uma temporalidade histórica marcada por permanências e rupturas, sejam elas lentas ou não, faz-se relevante para a construção historiográfica do tema e de um olhar que busque capturar indícios do contexto como um todo, a fim de analisar as interações entre sujeitos e o meio em que eles estão inseridos. O Recife nos anos 20 representado em suas revistas nos impõe um processo metodológico através do qual se faz necessário ir justapondo personagens, imagens, discursos, eventos, performances “reais” ou “imaginárias” desse espaço urbano, mas todas mediadas pela política. Conforme assinalou a pesquisadora e teórica da comunicação, Lucrécia D'Aléssio Ferrara, sobre a potencialidade que as mudanças econômico-sociais podem exercer sobre o cotidiano social:

"As transformações econômico-sociais deixam na cidade marcas e sinais que contam uma história não verbal pontilhada de imagens, de máscaras, que tem como significado o conjunto de valores, usos e hábitos, desejos e crenças que misturam, através do tempo, o cotidiano dos homens"⁹

Sendo assim, é de extrema importância lançarmos um olhar sobre o contexto social e cultural do Recife, e em linhas gerais, do Brasil, a fim de indagar quais as possíveis motivações que impulsionaram as transformações tão marcantes ocorridas no início do século XX. Cada sociedade ergue para si mesma sistemas de ideias e imagens simbólicas que a sancionam e legitimam o seu "ser"; o célebre ensaísta e crítico literário, Walter Benjamin, afirmou em um de seus escritos¹⁰ que o capitalismo, por exemplo, representa o primeiro caso de uma espécie de culto que não é expiatório, visto que inaugura "modos de ser" e universaliza os mesmos processos sociais, culturais e econômicos. Ou seja, a lógica capitalista não mais se restringe à esfera econômica ou à organização da sociedade na Modernidade, mas atravessa e perpassa todos os campos

⁹ FERRADA, Lucrécia D'Alessio. -As máscaras da cidade. In: O olhar periférico. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993. p.202.

¹⁰ BENJAMIN, Walter. O capitalismo como religião. Org. Michael Löwy. Trad. Nélcio Schneider. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013

da vida humana. Tendo em vista a influência que o contexto tende a exercer sobre o "ethos" social, poderíamos interpretar que as mudanças ocorridas no seio da sociedade moderna seriam apenas uma extensão mais complexa das causas e dinâmicas próprias da Revolução industrial? Ou isso é reduzir as causas do todo?

Fato é que a urbanização modificou imensamente o ser da cidade, pelo menos é isso que podemos identificar nas primeiras décadas do século passado, especialmente nas principais capitais e portos do Brasil. A cidade recifense vai lentamente se inserindo nesse contexto das mais variadas maneiras e um dos vestígios que nos ajudam a construir historicamente esse passado é o periódico como fonte documental; sua importância reside no fato de que não podemos entender esse recorte-temporal e as problemáticas anteriormente apresentadas descosturando os periódicos de seu tempo. No contato com as fontes, alguns direcionamentos-chaves surgiram, fazendo com que a reflexão assentada na historiografia sobre a cidade nos anos vinte fosse alargada pela seguinte questão: a pertinência do gênero impresso como testemunho do período é válida, mas só é válida se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, mecenato propiciados, assim como das reverberações das revoluções técnicas e da natureza dos capitais neles investidos. Sendo assim, os discursos desempenham um papel importante no modo pelo qual a cidade foi sendo constituída enquanto um elemento da modernidade.

O século XX não foi apenas um longo período de transição de uma sociedade do tipo autoritária para uma sociedade marcada pela autonomia "[...] em que o indivíduo deve elaborar seu 'projeto pessoal', seus próprios valores, fixar seu ideal" (MINOIS, p. 410), como afirmou o historiador das mentalidades, Georges Minois¹¹, mas é a era das contradições, em que o século das massas, isto é, das necessidades e cultura massificadas, lida com indivíduos cada vez mais solitários, frustrados e massificados em suas individualidades. Interessante mencionar que, assim como os fenômenos de caráter antropológico, as cidades também são transformadas em seus traçados e dinâmicas. Conforme Ferrara, suas *máscaras* são constantemente urbanizadas a ponto de atingir a rotina e os cenários comuns e culturais dos indivíduos; isto é, o movimento, os adensamentos humanos, os transportes, o barulho, o tráfego, a verticalização, a vida agitada e outras características que inauguram novos espaços sociais. Essas profundas

¹¹ MINOIS, Georges. História da solidão e dos solitários. traduzido por Maria das Graças de Souza. - São Paulo: Editora Unesp, 2019.

transformações sociais, culturais, tecnológicas e "mentais" são frutos, sobretudo, da expansão do capitalismo a partir da segunda metade do século XIX, com o progresso técnico e científico que ocasiona mudanças aceleradas e, sem dúvida, as cidades passam a ser o palco dessas metamorfoses, e com o Recife não foi diferente.

Entretanto, tais mudanças assumem características singulares e peculiares no Brasil, principalmente após o início da primeira república. Conforme a historiadora Cátia Lubambo em sua obra *Bairro do Recife: entre o Corpo santo e o Marco zero*¹², houve uma completa reestruturação social no seio da sociedade brasileira, pois

"[...] verificou-se a dissolução das relações sociais escravagistas, inaugurando o trabalho assalariado; é fato reconhecido a utilização de mão-de-obra imigrante com intuito de baratear o custo das atividades produtivas, neste período de transição. Contrariamente à brevidade de uma simples assertiva, os reflexos dessa dissolução foram mais significativos e determinantes..." (LUBAMBO, p. 39)

Em paralelo às mudanças nas relações de trabalho, pode-se perceber também, segundo a historiografia sobre o período, que o projeto de modernização no Brasil no início do século XX sofre influência da inserção do capital estrangeiro, em decorrência também da aproximação do Estado com o capital privado que, porventura, torna-se um dos condicionantes das transformações e reorientações das capitais, como Rio de Janeiro, Recife, dentre outras. O capitalismo, orientado pelas doutrinas e concepções do liberalismo econômico, influencia a forma como a sociedade, em especial os meios de produção, se configura, e essa dinâmica faz-se presente em grande parte do século XIX, contudo, o desenvolvimento de uma economia cada vez mais autorregulada e movida pelo ideal da "mão invisível" acarretou contradições marcantes no Brasil do mesmo século, visto que o ideal do progresso e avanço técnico-científico "[...] significou a extensão da miséria às vítimas do progresso" (LUBAMBO, p. 40). Essa foi, sem dúvida, uma das principais contradições no seio do país na virada do século XX. É nesse contexto que, conforme veremos nos tópicos a seguir, as representações e memórias de um Recife moderno surgem.

O projeto de modernização do Brasil de modo algum ocorre de forma uniforme, e traz implicações locais particulares em cada capital do país, mas diante disso

¹² LUBAMBO, Cátia Wanderley. *Bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

percebe-se que nas três primeiras décadas do século o Estado passa por uma mudança de postura econômica contra as diretrizes do liberalismo econômico; de forma geral, grande parte dos países ocidentais, passam a adotar medidas e posturas protecionistas, e isso se reflete nos diversos atos administrativos e sociais. Segundo Lubambo, embora

"[...] a vida fosse diferente nos diferentes países como sempre fora, uma unidade de apresentava a partir de então ligada a atos legislativos e administrativos definidos, de intenção protecionista, uma vez que as condições de produção e de trabalho dependiam agora, principalmente, de tarifas, taxações e leis sociais" (LUBAMBO, p. 40)

Compreender as reformas urbanas ocorridas no Brasil, em especial a reforma ocorrida no bairro do Recife, requer o entendimento de que, nesse novo momento, o Estado toma para si um papel político que transcende a esfera meramente administrativa, e passa a regular, direcionar e ordenar os serviços públicos ocorridos nas outras esferas públicas e privadas, como aquelas relacionadas ao trabalho, à moral pública, à estética das cidades e portos, e, sobretudo, às formas de pensar das camadas sociais. Os projetos de modernização na primeira república se configuram, na prática, com a intervenção pública nas cidades que se concretizam paulatinamente, e em paralelo a isto, grande parte das políticas criadas pelo Estado visavam gerar receitas lucrativas, visto que o mesmo enfrentava no início da república imensas crises financeiras e despesas públicas.

Em meio a tamanha crise financeira, o Estado buscou financiar transformações e reformas nas principais capitais e portos do país a fim de fortalecer e atender aos interesses da exportação, principalmente com a entrada do capital estrangeiro. O historiador Jaime Larry Benchimol destaca o período afirmando que o "[...] declínio iniciou-se já acentuado a partir de 1892, desembocando no caos financeiro que marcou o início do Governo republicano" (BENCHIMOL, p. 335). Tal declínio foi um fator relevante para as ações tomadas pelo Estado no processo de reescrita dos espaços urbanos, visto que a reforma urbana, no caso do Recife, insere-se não só diante das influências culturais externas, mas ocorre devido às circunstâncias conjunturais políticas e econômicas do período, acarretando diversos projetos que objetivavam "rasgos" na configuração urbana da cidade. O que chama a atenção, conforme veremos, é que esses rasgos foram, de forma descontinuada, analisados e, em alguns casos, legitimados por

boa parte das revistas que estavam inseridas nesse processo político de construção de memórias.

1.2 OS "RASGOS" PROJETADOS NA CONFIGURAÇÃO URBANA DO RECIFE, FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

Em seu livro "As catedrais continuam brancas"¹³, a arquiteta e urbanista, Amélia Reynaldo, inicia sua obra realizando uma afirmação perspicaz a respeito da realidade e da configuração urbana presente na cidade do Recife, e que retrata uma certa tensão existente desde o anúncio, em 1936, proferido pelo arquiteto naturalizado francês Charles-Edouard Jeanneret-Gris, mais conhecido por seu pseudônimo Le Corbusier, que em tal ocasião afirmou "[...] ao mundo o final da vigência das catedrais" (REYNALDO, 2017, p. 25). Segundo Reynaldo, no Recife, as catedrais lutam para continuar a ser brancas, visto que se fizeram "[...] brancas nos séculos XVII e XVIII. Lutaram para continuar brancas nas grandes reformas urbanas do século XX, apesar de se assistir à demolição das igrejas do Paraíso (1654-1686) e dos Martírios (1791-1796) e de centenas de imóveis" (2017, p. 25); a resistência das catedrais estão ligadas a diversos fatores históricos, mas um em especial deve ser enfatizado por se configurar como o cerne dos projetos e planos urbanísticos que visaram modernizar e, portanto, promover "rasgos" no tecido da cidade.

Desde a segunda metade do século XIX, percebe-se alguns movimentos interessados e preocupados em modificar alguns espaços sociais, em especial as principais capitais do Brasil, em particular o Rio de Janeiro, que até então constituía-se como a sede do império. É nesse momento que, inclusive, surgem algumas propostas de modernização que giravam em torno da necessidade de alinhar a estética e arquitetura de algumas cidades aos princípios que até então vigoravam nos principais centros das cidades europeias. No Recife, tal projeto vigorou de formas pontuais, mas ainda assim

¹³ REYNALDO, Amélia. As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife; apresentação Joaquim Sabaté. - Recife: Cepe, 2017

significativas, e conforme destaca o historiador Antonio Paulo Rezende¹⁴, não podemos compreender tal período sem analisar de perto as suas dimensões sociais e, sobretudo, culturais, visto que ele "[...] não está dissociada[o] das dimensões do modernismo nas artes, da agitação cultural do final do século XIX e o início do século XX, com novas maneiras de representar o mundo e a vida..." (2003, p. 129). Há, portanto, novos contextos mentais que surgem nos espaços de relações de poder e que buscam direcionar os espaços sociais.

Ainda na primeira metade do século XIX, as principais propostas urbanísticas tiveram como epicentro alguns marcos culturais, dentre eles o academicismo francês que, conforme afirma Taunay, domina o pensamento cultural brasileiro desde 1816¹⁵, e pode-se identificar nesse arco temporal não apenas uma influência limitada simplesmente a um grupo restrito de artistas e intelectuais que discutiam entre si novos princípios, mas a extensão dessas ideias e princípios na remodelação dos espaços, e a cidade do Rio de Janeiro foi, como já destacado, a porta de entrada dos ideais franceses. O segundo marco cultural, que não deixa de estar atrelado ao primeiro, foi a chegada daqueles que inaugurariam a *Missão Artística Francesa*, isto é, um grupo de artistas técnicos, artesãos e operários franceses à sede da corte portuguesa, somado à criação da Escola de Belas-Artes, dez anos depois, em 1826.

Outro aspecto desses marcos aponta para a institucionalização da pedagogia neoclássica e a criação de uma espécie de arte cortesã na ex-colônia. Atualmente, tais fatos não são, de forma alguma, uma novidade para a historiografia que estuda especificamente o período ou a arte oitocentista, principalmente devido à difusão da obra *A missão artística de 1816*, de Afonso D'Escagnolle Taunay, importantíssima para compreender tal arco temporal, trazendo inclusive um novo olhar sobre o evento com o termo "missão", e não "*notre colonie*", "*colônia de artistas franceses*" ou até mesmo "*diversos artistas hábeis*", conforme denominavam alguns autores e escritos anteriores à obra de Taunay, como Debret, Porto-alegre e Moreira de Azevedo. Para além disto, o que nos interessa nesse íterim da pesquisa é ressaltar o sentido do significado da contribuição francesa que direcionou o repertório tipológico e arquitetônico das novas

¹⁴ REZENDE, A. P. O RECIFE NOS ANOS VINTE: as imagens e vestígios do moderno e os tempos históricos. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 19, p. 129–140, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6508>. Acesso em: 31 jan. 2022.

¹⁵ TAUNAY, Afonso E, 1983 (1956). *A missão artística de 1816*. Brasília, Editora Universidade de Brasília. (Temas Brasileiros, 34)

construções, incluindo a cidade do Recife. O aspecto colonial somado à falta de formação sistemática dos artesãos "pintamanos"¹⁶ que se encontravam nos principais projetos do século XIX antes da chegada dos artistas franceses cooperou para que a vinda dos franceses tivesse um ar fortemente civilizatório. Obviamente, a visão de Taunay buscava idealizar o afrancesamento trazido ao Brasil, não considerando, por exemplo, os feitos artísticos já existentes na configuração arquitetônica como um todo; tal posição, apesar de bem aceita nos principais meios intelectuais da época, como o IHGB (Instituto Histórico Geográfico Brasileiro), foi criticada fortemente pelo professor da Escola Nacional de Belas Artes, Ernesto da Cunha de Araújo Viana¹⁷, que por meio do seu curso intitulado "Das Artes plásticas no Brasil em Geral e no Rio de Janeiro em particular", posicionou-se contrário às afirmações idealizadas a respeito da vinda e dos feitos dos artistas franceses no Brasil.

As primeiras reformas urbanísticas ocorridas no Brasil no início do século XX são ecos concretos dos critérios e parâmetros de transformação urbanística de Paris na segunda metade do século XIX. Conforme Reynaldo, a reforma do Rio de Janeiro, por exemplo, "[...] teve por objetivo adequar a cidade colonial às funções de capital do governo central, segundo um repertório francês" (REYNALDO, 2017 p. 33), e apesar de haverem muitos projetos que buscaram promover algumas modificações nas cidades no século XIX, a maioria das propostas começaram a ser implantadas mesmo a partir de 1903, seguindo o modelo hausmanniano, que orientou as etapas das reformas urbanas parisienses entre 1852 a 1870. Os rasgos no Recife só ocorreram a partir de 1909, onde o tecido colonial da cidade foi totalmente derrubado, destacando-se a demolição da Igreja do Corpo Santo¹⁸, pulverizada pelo "progresso". Talvez tenha sido esse o sentido que Taunay (1956) tenha dado à "missão" dos artistas franceses, compreendendo-os como indivíduos engajados no projeto Ilustrado que almejava, por meio da arte, inserir os ideais de progresso num espaço considerado ainda colonial. Utilizando o termo do

¹⁶ A expressão *pintamanos* era comum no Brasil oitocentista, por buscar retratar a falta de capacitação sistemática dos artesãos, especialmente no Rio de Janeiro colonial. "Pintamonos" é um termo que articula duas palavras, *pintor* e *monos*, fazendo referência a um artista que "pinta mau", desqualificando-o a partir de princípios outros.

¹⁷ Para melhor compreensão do debate historiográfico em torno do tema, indico a seguinte leitura: SQUEFF, Leticia. Revendo a missão francesa - A missão artística de 1816, de Afonso D'Escagnolle Taunay

¹⁸ Também conhecida como Matriz do Corpo Santo (séc. XVI). Foi erguida na antiga ermida de Santelmo (protetor dos pescadores). Ficava nas imediações onde hoje é a Praça Rio Branco. Foi demolida em torno de 1914 por ocasião das reformas do Porto e das obras de reformulação do Bairro do Recife. O mármore retirado da demolição foi aproveitado como meio-fio no calçamento do Bairro do Recife reformado.

autor, são "artistas missionários" almejando civilizar o "ser" da cidade, e conforme menciona Rezende, é inegável "[...] que a sociedade moderna industrial é essencialmente urbana" (REZENDE, 2016, p. 31), e as cidades foram o perfeito horizonte para os ideais cultivados, semelhantemente a uma epifania que busca compreender a essência daquilo que deve ser realizado.

2.3. PLANOS E PROJETOS DE MODERNIZAÇÃO DE UMA CIDADE EM DISPUTA

Até o momento realizamos algumas digressões históricas em torno do objeto da cidade e modernidade aliando aos estudos realizados sobre o Recife no início do século. Mas como os periódicos e a cultura escrita se insere dentro dessa digressão – e por qual motivo ela se faz necessária para adentrarmos no papel ativo que os periódicos exerceram? Os estudos mais recentes em torno da história da leitura, da história do livro e da cultura escrita apresentam um horizonte muito mais amplo em relação aos discursos e representações comunicados num dado contexto, não só tratando de discursos, práticas e representações, mas também refletindo sobre o texto (manuscrito ou impresso) como instrumento de difusão e apropriação de informações, saberes e poderes, com o intuito de problematizar a produção, a circulação, o uso e a conservação de manuscritos e impressos vinculados aos seus usos políticos, sociais, religiosos, pedagógicos e culturais. Sendo assim, se faz necessário situar o objeto de estudo em seu contexto para um maior entendimento sobre os seus usos.

As transformações ocorridas no seio da cidade do Recife devem ser compreendidas através dos planos e projetos criados e arquitetados tendo por base interesses que representam as necessidades dos principais grupos atuantes nas esferas de influência daquela sociedade. Conforme observa Lubambo, a transformação do antigo bairro do Recife em um "outro moderno" deve ser entendida como um projeto marcado por aspirações de fortes grupos particulares locais, comerciais e financeiro; para esses grupos, seria necessário, portanto, além de se aliar aos interesses dos grupos estrangeiros, construir uma nova imagem para a cidade. O objetivo seria o de fazer com que Recife se tornasse em suas dimensões uma capital com um caráter cosmopolita,

atraindo investimentos e, sobretudo, assentando os ideais de progresso e ares da modernidade.

Há novas demandas para se viver a cidade em seu cotidiano, mas a estrutura do Recife não condiz, conforme demonstram algumas fontes do século XIX, com os *novos tempos*. Após a expulsão dos holandeses, no século XVII, a região do Recife, de Santo Antônio e do atual bairro de São José¹⁹ foram praticamente tomadas por edifícios religiosos, e segundo a pesquisadora Amélia Reynaldo, tais edifícios foram erguidos de modo a demonstrar uma reconquista espacial e política do território colonial português, mas não só isso; as construções religiosas foram construídas de modo a substituir "[...] os principais elementos da ocupação anterior" (REYNALDO, 2017 p. 73) e determinar o espaço em função e simbolismo. Uma evidência que contribui para essa característica dominante dos edifícios religiosos é a quantidade de construções religiosas edificadas a partir da segunda metade do século XVII: foram cerca de 17 igrejas e 4 conventos que orientaram a organização urbana e política dos bairros supramencionados.

Mas se as catedrais foram símbolos de uma configuração urbana marcada pelo excesso arquitetônico junto às transformações que os holandeses empenharam no bairro do Recife e Santo Antônio no século XVII, essas mesmas catedrais próximas de ruas estreitas, características de um traçado colonial, foram um dos principais motivos para os debates e projetos articulados frente aos *novos excessos* trazidos pelo desejo de modernização já na segunda metade do século XIX. Lentamente, percebe-se que os principais bairros portuários e comerciais começam a ser vistos como atrasados e inadequados, apesar da dinamicidade existente entre eles, em decorrência das mudanças ocorridas no seio da sociedade europeia, especialmente a francesa.

As notas do viajante francês Tollenare (1816) e os comentários do engenheiro Louis Vauthier, ambas testemunhas oculares do período, demonstram um pouco dessa tensão entre a dinâmica social dos bairros e a necessidade de adequação de alguns espaços a um novo modelo de cidade. Embora as notas de ambos os viajantes estejam distantes entre si num arco temporal de 24 anos, ainda assim conseguem retratar o cotidiano social da península e demais bairros. Em seus escritos²⁰, Tollenare relata que a península - referindo-se ao espaço que contempla o atual bairro do Recife - era o bairro

¹⁹ O bairro de São José foi mencionado aqui como sendo atual pois ele foi desmembrado do bairro de Santo Antônio apenas na primeira metade do século XIX.

²⁰ TOLLENARE, Louis-François de. Notas dominicais. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

mais dinâmico nas questões comerciais devido à presença da sua faixa portuária, mas nele havia também edificações mal construídas e excessivamente estreitas:

"[...] As ruas eram excessivamente estreitas, entre 5 a 10 metros, exceto a do Bom Jesus, onde os edifícios se distanciavam e criavam um espaço de singular valor comercial. [...] Os negociantes, vestidos à moda europeia, reuniam-se na praça do Comércio, diante de um café - ambiente complementado pela igreja do Corpo Santo e o mercado -, onde conversavam tranquilamente. Nada lhes parecia diferente dos usuários habituais dos passeios públicos da Europa" (TOLLENARE, 1978).

Nesse cenário, é possível identificar, além da configuração urbana colonial do século XIX, as transformações dos hábitos, costumes e vestimentas de parte da população, especialmente os comerciantes, da península portuária. O desalinhamento e a irregularidade das ruas também são observados por Vauthier, onde, segundo ele, a uniformidade é o que marca as construções presente no bairro²¹. Sendo "a península [...] o mais representativo da urbanização colonial brasileira, onde as quadras em forma de retângulos, paralelepídeos ou trapézios estão ocupadas por um grande número de pequenas residências". Segundo Vauthier, a irregularidade do traçado colonial urbano tornou-se possível devido às "suas ruas estreitas e desalinhadas [...] unidas por ruelas ou becos que não chegam a 2 metros de largura". Mas essa não era uma realidade restrita à região que compreende o atual bairro do Recife; ela se estendia também para o outro lado do rio, na Ilha de Santo Antônio.

Os traços da urbanização colonial portuguesa iniciada no ano 1654 vigorando até o final do século XVIII, marcou a tipologia do espaço de Santo Antônio e São José. Conforme afirma Reynaldo, "[...] sem dúvida, que construção religiosa, representada na planta de 1932, foi o elemento mais marcante da urbanização portuguesa após a expulsão dos holandeses" (REYNALDO, 2017, p. 65).

Somado a isso, pode-se identificar que a reconquista do território não ocorre sendo motivada apenas pela insatisfação dos brasileiros e portugueses frente à tensão

²¹ VAUTHIER, Louis Léger. Casas de Residência no Brasil: carta III a César Daly. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 7, p. 128-208. Disponível em: http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:/Trbs_N/RevIphan.docpro. Acesso em: 14 de mar. 2022.

repressão religiosa exercida pelos holandeses protestantes²²; como desdobramento simbólico desse processo, manifestou-se, no campo urbanístico, as construções religiosas em excesso quantitativo e qualitativo, visto que havia intencionalidades com essas edificações. Foi com a volta dos jesuítas à Pernambuco - expulsos em 1636, por serem vistos como uma ameaça ao domínio holandês -, que se iniciou o processo de um reestabelecimento do domínio religioso sobre a mentalidade religiosa e social e o espaço tangível e concreto da Maurícia.

Já na segunda metade do século XVII, a construção religiosa enquanto integrante de um ordenamento social próprio dos portugueses já pode ser observada como elemento central da configuração urbana de Santo Antônio e São José a ser estruturada com o passar das décadas. De modo a evidenciar historicamente essa questão, pode-se perceber as seguintes edificações pós 1654: Ordem Terceira de São Francisco (1654), Igreja e Convento de Santo Antônio (1654), Igreja do Paraíso (1654/1686), Igreja e Convento de Nossa Senhora da Penha (1656), Rosário dos Homens Pretos (1660/1777), Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo (1663/1687), Igreja e Convento do Espírito Santo (1680), Livramento dos Homens Pardos (1694/1722) e Santa Tereza (1700/1737)²³. No século XVIII, ainda é possível identificar constantes construções religiosas que reforçam ainda mais o espectro político na região: Igreja Conceição dos Militares (1725), Nossa Senhora do Terço (1726), São Pedro dos Clérigos (1728/1782), São José de Ribamar (1752/1810), Matriz de Santo Antônio (1765), Igreja de Santa Rita (1773/1784), Martírios (1791/1796) e, já no século XIX, a Matriz de Santo Antônio (1846/1864).

Já no século XIX, é possível apontar que os planos e projetos pertencentes ao traçado colonial português, especialmente na paisagem de Santo Antônio, fora marcado fortemente pelos elementos religiosos. O bairro portuário também se insere nesse panorama, ainda que tenham sido construídos apenas quatro construções religiosas - três templos católicos e um convento -, além da implantação de mudanças nominais, como se pode observar na alteração do nome da antiga dos Judeus para "rua da cruz", somando-se ao esquecimento da terminologia "maurícia" ao designar o povoado da

²² Para compreender mais amplamente as dinâmicas e confrontos políticos e religiosos em torno da ocupação holandesa no Nordeste brasileiro e as reverberações desse processo, ver: MELLO, Evaldo Cabral de. O Brasil holandês (1630-1654) / Seleção, introdução e notas de Evaldo Cabral de Mello. – São Paulo: Penguin Classics, 2010.

²³ BERZIN, Alexandre. Coleções do Museu da Cidade do Recife, 1941/1950

então região de "Santo Antônio do Recife", abrangendo os bairros de Santo Antônio e São José, conforme descrito no *Plan of the city of Recife*²⁴ (1856).

Contudo, os edifícios religiosos não foram os únicos responsáveis por formar a tipologia colonial até o início do século XIX, isto porque os sobrados e as residências térreas também contribuíram nesse processo. Dentro dessa perspectiva, Reynaldo destaca que: "[...] os sobrados seguem configurando as ruas irregulares do traçado português e dividem com a tipologia religiosa o protagonismo da configuração urbana a partir da segunda metade do século XVII..." (2017, p. 70). O bairro de Santo Antônio, portanto, concentrou duas tipologias coexistentes em constante disputas pelo espaço: a das igrejas e dos sobrados. Esse contraste na paisagem do *outro lado do rio* bastante difuso foi uma das grandes motivações que mobilizou os discursos modernizantes já na segunda metade do século XIX. Nesse sentido, tendo em vista o horizonte teórico-metodológico traçado no início do presente trabalho, percebe-se que o campo visual, tangível e, citando o historiador da arte Simon Schama²⁵, *paisagístico*, está intrinsecamente ligado à cultura política de uma sociedade.

É nessa relação entre cultura visual, construída e edificada através de tensões e conflitos discursivos de determinados grupos, e cultura política que as memórias construídas sobre o Recife foram sendo criadas. E claro, as revistas desempenharam um papel significativo nessa lógica. Ainda segundo Schama, apesar de ser uma postura tentadora, não se pode compreender a natureza como algo anterior à cultura e independente da história de cada povo. Por isso foi valorizado até aqui explorar, ainda que de forma limitada, as mudanças no tocante a configuração urbana do Recife, entendendo que esses espaços são construídos e vivenciados como lugar antropológico, isto é, segundo um conjunto de elementos e narrativas que conferem sentido à experiência histórica.

As observações de Vauthier e Tollenare testemunham uma fisionomia que logo seria alvo de críticas devido à sua inadequação diante das novas demandas sociais²⁶. E

²⁴ RECIFE. Disponível no Museu da Cidade do Recife. Plan of the city of Recife of 1856 (litografada em Londres). FERREIRA, Mamede. Londres, 1856.

²⁵ SCHAMA, Simon. Paisagem e Memória. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

²⁶ Ademais, nesse contexto é possível notar uma espécie de hierarquia urbana devido as tipologias existentes. A pesquisadora Amélia Reynaldo destaca essa fisionomia do Recife dividida em três áreas habitadas: "[...] As três áreas densamente ocupadas são a Vila do Recife (localizado na península, centro principal, onde estão localizadas as principais casas de negócios e a residência burguesa), Santo Antônio e São José (antiga cidade Maurícia), localizadas na ilha situada entre o recinto portuário e o continente, fundamentalmente o espaço da representação política, e parte da Boa Vista. [...] Nesse sentido, Boa Vista

claro, ao analisar, sobretudo, os discursos promovidos na segunda metade do século XIX, é possível notar uma tentativa de inscrição de novos símbolos na cidade inter-relacionados a projetos políticos modernizantes que comunicam algumas mudanças na experiência sensível dos indivíduos, especialmente aqueles que conduziram as mudanças neste *palco da modernidade*.

O primeiro discurso a ser observado no arco temporal supramencionado é o do matemático graduado em Paris, Francisco do Rego Barros. Ocupando o governo do estado de Pernambuco no período de 1834 a 1841, e de 1841 a 1844, em seu segundo mandato, Rego Barros deu início efetivo ao que ficou conhecido como "Repartição de Obras Públicas". A década de 1840 é considerada o marco inicial em que se pode apontar as primeiras tentativas de modernizar a antiga cidade com seus traços coloniais e estreitos, a fim de adaptá-la às demandas de um imaginário representativo que surgia ancorado na empiricidade que lhe tornava possível. Esse olhar sobre a cidade encontra-se em muitos discursos do século XIX, mas aqui destacaremos um em especial, sendo do próprio Rego Barros, em 1º de março de 1844, durante a prestação de contas do governo à Assembleia Provincial:

"Com este trabalho [referindo-se às obras da Repartição das Obras Públicas], fez a Câmara Municipal o importante serviço de descobrir os erros, e tortuosidades, que havia na edificação em geral, para serem reparados, logo que as circunstâncias o permitirem, e de por os encarregados do alinhamento dos edificios em termos de evitarem para o futuro irregularidades semelhantes às que atualmente embaraçam o aformoseamento da Capital" (GUERRA, 1973, p. 135-154)²⁷

Por "erros" e "tortuosidades", o governador refere-se às condições em que as edificações do Recife se encontravam, e tendo como missão dotar a cidade com uma moderna estrutura, Rego Barros dá início às primeiras obras da Repartição.

Em linhas gerais, a *Diretoria das Obras Públicas do Estado de Pernambuco*, como era denominada desde sua criação em junho de 1835, passada a ser chamada de

marca dois aspectos primordiais na urbanização da cidade: constitui o primeiro solo urbanizado no continente, caracterizando o início da ocupação suburbana, configurada pela construção isolada, distante dos limites de um grande terreno, distinta da erguida no alinhamento da rua, predominante na ocupação do Recife, de Santo Antônio e São José" (2017, p. 81). É a partir dessas três áreas que o Recife ganha seus traços tipológicos, alguns deles presentes até hoje. Contudo, grande parte das anotações de ambos os observadores detalham partes de uma cidade que passou por grandes transformações em suas paisagens, tanto em seus espaços físicos como nas imagens construídas em torno desses espaços.

²⁷ GUERRA, Flávio. **O conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

Repartição de Obras Pública em 1842, foi criada tendo por objetivo implantar uma série de obras que traria à cidade uma estrutura moderna articulada a novas infraestruturas voltadas à vida social do Recife. Vale destacar que as iniciativas em relação aos equipamentos públicos na Repartição também foram influenciadas pela ação do engenheiro e político francês Louis Vauthier²⁸. Mesmo tendo em nosso horizonte historiográfico a noção de que a História é feita por múltiplos sujeitos, isso não significa dizer que, em certos casos, alguns indivíduos tenham ações mais protagonizantes que outros na configuração de uma sociedade - o que não anula as contradições e tensões existentes, muito menos uma leitura dialética das vivências humanas -, em nosso caso, os projetos e planos urbanísticos do Recife, nesse primeiro momento, foram tipicamente elitistas. A inserção de "estrangeirismos" foi almejada por grupos sociais, inclusive por sujeitos mais conservadores. Esse processo de afrancesamento modifica não só a materialidade, mas a própria experiência sensível dos sujeitos, por meio de seus hábitos, costumes, sentidos etc.

As ações urbanísticas propiciadas pela Repartição refletem um espaço justificado por representações e significações atribuídas; conforme Reynaldo, a "[...] Repartição de Obras Públicas se deu em distinto lugares e enfrentou cinco temas destacados" (2017, p. 85), mas aqui citaremos apenas três que, em suma, abrangem a mobilidade por meio das redes viárias, a criação e formalização de serviços urbanos ligados, principalmente, ao saneamento, e as edificações de equipamentos públicos que serviriam para, segundo as palavras do próprio Francisco do Rego Barros, contribuir

²⁸ A atuação dos técnicos franceses e, em especial, de Vauthier efetuou profundos "rasgos" na fisionomia recifense, especificamente na vila do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. Nesse ínterim, vale destacar as observações do sociólogo Gilberto Freyre a respeito da vinda do engenheiro francês a Pernambuco; segundo Freyre, Vauthier, sendo formado na França, "[...] trazia muito viva, ao chegar ao nosso país, a vaidade de sua ciência francesa de aluno de pontes-e-calçadas da Politécnica; mas trazia igualmente vivo o poder de observação, a curiosidade, o espírito científico da indagação e comparação das coisas: das próprias coisas humanas" (FREYRE, 1997, p. 224). Esse "espírito científico" do engenheiro encontra solo fértil num Recife que "[...] requintava-se, desde 1830, em 'proibir toda e qualquer construção e arquitetura arbitrária'; em 'fazer cordear os terrenos e metrificar a arquitetura das frentes dos edifícios de maneira que pelo decurso do tempo todos se venham a igualar'" (1997, p. 227). Assumindo a direção da Repartição de Obras Públicas, Vauthier torna mais eficiente a execução dos planos da entidade. Dentre os muitos projetos realizados pelo engenheiro enquanto esteve a frente da repartição, cabe aqui destacar as seguintes construções: o Teatro Santa Isabel, um projeto arquitetônico francês na cidade do Recife; a alfândega, construída no antigo terreno do convento da Congregação do Oratório; a praça do Apolo, localizada no bairro portuário; e o cemitério de Santo Amaro. Em 1846, Vauthier volta para Paris, mas os princípios arquitetônicos e urbanísticos franceses ainda permanecem vigorando na cidade, especialmente no campo da Repartição das Obras Públicas por meio de outros técnicos.

para o aformoseamento da Capital. De modo a reconfigurar as topologias coloniais existentes, as obras públicas firmaram novas regras para as edificações (1839), e é nesse contexto que a paisagem da cidade enquanto espaço, ancorado nos sentidos produzidos para tal, se transforma num grande canteiro de obras. Conforme afirma o historiador Antonio Paulo Rezende, "[...] não havia, no Recife, nem luz pública, nem água encanada, nem tampouco saneamento. A vida social não era marcada por grandes agitações" (REZENDE, 2016, p. 37), mas essa vivência social vai sendo aos poucos modificada; em primeiro momento, tendo a frente da Repartição das Obras Públicas o técnico alemão João Bloem e do francês Boyer, ambos residentes no Recife na década de 1830. Diante da grandeza do projeto, posteriormente seriam trazidos de forma sistemática um conjunto de operários e técnicos oriundos das cidades de Hamburgo (1839) e Paris (1840), esta última vista como modelo para as obras a serem realizadas.

É importante mencionar que Bloem, mais do que um notável técnico, carregava em sua prática profissional certas concepções a respeito do traçado urbano, que tinham a finalidade de corrigir as estreitezas das ruas e as irregularidades dos bairros como um todo; Amélia Reynado lembra bem um detalhe importante a respeito de Bloem: ele foi o autor da *Postura Da Architectura, regularidade e aformoseamento da Cidade*, de 1839, uma compilação sistemática de normas e regulamentos que, dentre tantos aspectos, estabelecia uma largura mínima para as novas ruas²⁹ assim como uma série de pré determinações para o acabamento das fachadas. Essas exigências, mais do que princípios técnicos, revelam uma nova mentalidade que aspira romper com o padrão até então existente.

No mesmo ano, chega ao Recife um quantitativo de cento e cinco trabalhadores alemães, distribuídos entre artistas, operários e mecânicos com saberes altamente especializados; liderados pelo engenheiro Augusto Kersting, a missão teve como objetivo oferecer suporte aos planos e projetos urbanísticos. Mesmo diante da importância que esse trabalho inicial concentrou para os planos urbanísticos e modernizantes, foi apenas a partir do ano 1840 que o "afrancesamento" se acentua, onde

²⁹ "[...] as novas ruas deviam medir 60 pés as principais, e 40 as secundárias, o que equivale a 16,98 metros e 11,32 metros, respectivamente, no sistema métrico decimal, segundo o valor do pé holandês de 0,283 metros como escala de conversão. A altura mínima para as novas construções devia ser igual a 21 palmos, desde a soleira até a superfície do frechal, da superfície do primeiro soalhado até a do segundo 20 palmos de altura, da superfície do segundo soalhado até o terceiro 18 palmos, e daí para cima diminuiria um palmo por cada andar, enquanto as janelas deviam ter 12 1/2 palmos de altura e seis palmos limpos de largura 'acabando-se as beiras e soleiras para serem substituídas pela cornija'" (REYNADO, 2017, p. 86)

a vivência da cidade se torna representativa e "[...] negociada através de narrações, mas ela é, ao mesmo tempo, conformada (confirmada ou negada) pela experiência física direta. [...] A experiência urbana, essa trajetória pela cidade, vai ser sempre atravessada pelas narrativas. Assim como as narrativas vão sendo atravessadas pela experiência"³⁰. Isto é, a configuração colonial urbana existente desde a presença dos holandeses no século XVII, é profundamente transformada, antes na mentalidade através dos discursos produzidos nos espaços de produção de sentido.

Todas essas construções efetuadas na segunda metade do século XIX, transformaram a cidade das catedrais em um espaço marcado por edificações que atendiam às demandas de alguns grupos locais. O "novo" e o "moderno" enquanto conceitos passam a ser naturalizados como elementos a serem alcançados no espaço concreto e nas representações vinculadas às experiências sensoriais dos indivíduos. Mesmo havendo particularidades em cada bairro (ou vila), os projetos modernizantes revestem esses locais de novas funcionalidades. Citando Reynaldo, todos os bairros buscam responder as novas demandas políticas e culturais de uma cidade em expansão; há, portanto, sentidos construídos que direcionam e legitimam as atuações urbanísticas efetuadas nesse espaço temporal. A linguagem e o discurso presentes na construção de uma *cultura visual*, portanto, são meios de oferecer, no campo simbólico, sentido à realidade, legitimando, no caso do Recife no início do século, os planos e projetos de modernização dessa cidade em disputa.

³⁰ VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagem e Modernidade: os olhares sobre o Recife nos anos 1920. ANPUH - XXII Simpósio Nacional de História - João Pessoa, 2003, p. 3

CAPÍTULO 2

“Há um quadro de Klee intitulado Angelus Novus. Representa um anjo que parece preparar-se para se afastar de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula ruínas sobre ruínas e lhas lança aos pés. Ele gostaria de parar para acordar os mortos e reconstituir, a partir dos seus fragmentos, aquilo que lhe que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não as consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o imparavelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o monte de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o progresso é este vendaval”

Walter Benjamin, O anjo da história

TEXTO E CONTEXTO: AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA CIDADE NAS REVISTAS DO "NOVO" RECIFE

Remontar ao século XIX foi um percurso necessário a fim de resgatar algumas representações e narrativas construídas em torno das primeiras transformações ocorridas no Recife. Mais do que uma abordagem pertencente à história do cotidiano, pretendemos aqui, como já mencionamos, um profícuo e íntimo diálogo entre três grandes e significativos domínios historiográficos, sendo eles a história da leitura, história cultural e história das mentalidades, esta última nas devidas proporções, tendo por fim investigar não só as visões e representações de mundo produzidas no meio e recorte espaço-temporal aqui delimitado, mas também compreender possíveis ligações do impacto destas representações e discursos na formação da mentalidade social recifense através das expressões e narrativas fomentadas nos periódicos locais. Analisando a documentação do período podemos identificar que as representações e imagens produzidas e espelhadas sobre a cidade fazem parte de uma cultura escrita que

ao que parece era lentamente gestada e se consolidava politicamente através de uma tentativa de moldar os espaços públicos e privados.

Essa pesquisa e abordagem se assenta num debate que é fruto dos desdobramentos de uma historiografia que pelo menos desde a década de 1960 vem pensando a importância e papel da cultura escrita na transformação histórica das sociedades modernas. Citamos no primeiro capítulo³¹ alguns autores que foram pioneiros³² nessa abordagem, mas desejo mencionar mais dois trabalhos centrais e seminais a fim de que o leitor possa se familiarizar com os rumos tomados nesse capítulo. O primeiro é um conjunto de obras de Jack Goody (*The Consequences of Literacy*) e o segundo é de autoria do filósofo e teórico da comunicação canadense Marshall McLuhan (*The Gutenberg Galaxy*).

Indo de encontro com o modelo elitista dos estudos da paleografia e diplomática, essa nova abordagem historiográfica fruto de um intenso debate sobre o papel da cultura escrita era sustentada por dois fundamentos: o primeiro aponta para a noção de que o espírito humano foi amplamente impactado pelo processo de aprendizagem da leitura e da escrita e, conseqüentemente, o letramento foi responsável pelo desenvolvimento de novas formas de pensar e novos tipos de comportamento; sendo assim, o letramento assume um papel fundamental na dinâmica social e política de um grupo. O segundo fundamento, baseado nos estudos de Marshall McLuhan, se baseia na ideia de que os meios de informação – em especial a mídia impressa – afetava significativamente a organização cognitiva e psíquica dos indivíduos, e a partir disto seria necessário analisar o modo como isso impactava a organização social como um todo.

Sendo assim, cabe mencionar aqui que a pesquisa está alinhada com esse horizonte teórico-metodológico, e somado a isso a perspectiva do filósofo francês Jacques Rancière³³ que em sua obra *Políticas da escrita* analisa um fato peculiar da escrita na modernidade: antes de ser o exercício de uma competência, o ato de escrita é

³¹ Introdução: Notícias, representações e memória de uma cidade em confronto discursivo.

³² Trabalhos como os de Henri-Jean Martin, Armando Petrucci, Roger Chartier, Guglielmo Cavallo, Daniel Roche, Frédéric Barbier, Peter Burke, Robert Darnton, sobre a história social da escrita, a história do livro, a história da leitura e a história cultural, abriram uma série de novos caminhos de investigação entre as décadas de 1970 e 1990.

³³ RANCIÈRE, Jacques. *Políticas da escrita*. / Jacques Rancière; tradução de Raquel Ramalhe... [et al] – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 256 p. [Coleção TRANS]. Para maior aprofundamento na abordagem do autor na relação entre arte, escrita e discurso, conferir a obra *A partilha do sensível*; RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política* / Jacques Rancière; tradução de Mônica Costa Netto. – São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

uma maneira de ocupar o sensível e de dar sentido a essa ocupação (*partage du sensible*). Mas além da escrita, as imagens também são formas de ocupar o sensível, visível e palpável, sendo assim, são as imagens que produzem intervalos a partir dos quais pode-se fabular outras temporalidades, espaços, corporeidades, processos de emancipação e, sobretudo, transformação política do sensível. Esse processo de produção escrita e imagética não se limita apenas a poucos sujeitos pertencentes, no caso aqui analisado, a uma camada de leitores e letrados da cidade, mas é partilhada e (re)apropriada direta ou indiretamente por todos os indivíduos que permeiam os espaços que constituem o Recife. Ainda segundo Rancière, os espaços inaugurados pela modernidade, dentre eles os espaços de imprensa periódica, envolvem os atos de discurso – que ele denomina também como atos estéticos – como responsáveis pelas configurações da experiência, que “[...] ensejam novos modos de sentir e induzem novas formas da subjetividade política” (2005, p. 11).

A imprensa no Brasil nem sempre esteve atrelada às tentativas de configurar os espaços públicos, mas com a modernização política e cultural das instituições percebe-se, mais fortemente a partir da segunda metade do século XIX, a palavra impressa circulando de modo a delinear identidades culturais e políticas nos centros urbanos. Esse dado apesar de não ser particular às experiências urbanas do final do século XIX e início do XX no Brasil, ele corrobora para uma premissa importante que é adotada pela presente pesquisa: a imprensa de modo geral não é um mero veículo passivo de ideias; segundo o historiador Marco Morel³⁴, na medida em que enuncia discursos e expressões de protagonistas, a imprensa passou a ser vista como fonte documental que deve ser historicizada. Na tradicional historiografia, denominada de positivista ou historicista, a imprensa como fonte importante para o ofício do historiador era vista como detentora fiel e verídica dos fatos passados, não havendo possibilidade de ser questionada em seus conteúdos e narrativas. O resultado dessa compreensão seria uma série de abordagens limitadas que naturalizava esse tipo de fonte como “verdade última”; essa limitação atrelada a uma teoria e metodologia da história foi logo identificada e lentamente deu margem ao principal argumento que deu início ao relativo abandono dessa fonte de estudo. Segundo observa Morel (2003):

³⁴ MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003

“[...] Isto é, com a renovação dos estudos históricos e a ênfase numa abordagem que privilegiava o socioeconômico, a imprensa entrelaçou-se às discussões sobre ideologia e ‘superestrutura’ e passou a ser relegada a uma condição subalterna, pois seria apenas ‘reflexo’ superficial de ideias que, por sua vez, eram subordinadas estritamente a uma infra-estrutura socioeconômica” (2003, p. 8)

No entanto, a historiografia – constituída por inúmeros paradigmas – passou por algumas transformações de natureza metodológica e as abordagens políticas e culturais passaram a incluir a imprensa como fonte privilegiada nas operações historiográficas não mais como detentora de narrativas verdadeiras e fiéis ao recorte espaço-temporal analisado, mas como fonte que evidencia fragmentos do passado – as ruínas vistas pelo anjo da história mencionadas por Benjamin.

Houve um redimensionamento na importância da imprensa enquanto fonte histórica, mas essa fonte documental também foi compreendida como um agente histórico ativo nos contextos sociais em que se encontrava desde o seu surgimento – no caso do Brasil, da primeira metade do século XIX em diante. Conforme sublinhou o historiador francês Daniel Roche, a palavra impressa constitui uma força ativa, e não um mero registro passivo dos acontecimentos. Sendo assim, cabe analisar como os meios de comunicação, e em nosso caso os periódicos, interagiram através das palavras, narrativas e imagens impressas, na complexidade de um contexto.

O texto e contexto interagem de forma profunda, especialmente na virada do século XIX para o XX, na efervescência das tentativas de reescrita dos espaços sociais e urbanos da cidade³⁵, perpassando também as relações de poder entre aqueles que ocuparam as camadas de letrados. A proliferação dos meios de comunicação, e mais detidamente as revistas – tema já explorado na história cultural –, abre caminho para que seja possível não apenas identificar a força da revista como impresso decisivo na formação de um novo público leitor e consequentemente de novas sociabilidades, mas para que também seja possível investigar mais detidamente sobre as articulações políticas existentes nesses espaços, isto é, por quais motivações e intenções os sujeitos que usaram das palavras e imagens (re)vistas buscaram constituir as sociabilidades e construir memórias sobre a cidade. As representações sociais presentes nas revistas aqui mencionadas, conforme analisaremos, possuíam intencionalidades políticas mediadas

³⁵ Ver capítulos anteriores para uma maior compreensão do contexto em que as mudanças ocorridas no Recife aconteceram.

por interesses, regimes de historicidade e horizontes de expectativas, para citar um dos grandes referenciais do campo da história dos conceitos, Reinhart Koselleck³⁶.

2.1 AS REVISTAS ENQUANTO ESPAÇOS DE CONSTRUÇÃO DE IDEIAS, REPRESENTAÇÕES E PALAVRAS (RE)VISTAS

Quais as origens do periódico-revista em sua trajetória e reformulações da Europa para o contexto social brasileiro? Essa é uma questão fundamental para a imersão no contexto histórico em que estamos nos debruçando.

O historiador Roger Chartier em um de seus artigos publicado no ano 1991, denominado “O Mundo como Representação”³⁷, faz uma afirmação muito necessária no ofício de todo e qualquer trabalho historiográfico, apontando para a importância de haver uma reflexão metodológica atrelada à prática de pesquisa. Segundo Chartier, “toda reflexão metodológica enraíza-se, com efeito, numa prática histórica particular, num espaço de trabalho específico”. Em nosso caso – semelhantemente ao do historiador francês –, a prática histórica que fundamenta a presente pesquisa se divide em dois polos: a história dos periódicos, especialmente nos contextos de maior proliferação, e a análise das práticas que, a partir da proliferação e inserção da cultura escrita num meio social, produzem ou se apropriam de bens simbólicos, gerando usos e significados nos cotidianos vivenciados pelos mais diversos grupos sociais. O contato com a leitura é sempre mediado por gestos, espaços e, sobretudo, hábitos que condicionam os indivíduos a dotarem a realidade de sentido, e as revistas cumpriram um papel fundamental nesse processo, especialmente por intermediar o jornal e o livro. No entanto, entender o papel do periódico-revista requer essa imersão na história que esse suporte contém.

³⁶ KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto (PUC-Rio), 2006

³⁷ CHARTIER, Roger. O Mundo como Representação. Revista das Revistas, Estud. Av. 5 (11), Abr 1991. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010> > Acesso em: 20 de jun de 2022

É quase que uma unanimidade na historiografia que a experiência francesa foi pioneira no periodismo literário a partir do lançamento do periódico *Journal des Sçavans*, que mais tarde seria conhecido como *Journal des Savants*, um semanário que circulou em Paris entre os anos 1665 e 1795, dirigido e editado por Denys de Sallo. Mas o surgimento do impresso “revista”, conforme apontam Chartier e Henri-Jean Martin³⁸, está ligado à Grã-Bretanha, no século XIX; os pioneiros nesse novo gênero de impresso foram as revistas *Edinburgh Review* (1802), *Quarterly Review* (1809) e a *Blackwood's Magazine* (1817). Todos esses exemplares do gênero “revista” são considerados, conforme observa a historiadora Martins (2008), “marcos sinalizadores” de um tipo periódico que cresceria significativamente ao longo das décadas.

Ainda no tocante à experiência francesa enquanto pioneira no periodismo literário, se pode dizer que a moderna literatura periódica inaugura uma maior abrangência temática seguida de uma segmentação e um caráter seriado que seria característico das publicações desse gênero. Esses efeitos podem ser notados na Itália, através do pioneirismo do *Giornale de Letterati*, periódico que circulou entre os anos 1668 a 1881, cujo objetivo voltava-se para a divulgação de textos literários; já na Alemanha, ainda na segunda metade do século XVIII, editado entre os anos 1682 a 1731, o pioneirismo ocorreu graças ao *Acta Eruditorum*; segundo consta na Enciclopédia Britânica³⁹, o periódico alemão, diferentemente do italiano mencionado anteriormente, se detinha na divulgação de assuntos científicos, tendo uma característica peculiar que era o de ser redigido em latim – um indicativo que demonstra que o periódico circulava apenas em grupos muito mais restritos do ponto de vista político e intelectual. Fato é que, apesar das diferentes especialidades que os tipos de jornais possuíam, todos eles se consolidam lentamente como um suporte com a finalidade de veicular informação, cujo suporte ia sendo aperfeiçoado na medida em que os meios, como o papel, iam passando por melhorias e novos usos. Segundo Martins:

“[...] Importa considerar que a existência do periodismo ancorava-se em agremiações e/ou grupos que se queriam colocar, valendo-se do aperfeiçoamento do papel e de suportes técnicos que uma imprensa secular vinha permitindo operacionalizar, conjuntura favorecida, especialmente, pelo evoluir dos meios de transporte. Jornais, e em

³⁸ CHARTIER, Roger. MARTIN, Henri-Jean [direction], Histoire de l'édition française. Les temps des éditeurs. Du romantisme à la belle époque, Paris, Promodi/Centre National des Lettres, 1985, t. III, p. 124

³⁹ Enciclopaedia Britannica, op. cit. vol. 17, p. 514

seguida revistas, tornaram-se instrumentos correntes de informação, consignando-se aos primeiros as notícias de teor político e de divulgação imediata e às revistas temas variados, de informação mais elaborada, anunciando as últimas descobertas sobre as matérias abordadas” (MARTINS, 2008, p. 39)

Rapidamente ficava evidente a diferença que iria definir os espaços e os limites de uso das revistas. Já no início do século XIX, é possível identificar que os jornais e revistas tornam-se espaços em que a disputa por poder e narrativa seria muito presente, mas enquanto espaço de produção e fabricação de narrativas, o periodismo também se consagrou como moda e símbolo de progresso, devido ao contexto histórico-social que favorece o desenvolvimento desses espaços, definidos pelo avanço técnico das gráficas, o aumento do custo dos livros e da população leitora; esses indicadores de mudança, sobretudo na Europa, consolida a revista como um objeto intermediário entre o jornal e o livro, devido a sua capacidade de, numa só publicação, juntar uma gama de informações sobre os mais variados temas acompanhados dos recursos de ilustração – tudo isto sendo propiciado pelo “[...] seu baixo custo, configuração leve, de poucas folhas, leitura entremeada de imagens, [que] a distinguia-a do livro” (MARTINS, 2008, p. 40). Esse suporte entre o texto, imagem e leitor, destacou-se até mesmo no seu prazo de produção e veiculação, pois enquanto o jornal – por seu caráter mais imediato – seguiu uma produção diária, as revistas, por outro lado, seguiram uma veiculação mais cuidadosa, podendo ser semanal, quinzenal, ou em alguns casos, até mesmo trimestral, semestral ou anual.

As funções e papeis desempenhados pelos periódicos, no caso local do Recife, entre a segunda metade do século XIX e o início do XX possuem algo em comum no campo da comunicação: todas elas buscam ter um caráter formador e construtor do que chamamos aqui de memória em relação à própria imagem da cidade. Essa discussão dialoga fortemente com a discussão sobre *opinião pública* proposta pelo filósofo e sociólogo alemão Jürgen Habermas⁴⁰. Em suma, a necessidade de criar uma visão abstrata, mas dotada de sentido sobre um determinado objeto, denominada pelo sociólogo de opinião pública, pouco a pouco substitui o próprio público que habita o espaço sob qual a ideia de opinião pública tenta dar conta. Mas quem realmente são os

⁴⁰ HABERMAS, Jürgen. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, 2003.

formadores dessa opinião? Quem são os atores que fabricam os ditames de uma visão ou imagem uniforme e massificada sobre a cidade?

Segundo Habermas⁴¹, a opinião pública é a base normativa dos procedimentos políticos em países que se constituíram de forma democrática. Há sim controvérsias em torno da sua autenticidade devido aos interesses que ela pode estar representando, se públicos ou particulares, e a sua possível manipulação pelos veículos de comunicação. Sendo assim, a opinião pública forma-se no processo discursivo, argumentativo, que pode estar – e quase sempre está – sendo gestado e movido por interesses particulares. O comentador do conceito de esfera pública e opinião pública em Habermas, Kenneth Baynes, afirma que ao longo do século XX é possível perceber que a imposição dos interesses privados de grupos econômicos comercializa a sociedade civil, e a mídia (impressa) desempenha o papel de manipular a opinião pública.

Claro que a ideia de opinião pública perpassa diversos autores sob as mais diversas óticas e interpretações; Friedrich Georg Foster, John Locke, Jeremy Bentham, Immanuel Kant, Georg W. F. Hegel, Karl Marx, entre outros, mas é em Habermas que conseguimos ter o suporte teórico necessário para perceber essa dinâmica ativa entre os meios de comunicação e as tentativas de construção de memórias, opiniões e sentidos sobre um dado objeto.

Considerando que as revistas logo se inseriram nos hábitos de parte considerável da população, especialmente os grupos mais abastados, não podemos desconsiderar de maneira alguma a importância das ilustrações nas diversas formas de apropriações das camadas sociais não letradas. Conforme menciona Orlando da Costa Ferreira⁴², as imagens transformam os periódicos em objetos muito mais atraentes e acessíveis, especialmente para o público menos afeito à leitura, que se destacou, em sua diversidade, por receber as mensagens tecidas nos periódicos por meio dos desenhos que acompanhavam as intenções que norteavam as publicações diárias ou semanais. O periódico seria daí em diante fundamentado nas letras, mas, sobretudo, pelas imagens. O Brasil, diferentemente dos países estrangeiros que já possuíam um estágio mais avançado na produção de periódicos, possuía gráficas precárias e limitadas, uma população com um alto índice de analfabetismo, “[...] ausência de livrarias e mesmo de

⁴¹ Menezes, I. S. de. (2022). As origens e a importância do conceito de opinião pública na filosofia de Jürgen Habermas. *Intuitio*, 15(1), e39905. <https://doi.org/10.15448/1983-4012.2022.1.39905>

⁴² FERREIRA, Orlando da Costa. *Imagem e Letra: Introdução à Bibliografia Brasileira*. São Paulo, Melhoramentos/Edusp/Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1977.

pontos de vendas, raras bibliotecas públicas e editoração praticamente inexistente” (MARTINS, 2008, p. 42); Nesse cenário caracterizado pelo lento e gradual surgimento do impresso revista, esse periódico, apesar de sua difícil definição, encontra novas modalidades, dentre elas: a *revista ilustrada*, a preferida da população leitora; a *magazine*, uma das alternativas da população leitora, cujo número de ilustrações era acentuado aliado à finalidade do consumo e da publicidade, posicionando esse tipo de revista como um instrumento com características comerciais; e por fim, os *hebdomadários*, que foram os grandes responsáveis de cristalizar a periodicidade das revistas, “[...] infundindo-lhes com precisão a marca temporal”.

As variações de periodicidade e de propósitos das revistas orbitavam, em sua origem, o cunho informativo técnico e, sobretudo, político. O notável escritor Eça de Queiroz no *Prefácio da Revista Moderna*, em 1897, observa que as revistas surgem como uma exigência da vida moderna, sendo responsáveis por fixar fragmentos de uma dinâmica social demasiadamente acelerada.

“[...] Tão profusa, e complicada, e tumultuária, e rápida se tem tornado a vida moderna que, se os fatos dominantes não fossem flagrantemente apanhados em imagens concretas, e fixados em resumos lípidos, nós teríamos sempre a aflitiva sensação de irmos levados num confuso e pardacento redemoinho de ruído e poeira. A *Revista* é essa dedicada amiga que destaca da massa sombriamente moveiças cenas e os atores que, por um momento, merecem risos e lágrimas” (QUEIRÓS, 1897)

O que mais chama a atenção nesse trecho⁴³ é que além da revista ser apresentada como uma solução com potencial de síntese de uma vida moderna movida por *ruído* e *poeira*, ainda há uma tentativa de naturalizar os sujeitos que, continuamente, decidem e articulam aqueles outros sujeitos e cenas que serão retratados seguindo uma cultura escrita existente num determinado contexto social e político (lato sensu). A busca por uma modernidade nutrida por miragens e anacronismos, portanto, acompanha o limiar dessa forma de comunicação na segunda metade do século XIX em diante. Analisando a transformação pela qual a revista passa enquanto objeto e conceito, a historiadora Clara Rocha analisa que “[...] uma revista é uma publicação que, como o nome sugere, passa em revista diversos assuntos o que [...] permite um tipo de leitura fragmentada, não

⁴³ Eça de Queirós, “Prefácio”, *Revista Moderna*, Paris, M. Botelho, 1897, ano I, s/p. Grifo próprio

contínua, e por vezes, seletiva”⁴⁴. Fazendo ainda uma breve digressão, o dicionário *Le Robert* descreve que o termo de origem inglesa *review* data do ano 1705, inaugurando o primeiro uso da palavra, posicionando o termo como uma publicação periódica “[...] mais ou menos especializada, geralmente mensal, que contém ensaios, contos, artigos científicos etc.” (ROBERT, p. 390).

Apesar da revista ter carregado diferentes objetivos, propósitos e especializações, esse suporte teve como marca definidora o seu caráter fragmentado e periódico independentemente do território ou tempo em que ela se consolidou como suporte documental e de comunicação. Aparentemente pode não haver nenhum marcador histórico profundo ao analisarmos esse gênero periódico, no entanto, não se pode perder de vista na reflexão e investigação historiográfica os impactos que o surgimento de uma nova forma documental exerce numa sociedade, pois há nesse novo formato o potencial de mudar a maneira como parte de um grupo compreende a sua realidade: “[...] é preciso considerar que as formas produzem sentido, e que um texto estável na sua literalidade investe-se de uma significação e de um estatuto inéditos quando mudam os dispositivos do objeto tipográfico que o propõem à leitura” (CHARTIER, 1991, p. 178).

Seguindo a mesma concepção teórica de Chartier, as formas produzem sentido e significações, sendo apropriadas pelos grupos de diferentes maneiras. Fazendo uma breve digressão no cenário exterior, é possível identificar as primeiras manifestações periódicas voltadas para o Brasil, manifestações estas que criam e sedimentam certas características das revistas enquanto espaços de construção de ideias, informações e representações de determinados grupos, inclusive inserindo esse tipo de periódico como importante influenciador dos ditames sociais – o que Ana Luiza Martins chama de *quinto poder* conferindo às revistas o mesmo grau de influência política que os quatro poderes existentes no império brasileiro.

Desde a primeira metade do século XIX as revistas saíam de um lugar caracterizado pelas variedades temáticas para se tornar um objeto de negócio movido pelos recursos de natureza publicitária. Historicamente, é possível apontar o jornal (ou revista?) *Armazém Literário*, representada pelo jornal *Correio Brasileiro*, como a primeira imprensa periódica voltada exclusivamente para o Brasil, entre os anos 1808 e

⁴⁴ ROCHA, Clara. *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985, p. 33

1822. Em sua pesquisa *História da Implantação da Imprensa no Brasil, Imprensa de São Paulo*⁴⁵, o historiador Paulo Duarte observa que o fundador do Correio Brasiliense, Hipólito José da Costa Pereira Furtado de Mendonça, “[...] fundou em Londres, em junho de 1808, *aquele primeiro jornal*, ou melhor, *aquela revista mensal*, que se bateria pela independência brasileira até o advento dela, quando desapareceu”.

Logo após a independência da colônia portuguesa, a revista inglesa voltada para o Brasil deixa de existir, e esse fato histórico é fundamental para entender que no início do século XIX, o cenário político e econômico não era favorável para o fortalecimento da imprensa periódica; geralmente a censura é considerada o fator único para que esse cenário existisse por longos séculos, mas existem outros fatores que indicam os motivos determinantes para que fossem criados periódicos sediados no exterior. Além do peso da censura, a falta de estímulo e vontade política condicionava a ausência de investimentos no ramo somado às limitações culturais presentes no meio e à grande taxa de analfabetismo na população.

Contudo, a precariedade técnica no Brasil foi um elemento que tornava ainda decisivo os investimentos no periodismo no cenário estrangeiro. O já mencionado *Correio Brasiliense*, considerado o primeiro periódico – e aqui me refiro ao suporte jornal – brasileiro e português, possuía uma periodicidade mensal, circulando entre junho de 1808 e dezembro de 1822, contando com 175 títulos, de 96 a 150 páginas; foi impresso em Londres, na oficina de W. Lewis, e fora vendido por 1\$280⁴⁶, conforme consta no anúncio de J. J. Dodsworth, um comerciante carioca. Apesar da aparente estabilidade e repercussão do periódico fundado pelo liberal Hipólito José da Costa, o empreendimento enfrentava diversas instabilidades e uma série de déficits financeiros, pois o alto custeio não caminhava em pé de igualdade com a rentabilidade do negócio que, inclusive, carecia de recursos publicitários, tendo em vista a inexistência deles. Mas ainda assim, entre percalços e dificuldades, Hipólito é apontado como o pioneiro no uso das “fontes invisíveis” no processo editorial dos periódicos, o que a historiadora Ana Luiza Martins denomina de “[...] empréstimos suspeitos, chantagens editoriais, alternativas através das quais se explicaria, ao longo dos anos, a sobrevivência de muitos periódicos” (2008, p. 48). Ainda na primeira metade do século XIX, portanto,

⁴⁵ DUARTE, Paulo. *História da Implantação da Imprensa no Brasil, Imprensa de São Paulo*. São Paulo, ECA, 1972, p. 3-4.

⁴⁶ RIZZINI, Carlos. *O Livro, o Jornal e a Tipografia no Brasil*, op. Cit., pp. 345-347; Wilson Martins, *A Palavra Escrita*, São Paulo, Anhembi, 1957, pp. 352-353.

surgiria lentamente uma característica central das revistas e jornais: o potencial de influência sobre a mentalidade dos grupos sociais.

Foi em torno das propostas e projetos de uma construção e consolidação nacional que a segunda revista voltada para o Brasil surge, em 1836, no exterior, a *Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes*. Editada e impressa em Paris, a revista era apoiada por grandes nomes, como Gonçalves Magalhães, Salles Torres Homem, Araújo Porto Alegre, Monglave e Manuel Moreira Neves, este último o seu maior financiador. A revista contou apenas com dois números e circulou em ambiente restrito devido ao seu estágio gráfico que, por final, foi visto como estranho e elitizado no Brasil. À frente da revista, em especial na redação, estiveram os pioneiros da escola do Romantismo brasileiro, como D. J. Gonçalves de Magalhães e Manuel Araújo Porto Alegre, balizando o surgimento do Romantismo nas letras brasileiras, além de ser imbuída de um propósito nacionalista, trazendo como epígrafe *Tudo pelo Brasil e para o Brasil*. Na finalidade de atrair os brasileiros engajados na causa nacional, a revista apenas abrangeu a elite cultural e política da recém fundada e independente nação, propondo de forma irrefletida *considerações sobre todas as matérias* para um público cuja capacidade de leitura e compreensão era inexistente.

“[...] O amor ao país, e o desejo de ser útil aos seus concidadãos foram os únicos incentivos, que determinaram os autores dessa obra [...] Há muito reconheciam eles a necessidade de uma obra periódica, que, desviando a atenção pública, sempre ávida de novidade, das diárias e habituais discussões sobre cousas de pouca utilidade, e o que é mais, de questões sobre a vida privada dos cidadãos, os acostumassem a refletir sobre os objetos do bem comum, e de glória da pátria. [...] Tal é o fim a que se propõem os autores dessa revista, [...] para apresentar em um limitado espaço considerações sobre todas as matérias, que devem merecer a séria atenção do Brasileiro amigo da glória nacional⁴⁷

Os ideais de construção nacional colocam a revista, mesmo que brevemente, a serviço de projetos políticos próprios, mas também reafirma o impresso revista como sendo um instrumento abrangente, mas que girava em torno de uma finalidade informativa, formativa e de representação. O seu primeiro número traz o Discurso sobre a Literatura do Brasil, de Gonçalves de Magalhães, demonstrando que as maiores

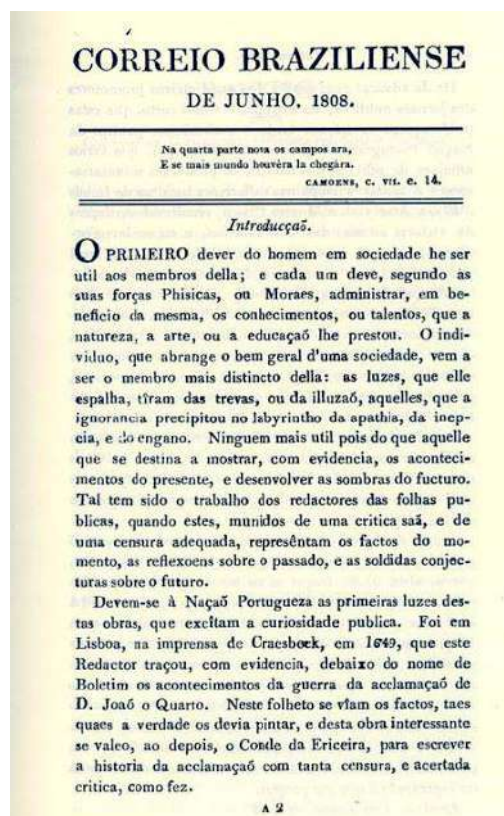
⁴⁷ Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes, Paris, Dauvin et Fontaine Libraires, Passage des Panoramas, 35, Imprimerie de Beaulé e Jubin, 1836

preocupações editoriais e de conteúdo desse impresso estavam realmente voltadas para um público restrito e diminuto, seja no Brasil ou em Paris, no seu lugar de produção e lançamento.

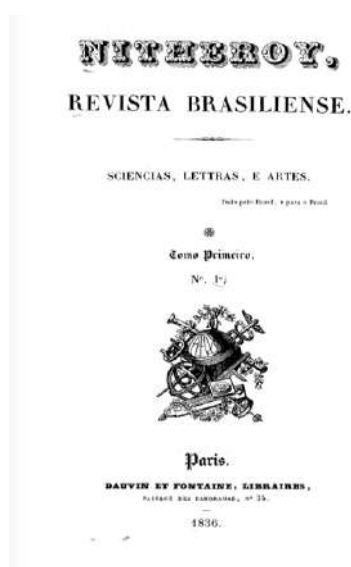
A terceira revista, *O Novo Mundo, Periódico Ilustrado do Progresso da Idade* (1870-1875), é a que mais evidencia o lugar político em que os agentes formadores das revistas ocupavam; criada pelo empreendedor José Carlos Rodrigues, a revista *O Novo Mundo* fora editada em Nova York por cerca de 5 anos, num contexto em que as relações políticas e diplomáticas do Brasil com a Inglaterra se enfraqueciam e o eixo se voltava para as relações com os Estados Unidos da América. O que mais chama a atenção na biografia e trajetória do seu fundador é que este foi bacharel pela São Francisco e atuou durante certo período no escritório do ministro Zacarias Góis e Vasconcelos, tendo passagem pelo jornalismo “indígena”, além de ter ocupado cargos administrativos no Império no ano 1868.

Ainda hoje não se sabe ao certo quais foram as motivações que levaram José Carlos aos Estados Unidos, mas ainda assim podemos lançar luz à questão pensando sobre como a criação dos primeiros periódicos voltados para o Brasil estão entrelaçados até certo ponto com a trajetórias de indivíduos que tinham um aporte financeiro para empreender num empreendimento tão custoso para o contexto. Custear uma revista não era uma atividade tão barata como é de costume pensar; o texto transformado em palavra (re)vista tinha um preço alto a ser custeado e mantido naquele contexto⁴⁸.

⁴⁸ BARBOSA LIMA SOBRINHO, Alexandre José. O problema da imprensa. Rio de Janeiro: Álvaro Pinto, 1923. MARIANI, Bethania S. Corrêa, Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: De como o discurso jornalístico constrói memória). In: ORLANDI, Eni Puccinelli (org.) Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas: Pontes, 1993. MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.



Capa do periódico *Correio Brasiliense*, Londres, 1808⁴⁹



*Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes, Paris, 1836*⁵⁰

⁴⁹ Capa do periódico *Correio Brasiliense*, Londres, 1808. Disponível em: Hemeroteca digital < <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=700142x&pagfis=4> > Acesso em: 02 Jan. 2023

⁵⁰ *Niterói, Revista Brasiliense, Ciências, Letras e Artes, Paris, 1836*. Disponível em: Hemeroteca digital < <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=700045&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=0> > Acesso em: 02 Jan. 2023



*O Novo Mundo, Periódico Ilustrado do Progresso da Idade, Nova York, 1870-1875*⁵²

Analizando o período da república, em especial a partir do ano 1897, já é possível observar algumas iniciativas comerciais cujo objetivo seria direcionar o periodismo como meio de marcar e ditar os elementos culturais considerados dignos de imitação e formação de um cotidiano social. Fugindo mais de um projeto político, editava-se em Paris a *Revista Moderna*, na aura da Belle époque francesa, trazendo em 15 de maio de 1897 o seu primeiro número, rico em ilustrações e elementos bem sugestivos do que seria a trajetória da revista daí em diante: Paris, apresentada como cidade da luz, o centro da civilização. Como parte do periodismo da Belle époque, a *Revista Moderna* vinha repleta de informações sobre o cotidiano europeu, possuindo como público-alvo os grupos brasileiros mais abastados devido ao crescimento do potencial comercial do café.

O seu diretor, o paulista Martinho Botelho – presente nas capas da revista como M. Botelho –, era filho do oligarca Antonio Carlos de Arruda Botelho, Conde do Pinhal, também passara pela Faculdade de Direito, mas sem findar a sua formação, seguiu o

⁵¹ Os primeiros periódicos para o Brasil editados no exterior. *Correio Brasiliense*, Londres, 1808. *Niterói*, *Revista Brasiliense*, *Ciências, Letras e Artes*, Paris, 1836. *O Novo Mundo, Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, Nova York, 1870-1875

⁵² *O Novo Mundo, Periódico Ilustrado do Progresso da Idade*, Nova York, 1870-1875. Disponível em: Hemeroteca digital <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=122815&pasta=ano%20187&pesq=&pagfis=1> < Acesso em: 02 Jan. 2023

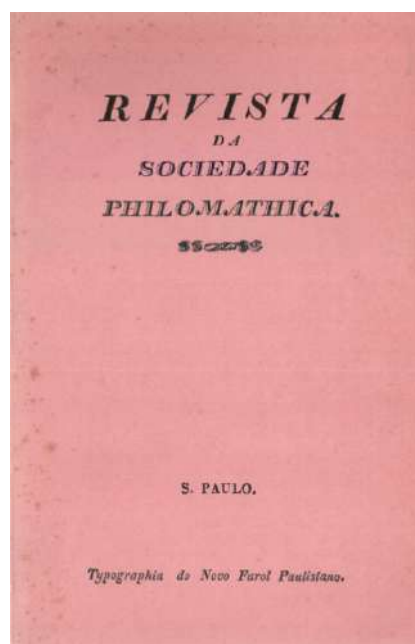
roteiro e trajetória que grande parte elite política ilustrada fazia: seguiu para Paris, criando sua própria revista. Mais uma vez, percebe-se a premissa identificada no processo de criação de grande parte das revistas criadas no exterior, mas voltadas para o Brasil: quase todas elas foram possíveis devido ao lugar social ocupado por seus respectivos fundadores.

No entanto, o impresso fundado por Botelho introduz uma característica que lentamente seria também incorporada pelas revistas propriamente brasileiras, isto é, o periodismo com um forte ímpeto comercial e, daí em diante, valendo-se dos recursos publicitários, tomando forma, lugar e vez nos ditames do mercado periodístico europeu. A junção entre inovação nos recursos da imprensa – imagem, texto jornalístico mais apurado e qualificado, técnicas de persuasão e publicidade, sensacionalismos, a dinâmica entrelaçada entre informações e imagens de maneira fluida – e o caráter comercial colocaria a revista, enquanto gênero periódico, como um negócio. Uma curiosidade que vale a pena ser mencionada é que entre as muitas estratégias que as revistas utilizavam para angariar assinaturas e um público fiel, prevalecia o encarte de propaganda do periódico junto a uma ficha de inscrição muito fácil de ser preenchida. Essa estratégia evidencia o quanto os periódicos pioneiros estavam em ascensão, mas sem deixar de lado a dependência diante dos desafios existentes para a sua manutenção⁵³.

Já na vanguarda do periodismo brasileiro, é em São Paulo que o primeiro periódico é editado pela primeira vez, dando início à primeira revista do Brasil independente. Foi no ano 1833, que a *Revista da Sociedade Filomática*, um empreendimento e iniciativa da Faculdade de Direito, sendo impressa, segundo a bibliografia em torno do objeto histórico, na Tipografia do Novo Farol Paulistano. Os

⁵³ MARTINS, Ana Luiza. *Revista em Revistas: Imprensas e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo (1890 – 1922). – 1º ed. 1º reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fafesp, 2008

seus autores, Carlos Carneiro de Campos⁵⁴, Francisco Bernardino Ribeiro⁵⁵ e J. I. Silveira da Mota⁵⁶, reproduziam em parte o perfil dos editores num Brasil que ainda se construía enquanto Estado Nacional em tempos conturbados de Regência. Ao analisar rapidamente os primeiros números da revista paulista, logo perceberemos que suas capas traziam junto consigo o contexto e limitações da imprensa gráfica no Brasil, tendo em vista a ausência de ilustrações e detalhes, conforme consta na primeira capa do exemplar abaixo:



Capa da primeira revista brasileira, 1833/Revista da Sociedade Filomática⁵⁷

⁵⁴ Carlos Carneiro de Campos, 3º Visconde de Caravela, nasceu na Bahia, em 1805, e faleceu no Rio de Janeiro, em 1878. Serviu como cadete no batalhão de D. Pedro I, estudou dois anos na Escola militar e seguiu para Paris, onde doutorou-se em Direito, em 1827. Lente da São Francisco pelo de. De 9 de fev. 1829, tomou posse em 13 de maio, tornando-se em 1843 deu diretor efetivo. Deputado, senador, diretor do Banco do Brasil, inspetor geral do Tesouro Nacional, Presidente da província de Minas Gerais, 1º Vice-Presidente de São Paulo, ocupou a Pasta dos Estrangeiros e a Pasta da Fazenda. Spencer Vampré, *Memórias para e Academia de São Paulo*, São Paulo, Saraiva/Livraria Acadêmica, 1924, vol. 1, pp. 148-149

⁵⁵ Francisco Bernardino Ribeiro, em 1835 lente da Faculdade de Direito, já redigira a folha política *A Voz Paulistana* e com apenas 18 anos envolveu-se com a *Filomática*, falecendo aos 22 anos. Wilson Martins, *História da Inteligência Brasileira*, São Paulo, Cultrix/Edusp, 1977, 1794-1855, vol. 2. Raimundo de Menezes, op. Cit., vol. IV, p. 1081

⁵⁶ José Ignácio Silveira da Motta, nasceu em 1807, na Vila Boa de Góias, filho de desembargador e faleceu no Rio de Janeiro, em 1893. Irmão do Barão da Vila Franca e pai de Arthur Silveira da Motta, o intrépido Barão de Jaceguai. Fundou no 3º ano da Faculdade de Direito, em 1831, *O Federalista*, e no 5º ano a *Sociedade Filomática*. Nomeado para vaga de substituto de Direito Criminal em 1834; lente em 1842, por dec. De 2 de set. do mesmo ano; senador do Império, deputado em várias legislaturas, advogado ao final da vida. Spencer Vampré, op. Cit. vol. I, pp. 167-168

⁵⁷ RIBEIRO, Francisco Bernardino; QUEIROGA, Antônio Augusto de; CAMPOS, Carlos Carneiro de. *Revista da Sociedade Filomática*. São Paulo, SP: Tipografia do Novo Farol Paulistano, 1833

Com o objetivo de “[...] criar um pequeno centro de luzes dispersas, procurar dessa maneira meios para seu adiantamento individual e incitar maiores capacidades a reunirem-se para proveito geral”, a Revista da Sociedade Filomática se colocava a serviço da missão de aliar literatura e política, cumprindo o papel “[...] que então se lhes reservava na época – auxiliar do desenvolvimento da cultura das nações” (MARTINS, 2008, p. 58). Em termos históricos, os impressos da *Sociedade Filomática*, podem ser caracterizados como um lugar de afirmação coletiva e de configuração de identidades e, sobretudo, um *locus* de reflexão para determinados fins externos à própria revista, neste caso, a veiculação de um projeto nacional; mesmo não havendo uma necessidade ou ímpeto mercantil e comercial nesse primeiro impresso na vanguarda do periodismo brasileiro, podemos observar que a revista supracitada faz parte de um fragmento do quadro mental do século XIX que, apesar de ter um público restrito de leitor – em sua maioria, o acadêmico e uma reduzida elite –, demonstra um quadro histórico que seria comum, apesar das inúmeras especificidades e diferentes desdobramentos.

Dentro de nossa digressão do periodismo na história brasileira, identificamos também algumas revistas notáveis para o contexto da época, como a *Revue Brésilienne*, editado no Rio de Janeiro, no ano 1839; a *Revue Française*, sob iniciativa do gravador C. H. Furcy, editada e impressa na Rua dos Barbonos e vendida na Livraria de Souza e Companhia, à Rua dos Latoeiros, nº 60, contando com nomes ilustres e influentes como assinantes, em sua maioria nomes franceses, observando-se entre os brasileiros Eusébio Queirós Coutinho Matoso e Câmara, F. de Salles Torres Homem, F. E. Taunay, Francisco Freire Alemão, J. M. Rocha Cabral, José Clemente Pereira, José Joaquim da Rocha, Marquês de Maricá, Paulo Fernandes Viana, entre outros, que representavam uma reduzida elite, “[...] de atuação reconhecida, configurando parte do público leitor brasileiro da época” (MARTINS, 2008, p. 59).

É fundamental ressaltar que a *Revue Française* possuía um alto nível de sofisticação em seus números, especialmente devido à presença das ilustrações e dos usos cuidadosos de tipografia alinhada à proposta artística romântica que vigorava no Brasil de então. Surgiria anos mais tarde, em 1866, a *Cabrião*, denominada como explicitamente como revista, carregada com dezenas de ilustração trazendo a pilhéria como texto periódico.

Contudo, uma das revistas mais bem conceituadas não foi um periódico de poucos números, muito menos com inúmeras modificações em seu tratamento gráfico, e aqui me refiro a *Revista Brasileira, Jornal de Ciências, Letras e Artes*, a partir de sua segunda fase (1857-1861) em diante; o periódico, considerado por Martins (2008) uma revista secular, se configurou como um impresso cultural⁵⁸ ao longo de suas fases e renomados editores – 1º fase: Francisco de Paula Menezes, 1855; 2º fase: C. Baptista de Oliveira, 1856-1861; 3º fase: Nicolau Midosi, 1879-1881; 4º fase: José Veríssimo, 1895-1899; 5º fase: Baptista Pereira, 1934-1935; 6º fase: ABL (Levi Carneiro), 1941-1966; 7º fase: ABL (Josué Montelo), 1975-1980). Foi na tentativa de criar um ambiente irradiador de ideias e reflexão que o periódico revista foi se destacando do jornal e do livro, e a Revista do Brasil, iniciativa do jornalista Júlio Mesquita e de Plínio Barreto e José Pinheiro Machado Júnior, foi um ponto de inflexão nesse sentido.

A iniciativa desses sujeitos configurou o forte grupo do jornal *O Estado de S. Paulo*, apresentando segundo aponta a bibliografia em torno do tema, uma tiragem de 40.000 exemplares contando com cerca de 100.000 leitores no ano 1915. A *Revista do Brasil* surge nesse fluxo editorial como parte da consolidação do grupo no século XX, iniciando denominada como *Cultura*, título que seria posteriormente reformulado. O que chama a atenção, segundo aponta a historiadora Tânia Regina de Luca⁵⁹, é que diferentemente das revistas brasileiras que a antecederam a *Revista do Brasil* foi pioneira no processo de planejamento de sua linha editorial e diretrizes, planejando a inserção de acionistas e aquisição de cotas, entre outros marcadores.

O periodismo triunfante pelo qual as revistas passaram na virada do século XIX para o XX foi possível devido ao processo histórico no qual o Brasil como um todo passava, e inferir a procedência e formação desses periódicos com o projeto nacionalista de modernização requer uma análise de como as revistas – compreendida aqui como manipuladora de percepções, subjetividades e vontades – se originaram na sociedade

⁵⁸ Vale ressaltar que foi na terceira fase da *Revista Brasileira*, editada por Nicolau Midosi, que o periódico ganhou bases comerciais mais sólidas, tendo em vista o elenco de colaboradores que fizeram parte desse impresso: “[...] lembrando que, em suas páginas, Machado de Assis lançou *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, a comédia *Tu Só, Tu, Puro Amor*, *A Mosca Azul*, entre outras obras; o jornalista Carlos de Laet, na seção *Crônica Literária*, defendeu Fagundes Varela, criticado por Castelo Branco; Sílvio Romero divulgou ali o primeiro capítulo de sua *História da Literatura Brasileira*; Sacramento Blake anunciou na Revista o lançamento do seu *Dicionário Bibliográfico Brasileiro*...” (MARTINS, 2008, p. 63)

⁵⁹ LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a [N]ação*, São Paulo, Doutorado História-USP, 1996. Até o momento, após um trabalho realizado a fim de mapear as pesquisas em torno do tema, essa é a pesquisa mais abrangente sobre a temática.

brasileira e quais foram suas principais apropriações e usos pelos editores, escritores e leitores.

Sendo assim, essa digressão demonstra que o periodismo passa por muitas reformulações ao longo das décadas, mas no Brasil essas mudanças estão muito atreladas ao contexto social e político, especialmente no século XIX. A revista como impresso que surge a partir do jornal inaugura um novo tipo de periódico com forte teor cultural, social e literário, ao contrário do jornal que seria conhecido por seu cunho político e ligeiro, cotidiano; lentamente, especialmente na virada do século XX, as revistas se especializariam no uso de ilustrações e na abordagem nas mais variadas temáticas existentes, ditando os ditames culturais por meio das suas representações e imagens veiculadas; a revista assim seria mais um instrumento dentro do circuito das representações e os seus efeitos práticos seriam notados num país em constante mudança.

A vida política, ao que parece, se converte numa espécie de *mercado* onde os grupos sociais, especialmente os sujeitos tidos como marginalizados, pensariam com base no que lhes é dito por quem detém o monopólio da produção de sentido, percepção e expressão do mundo social. Mas essa é apenas uma impressão que surge na análise e cruzamento das fontes, sendo necessário um maior aprofundamento.

Nos *regimes do olhar*, conceito proposto pelo filósofo e historiador da arte Georges Didi-Huberman, é necessário a compreensão historiográfica de que há dimensões políticas nas imagens e textos comunicados num dado momento histórico e elas detém uma influência significativa na constituição do que deve ser lembrado, mas também o que deve ser esquecido. Além disso, essa dimensão política das representações também é marcada por conflitos de narrativas, interesses e disputas pelo real. Conforme descreve Pierre Bourdieu⁶⁰, o real é um *campo* de conflito⁶¹ e disputas

⁶⁰ BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.

⁶¹ Bourdieu procura superar a oposição entre o subjetivismo e o objetivismo mediante uma relação suplementar, vertical, que medeia entre o sistema de posições objetivas e disposições subjetivas de indivíduos e coletividades. O *habitus* é referido a um campo, e se acha entre o sistema imperceptível das relações estruturais, que moldam as ações e as instituições, e as ações visíveis desses atores, que estruturam as relações. O social é constituído por campos, microcosmos ou espaços de relações objetivas, que possuem uma lógica própria, não reproduzida e irreduzível à lógica que rege outros campos. O campo é tanto um "campo de forças", uma estrutura que constrange os agentes nele envolvidos, quanto um "campo de lutas", em que os agentes atuam conforme suas posições relativas no campo de forças, conservando ou transformando a sua estrutura. (BOURDIEU, 1996, p. 50)

para definir o que é o real; em suma, a produção, reprodução e recepção de ideias e imagens propostas pelos periódicos correspondem a necessidades de certos grupos sociais, mas também aos enfrentamentos políticos e simbólicos mencionados anteriormente.

2.2 PODER E PERIÓDICO: A FORÇA DA PROPAGANDA E DA PALAVRA NA CONSTRUÇÃO DE MEMÓRIAS NO RECIFE

A revista pode ser considerada em muitos aspectos como a porta-voz da modernização, mas não apenas no aspecto técnico atingido com o avanço de muitas gráficas no Brasil de modo geral, e em especial do Recife, mas sobretudo por ter carregado mensagens e conteúdos a serviço de um projeto político e econômico; as revistas, como meio de comunicação, desempenharam um papel de definir memórias. Mas como veremos nem sempre é possível identificar de forma objetiva e imediata essas relações nas fontes, o que não quer dizer que não estejam presentes nas suas entrelinhas, principalmente quando identificamos a quem pertenciam as mãos e mentes construtoras dos periódicos, em especial as revistas *A Pílhéria*, *Rua Nova*, *Mauricea* e *Revista da Cidade*. Essas revistas demonstram que havia uma *ordem* naturalizada entre o periódico e as relações de poder que o perpassavam; o projeto civilizador, portanto, se apresentava de forma sutil através delas.

O espaço legitimador do impresso durante a Primeira República se assenta na ausência de uma indústria livreira nas cidades brasileiras, razão na qual contribuiu para que as revistas tivessem a função de veicular imagens de um novo Brasil – traduzir as transformações urbanas ocorridas devido aos projetos modernizadores do mesmo espírito civilizador que movia as reformas urbanas nas principais capitais europeias. A missão de traduzir novidades e conquistas técnicas faz parte de uma série de adequações pelas quais as revistas passaram; *tanto quanto o jornal*, porém *mais que o livro*, as revistas eram “[...] o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso de momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo. Acrescente-se a isso [...] uma aparência luxuosa” (MARTINS, 2008, p. 27).

Um produto cuja finalidade era a de delinear mentes e corações, atingindo não apenas as camadas de letrados, mas também aqueles que eram movidos pelas imagens e fotografias presentes nesses materiais. A modernização do Recife apesar de ter configurado profundamente o *ethos* da cidade, não aconteceu de forma contínua e num período curto, e sim de forma intercalada abrangendo tanto o aspecto material como simbólico. O historiador Fernando Diniz Moreira⁶² destaca que o processo de modernização da cidade recifense ocorre entre meados do século XIX e XX, em quatro momentos e períodos diferentes⁶³.

É nessa dinâmica de transformações que as revistas, ao mesmo tempo que noticiam e apontam os caminhos e percalços da modernização, produzem imagens e discursos que naturalizam e legitimam determinadas ações políticas e culturais em torno da cidade. O entendimento da cultura escrita, isto é, o lugar – simbólico e material – que as revistas ocupam em/para determinados grupos sociais na cidade recifense, nos envolve numa teia de relações políticas que foram cruciais para a formação dos sentidos e conformação de imaginários sobre o *velho* e o *novo* no Recife.

⁶² MOREIRA, Fernando Diniz. A Construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). Recife, UFPE, 1994 (Dissertação de Mestrado)

⁶³ O primeiro – já analisado no capítulo anterior – ocorre a partir dos anos 1840 por meio do governo de Rêgo Barros, o Conde da Boa Vista, momento em que o Recife se viu tomado por inúmeras estrangeirices devido à inserção de elementos franceses nas obras da reforma urbana da cidade; um dos grandes responsáveis pela mudança na topografia da cidade foi o engenheiro e arquiteto Loius Vauthier, e como mencionou a arquiteta e urbanista Amélia Reynado: a cidade se transformou num grande canteiro de obras – construção do Teatro Santa Isabel, projeção do Mercado de São José e da ponte pênsil de atual Caxangá, mas o arquiteto também notou a necessidade de levar o espírito civilizador para as vias mais profundas da cidade, abrangendo o abastecimento e saneamento básico das ruas e vielas existentes. O segundo momento de modernização do Recife, segundo o historiador, ocorre entre os anos 1909 e 1913, de maneira mais limitada ao Bairro do Recife; foi nesse período que os tão saudosos Arcos da Conceição e o de Santo Antônio foram derrubados, assim como a Igreja do Corpo Santo. Esse foi um dos períodos em que a cidade do Recife teve suas entranhas reviradas devido às reformas de impacto radical no tecido de uma urbanidade ainda em construção; as ruelas estreitas em estilo tipicamente colonial deram origem, no caso do bairro do Recife conhecido hoje por “Recife antigo”, a avenidas mais espaçadas, arborizadas (Marquês de Olinda e Rio Branco) e planejada absolutamente do zero – uma memória construída de forma racionalizante e imbuída na mentalidade social dos indivíduos até os dias atuais. Nesse mesmo período também houve outra reforma, a do Porto (1909-1923), iniciada no ano 1909, cujo objetivo seria a drenagem do leito do ancoradouro, a retificação do cais e infraestrutura necessária para a atração e aporte de navios de maior porte, como as embarcações transatlânticas. Conforme aponta o historiador Daniel de Souza Vieira, além das frequentes paralizações na reforma do porto, esta se arrastou por quase meados da década seguinte, levantando-se também por parte do ímpeto modernizante “[...] a necessidade de higienizar o espaço urbano, tendo em vista a precariedade sanitária que o Recife herdara dos tempos imperiais” (VIEIRA, 2003, p. 104).



Reforma urbana no bairro do Recife; ao fundo a Igreja do Corpo Santo – Bairro do Recife /
Francisco Du Bocage/Acervo Instituto Moreira Sales



Arco de Santo Antônio / Moritz Lamberg / Acervo Instituto Moreira Sales



Arco da Conceição, demolido nas obras de reforma do bairro portuário do início do século XX.
Ilustração Brasileira. Rio de Janeiro, a. V, n. 46, junho 1924



Arco da Conceição (1905) / Coleção Josebias Bandeira / Acervo Fundaj

Foi apenas no ano 1915, após a demolição e “rasgo” no tecido urbano da cidade, que o Plano de Saturnino de Brito foi efetivado, trazendo à uma quase totalidade da cidade um novo sistema de água e de esgotamento sanitário. Após esse período a cidade ainda passaria, segundo Diniz, por mais dois momentos de urbanização; o terceiro período porta-voz do ímpeto modernizador ocorre entre 1922 e 1926, durante o governo do então governador estadual Sérgio Loreto e o quarto momento desse processo de modernização abrange a construção da atual avenida Guararapes, responsável por demolir diversas edificações do Bairro de Santo Antônio, “[...] nas quais se abrigavam várias casas de pensão e outras formas de ocupação que geravam habitações com pouca qualidade de vida” (VIEIRA, 2003, p. 104).

Durante esse quadriênio uma das obras mais significativas efetuadas pelo governo foi a construção da avenida Beira Mar, iniciada em 1922 e finalizada em outubro de 1926. Além de conter uma pista macadamizada com aproximadamente cinco quilômetros e paralelo com a praia de Boa Viagem, a avenida também contou com inúmeros coqueiros, iluminação elétrica e uma extensa linha de bonde. Se um bairro pode ter certidão de nascimento, Boa Viagem ganhou o seu registro em outubro de 1925 e nasce sob o signo do automóvel e do imaginário modernizante. Em uma das páginas do *Diário do Estado* – importante periódico que se posicionava em prol da gestão do governo de Sérgio Loreto – percebemos o fundamento que norteou a abertura e, nas palavras do periódico, a *expansão territorial da cidade*:

Para quem observa os melhoramentos porque vem passando essa capital, de alguns anos a esta parte e principalmente no atual momento, o de maior relevo no que se respeita à ampliação da área urbana, o que se fazia inadiável pelo desenvolvimento de nossa população – é a construção da Av. Beira Mar que, partindo da praia do Pina, vai ter a Boa Viagem.⁶⁴

Outro discurso fomentado pelos meios periódicos em prol das reformas urbanas que forjavam uma nova imagem e roupagem moderna para a jovem república

⁶⁴ “Jornais de hontem”, Diário de Pernambuco, 20.07.1924. p. 2.

encontra-se na Revista de Pernambuco, no texto de uma missivista, expressando bem três dimensões importantes para a compreensão do período: a material (as transformações ocorridas no que seria o bairro de Boa Viagem), a simbólica (como a ação paisagística foi assimilada pelo imaginário social) e a discursiva (a narrativa presente no periódico como elemento importante na mobilização da subjetividade política e dos afetos). Leia-se:

“Impacientada destas dúvidas, de ouvir estas conversas contínuas ora louvando, ora atacando os trabalhos, resolvi fazer um passeio àquele lugar no intuito de poder também, por minha vez, condenar ou elogiar obra tão falada.

[...]

Fiquei simplesmente maravilhada, contemplando a obra realizada!

Os inúmeros coqueiros novos, que cobrem todo o campo ao longo da estrada, a muralha de pedra, que se estende como uma fita diante da vista, os pequenos passeios, calçados de pedra branca e preta, onde se acham colocados os postes do bonde, me faziam pensar no ‘Passeio dos Ingleses’, de Nice... O mar azul, azul do mediterrâneo, excitava ainda mais a minha imaginação e pensei estar na ‘Côte d’Azul’!

Não posso exprimir a minha surpresa, a minha impressão ante a perspectiva belíssima e original daquela interminável fileira de postes, elegantes, em cimento armado, formando um branco arrendado que se destacava sobre o fundo muito azul do céu e do mar.

Pode somente negar a beleza e a importância da obra quem ainda não a conhece, quem ainda não a pôde apreciar com a sua própria vista.”⁶⁵

É interessante perceber o quanto a transformação da topografia da região faz com que a escritora realize correlações entre a dimensão visual da avenida com locais ou experiências ligadas ao exterior (especialmente aos países europeus), e através de seu

⁶⁵ LADEVESE, Angéline. “Impressões sinceras sobre a Avenida Beira Mar”, Revista de Pernambuco, Ano 01, n. 05, novembro de 1924.

discurso presente nesse número da revista pode-se perceber uma espécie de naturalização e legitimação do novo devido à imagem (e consequentemente à apreciação estética) que ela proporciona. Nas palavras do historiador Daniel Vieira, “[...] os próprios textos são construídos e pautados por uma imagética que se pretende superior a qualquer outra forma de linguagem, como se não houvesse argumento que vencesse uma imagem” (VIEIRA, 2003, p. 108).



Palacetes e chalés para o veraneio das famílias constituintes da Avenida Beira Mar na década de 1920 / Foto: Alexandre Berzin / Acervo do Museu da Cidade do Recife.

Dentro dessas três dimensões identificadas no discurso apresentado acima, é possível também notar – nessa e em outras narrativas presentes nos periódicos da época – um indicativo de que a inauguração da avenida assim como as reformas ocorridas no bairro central do Recife seria um novo capítulo da história recifense, uma cidade que se abria à modernidade, aos automóveis e à dualidade entre a vida frenética e fluida da experiência urbana e a possibilidade de pausa associada ao ambiente praieiro. Em uma das revistas pesquisadas para a construção da presente pesquisa, pude notar outro discurso que se insere nessa cultura escrita que se estabelecia em torno das transformações materiais e simbólicas ocorridas nessa terceira experiência urbana, no governo Sérgio Loreto; N’*A Pilheria*, mais especificamente na seção “À Porta do Leça” há um diálogo entre dois indivíduos sobre a temática do aumento do número de automóveis na cidade. Leia-se:

“Parece triunfante a idéia da fundação, na cidade, do Automóvel Club. Sobre o assunto alguém ironizou”.

- É triste que uma cidade como esta, em que a gente já tem a sensação deliciosa do risco de ser esmagado por um automóvel, ainda não cogitasse de organizar uma associação com o louvável fim de trabalhar pela difusão das tais máquinas, reconhecidamente úteis à sociedade, no tocante à diminuição da espécie.

E o Leça, que é um dos maiores propugnadores do justo tentamen [sic.] protestou:

- O automóvel não serve só para diminuição da espécie. Muito ao contrário, ele é o grande veículo que vence distâncias, quando se fez mister sua cumplicidade para casos urgentes de...

E, numa pirueta:

- O Sr. Nunca foi à Boa Viagem?”⁶⁶

A figura do automóvel é vista de duas formas totalmente distintas seguidas de linguagens diferentes; o que chama a atenção no diálogo, além do automóvel é claro, é como esse transporte urbano é visto e assimilado no cotidiano do Recife, pois a *difusão de tais máquinas* se relaciona diretamente com o *risco de esmagamento* e com a *diminuição da espécie* – o que acaba soando aos nossos olhos atuais como uma afirmação demasiadamente exagerada, mas não é nosso objetivo aqui cair em anacronismos perigosos. Nesses discursos fomentados pelas revistas torna-se claro que os automóveis inseridos numa cidade racionalizada, planejada e reescrita em seus espaços trazia o medo junto aos seus encantos. O historiador Jaílson Pereira da Silva⁶⁷ faz uma afirmação muito contundente sobre esse contexto em que os automóveis e as transformações urbanas estavam intimamente ligados: “Ainda que os espaços da cidade não tenham sido pensados para os automóveis, ele os invadirá. Disputará as ruas e avenidas com outros meios de transporte, e por fim, na maioria esmagadora dos casos, sairá vencedor”. E pelo que tudo indica realmente saiu.

Mais uma vez recorrerei a revista *A Pílhéria* para analisar um breve comentário que satiriza o transporte público protagonizado pelo bonde através da empresa

⁶⁶ “À Porta do Leça”, *A Pílhéria*, Ano 3, n. 101, 01.09.1923

⁶⁷ SILVA, Jailson Pereira da. *O Encanto da Velocidade: Automóveis, Aviões e Outras Maravilhas no Recife dos Anos 20*. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, p. 41

Pernambuco Tramways. No ano 1923, houve um grande número de matérias e textos nos periódicos locais a respeito da insuficiência e tempo de espera dos bondes, e esse cenário possibilitou ainda mais a necessidade de enxergar os automóveis como uma alternativa melhor para uma cidade em crescimento, fazendo com que os escritores da referenciada revista chegasse a ridicularizar a situação: “depois de muito esperar o bonde, vendo o ponto ir se enchendo cada vez mais de gente, o cidadão já não precisa mais do carro, pois quando esse finalmente passa, ele, nem mais ninguém estão no ponto. É que, impacientes pela espera, e entediadas, as pessoas começam a mexer no gradil que protege a arborização municipal, até que chega a guarda e a todos leva presos”⁶⁸.

No quadriênio do governador Sérgio Loreto houve uma relação no mínimo intrigante, pois o crescimento vertiginoso dos automóveis coincide também com o aumento e alargamento de vias, principalmente ruas que ligavam os subúrbios à região central da cidade. Nas palavras do historiador Daniel Vieira, de “[...] dezembro de 1924 a outubro de 1926, ou seja, em menos de dois anos, os autos se multiplicaram. De menos de 200 a, pelo menos, 2000” (VIEIRA, 2003, p. 111). No entanto pensar a cidade em função do moderno e da transformação não era uma realidade compartilhada por todos, pois a mesma cidade que pensava suas relações e espaços a partir do *novo* também era a cidade que ainda carregava um cotidiano fortemente tradicional caracterizado por carroças puxadas por animais que cruzavam o bairro do Recife em suas avenidas largas, elegantes e cheias de automóveis; assim como por trabalhadores ambulantes que, como menciona Jailson da Silva⁶⁹, enchiam as ruas com balaies de frutas e caranguejos pendurados, favorecendo o aumento de acidentes envolvendo pedestres e autos.

Conforme mencionara o escritor José Penante – que viria a ser no ano 1927 o diretor e secretário da Revista da Cidade –, o Recife se apresentava como sendo a *terra dos contrastes*. Abaixo, leia-se um trecho do texto presente na revista:

“Não é nenhuma outra. É’ a nossa, a terra dos contrastes. Nos bondes lê-se annuncios berrantes avisando que é prohibido cuspir

⁶⁸ “Na hora do bond...”, A Pílhéria, Ano 3, n. 97, 04.08.1923

⁶⁹ In: “os acidentes de automóveis”, Jornal do Commercio, 19.06.1926, p. 8 *apud* SILVA, Jailson. *Op cit.* p. 74-76.

nos mesmos. Não há, entretanto um carro da *Tramways* que não seja uma verdadeira escarradeira. E' tambem prohibido subir ou descer nos bondes em movimento. Todos os dias quasi morre gente sob as rodas dos carros ou com a cabeça de encontro os póstes. Para qualquer lado que se olhe, nesta formosa cidade, se encontra annuncios de remédios 'efficazes', que 'curam radicalmente', para o rheumatismo. E nunca se vio, como aqui, tanta gente rheumatica nas ruas..."⁷⁰

Além desse fragmento presente no primeiro número da revista, é possível também encontrar outro fragmento textual – uma nota – sobre uma realidade social que estava presente no bairro do Recife, especialmente nas ruas consideradas mais importantes, como a Rua Nova; o tema da vez tratado com certo tom de indignação analisa um “[...] problema [que] continua sem uma solução conveniente” :

“O thema tem sido muito batido. E não é de hoje nem de hontem.

Devia, pois, estar bem estafado. Mas não está, porque o problema continua sem uma solução conveniente. E', assim, sempre actual.

Trata-se da necessidade da localização do meretrício.

Será possível que não se tenha ainda encontrado um meio de sanear definitivamente algumas ruas, das mais importantes da cidade – a rua Nova, por exemplo – ostentando o espectaculo deprimente de uma chaga que em toda parte se procura esconder com o maior cuidado, n'uma preocupação de decoro digna dos melhores aplausos?

Não ha, todavia, motivo para malsinar a acção das autoridades.

Mais duma administração policial tem procurado remediar essa vergonhosa e lamentavel situação.

Infelizmente, essa louvavel campanha tem resultado frustra, em face d'uma erronea e tendenciosa interpretação da lei,

⁷⁰ “A Terra dos Contrastes”, Revista da cidade, Ano 1, n. 01, 20.05.1926

de que não escrupulisa em lançar mão a advocacia gananciosa para a qual não valem os motivos de ordem moral.

Não se deve, porem, admitir que á sombra da lei bysantinamente interpretada, se estadeie vergonhosamente a prostituição nas ruas mais movimentadas e importantes do Recife.

Reforme-se a lei, si for necessário.

E de modo claro e preciso para que a acção moralisadora da Polícia não encontre mais obstaculos.

Exigeo-o o próprio decoro da cidade.”⁷¹

Nota-se no texto que a prática de prostituição é tratada com termos que se relacionam com a realidade física da cidade, isto é, seria necessário “sanear” e exigir o “decoro” da cidade não só em sua dimensão física, mas enfrentando também práticas que iam de encontro com a “ordem moral” das camadas mais abastadas – e claro que as instituições governamentais, nesse caso, teriam o papel de moralizar essas sociabilidades contrastantes com o novo Recife. A construção e manutenção de uma cultura visual exigia a forte atuação do Estado segundo uma concepção higienista. Seja direta ou indiretamente, esses posicionamentos influenciavam a esfera pública, mobilizando convicções em torno de um ideal de cidade. Segundo Habermas (2003, p. 95), na esfera pública forma-se influência e, mais ainda, luta-se por ela. Além disso, existem atores que entram na esfera pública para aproveitar-se dela, especialmente para valer os seus próprios interesses – “[...] podem ser grupos organizados que querem exercer influência no sistema político através da esfera pública”⁷².

Outra nota que sinaliza parcialmente sobre esses contrastes é o escrito de um dos redatores da revista sobre a temática da mendicidade.

“A mendicidade nas ruas é uma praga das mais insustentáveis. Há uma outra, entretanto, que não lhe fica atrás. E’ a dos vendedores de bilhetes de loteria.

[...]

⁷¹ “O thema tem sido muito batido...”, A Revista da Cidade, n. 10, 24/07/1926

⁷² MENEZES, Ilca Santos. As origens e a importância do conceito de opinião pública na filosofia de Jürgen Habermas. Intuitio, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 1-6, jan.-dez. 2022 e-ISSN: 1983-4012.

Quem poderá gabar-se dentre os numerosos leitores da Revista da Cidade, de não haver sido jamais vítima, uma vez ao menos, da sanha feroz dos vendedores de bilhetes de loteria? Ao preço dessa tortura, quase mesmo nem vale a pena apanhar-se a sorte grande.

Sorte muito maior é escapar incólume a esses *camelots* de má morte”⁷³

Esses contrastes não ficavam apenas no campo textual do periódico, e especialmente as revistas se destacavam nesse quesito pelo uso frequente das imagens e fotografias; na própria Revista da Cidade – um magazine semanal de variedades, que se dedicava ao que se convencionou chamar na época de *vida mundana da cidade* –, é possível identificar muito nitidamente esses contrastes e contradições das transformações e busca por progresso no início do século XX. Segundo destaca a historiadora Sylvia Couceiro, “[...] uma das características que mais chama a atenção na Revista da Cidade é o fator material iconográfico sobre a vida social e aspectos físicos e humanos do Recife” (COUCEIRO, 2021, p. 2); dentre esses aspectos sociais e físicos do Recife a revista apresenta em seus primeiros números um vasto acervo fotográfico sobre o cotidiano e “scenas” das camadas populares. As fotografias dos fotógrafos Francisco Rebello, Parahim e Fidanza ganham notoriedade por mostrarem uma cidade aos avessos.

⁷³ “A mendicidade...”, A Revista da Cidade, n. 10, 24/10/1926



Hora do almoço. Revista Da Cidade. nº1 (29/05/1926)



Mungunzá gostoso. Revista Da Cidade. nº6 (03/07/1926)



Marcas do atraso: "Caveira de burro". Revista Da Cidade. nº 01 (25/05/1926)



Cariry. Revista Da Cidade. nº 09 (24/07/1926)



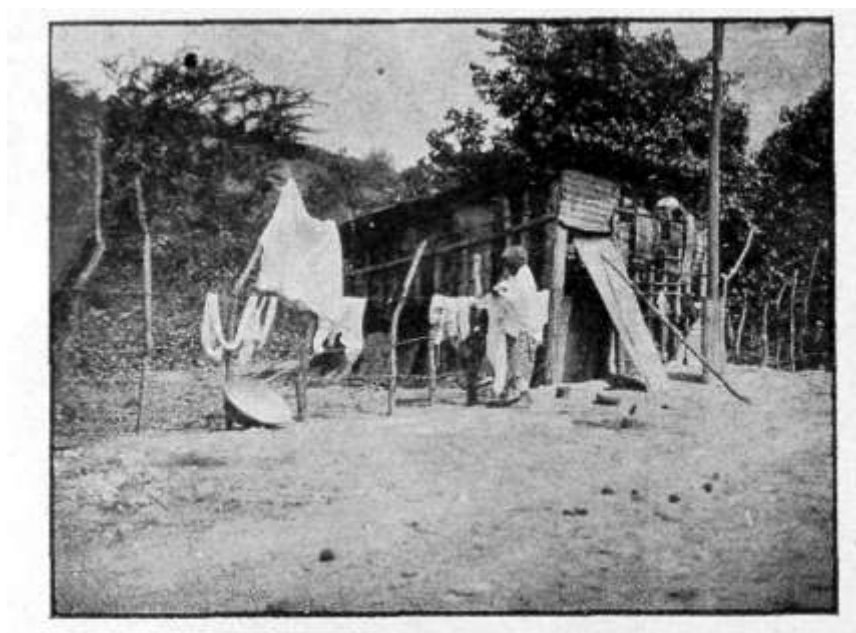
Uma esmolinha... pelo amor de Deus... Revista Da Cidade. nº 01 (29/05/1926)



Vendedor ambulante. Revista Da Cidade. nº 32 (01/01/1927)



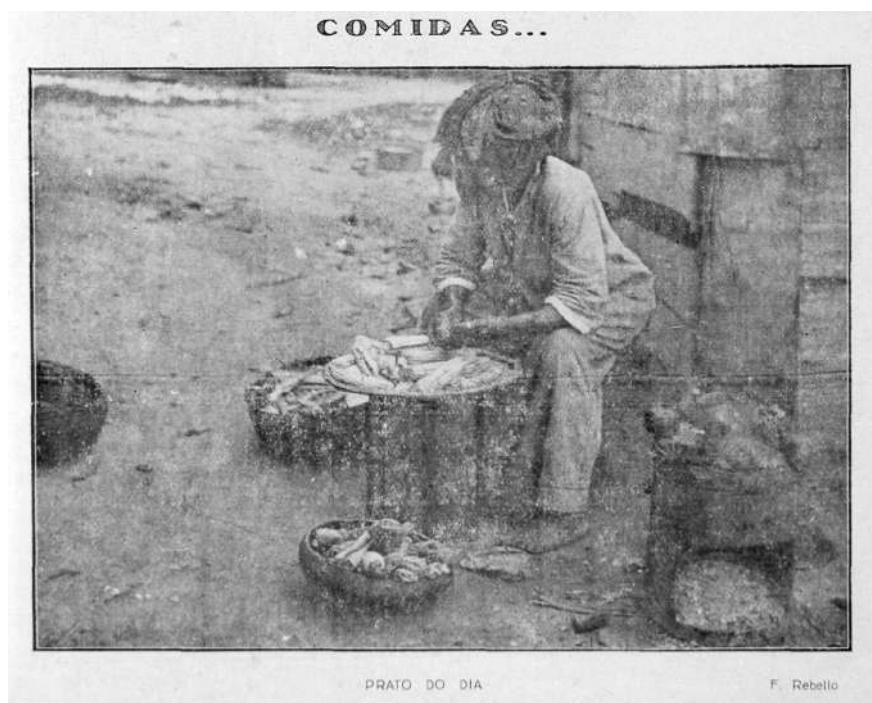
A lavadeira. Revista Da Cidade. nº 10 (31/07/1926)



Mocambos do Recife, Revista Da Cidade. nº 02 (05/06/1926)



Palacete de Miséria. Revista Da Cidade. nº7 (10/07/1926)



Comidas..., Revista Da Cidade. nº 03 (12/06/1926)



A alegria não é só a ventura dos ricos, Revista Da Cidade. nº 07 (10/07/1926)



Cosinha de Mucambo, Revista Da Cidade. nº 03 (12/06/1926)



Tapioca de côco..., Revista Da Cidade. nº 04 (19/07/1926)



A Verdureira, Revista Da Cidade. nº 04 (19/07/1926)



O banho do pobre, Revista Da Cidade. nº 11 (07/08/1926)



Companhia preta, Revista Da Cidade. nº 14 (28/08/1926)

Sem contar nas sessões temáticas denominadas *Pragas*; a sessão apresentava aquilo que era considerado inadequado e velho para a *urbs* recifense, desde casas até certos comportamentos sociais. O que torna essa sessão curiosa é o enaltecimento dado

ao governo Sergio Loreto ao lado das fotografias⁷⁴; mais uma vez a revista recorria ao uso dos contrastes como uma forma discursiva de constituir uma memória em torno da cidade que pouco a pouco ia se constituindo.



A casa velha... da avenida nova, Revista Da Cidade. nº 03 (12/06/1926)

⁷⁴ “São os portos verdadeiras portas por onde realizam as nações o seu intercambio econômico, instrumento necessário da grandeza política a que todas aspiram. Portas por onde penetra a civilização pela mão do progresso material, o infallível batedor que precede a cultura das ideias e o aperfeiçoamento dos costumes. Como em toda parte, foi também assim no Recife. Data da construção do porto a era de progresso que se abriu para a cidade, quiçá para Pernambuco inteiro. Progresso que culminou sob o governo do Sr. Sergio Loreto, com os melhoramentos materiaes que estão embellezando o Recife e principalmente com as obras complementares do porto, emprehendidas pelo Governo do Estado, por força do seu contracto de exploração celebrado com o Governo Federal...” (A Revista da Cidade, nº3, 12/06/1926)



Os mucambos ... dos mangues

Os mucambos... dos mangues, Revista Da Cidade. nº 03 (12/06/1926)



Os pingentes ... dos bondes

Os pingentes... dos bondes, Revista Da Cidade. nº 03 (12/06/1926)



Onde mora a gente pobre, Revista Da Cidade. nº 06 (12/06/1926)

Essas são apenas algumas das muitas fotografias e imagens presentes ao longo dos mais variados números da revista analisada; os registros demonstram essa dubiedade em que o periódico se encontrava desde a sua concepção, mas ao mesmo tempo desvelam os trabalhadores e trabalhadoras do Recife como sujeitos pitorescos à margem de uma cidade cujo cotidiano era lentamente reescrito e imaginado. Mesmo sendo exótico, as fotografias permaneceram na revista até os exemplares finais, entretanto, a partir do seu segundo ano de existência, em 1927, esse tipo de conteúdo iconográfico perde forças, sendo publicadas em menor número, mas em contrapartida, retratos de natureza, paisagens e cenas praianas seguidas de coqueirais ganham força, e segundo a historiadora Sylvia Couceiro, esse processo se deu por talvez “[...] ferir os brios de outros leitores”. Os “contrastes recifenses” retratados, por exemplo, por Francisco Rebello, dá espaço para que as lentes dos fotógrafos Abelardo Gonçalves, Phil Shafer e Moraes, contribua para a consolidação de sentidos e memórias politicamente aceitáveis para os formadores de opinião.

Os periódicos causaram um impacto profundo no cotidiano da cidade, e isso diversos historiadores já anunciavam desde meados do final do século passado, mas novas possibilidades interpretativas surgem sobre o tema tendo em vista que a historiografia se constrói com base nas documentações e nas novas questões que vão sendo formuladas; perceber a construção imaginária do Recife por meio do avanço da história cultural e das cidades foi um passo fundamental, mas perceber essa *comunidade imaginada* como uma série de ações e mecanismos políticos e discursivos é, creio eu, mais um passo na historiografia que se deleita sobre a cidade. Memória e esquecimento

foram, direta ou indiretamente, frequentemente construídas pelos espaços de produção de sentido e pelas mentes dos editores e escritores que lançavam sobre um determinado espaço visões políticas. De modo a concluirmos essa sessão da pesquisa, vale analisar rapidamente essa relação entre a cidade, o imaginário e a cultura escrita presente nos periódicos; no segundo número da revista da cidade, que data de 05 de junho de 1926, é possível identificar uma sequência de páginas dedicadas à exaltação do novo Recife destacando também os esforços que eram empenhados pela gestão pública a fim de modificar a topografia e o ethos social do Recife:

“A cidade vae tomando uns aspectos de civilização que vêm accender mais nos que sonham a vida alem do dynamismo útil do velho struggle for life britannico...

[...] Partindo do principio material, desse afan que as cidades em pleno vigor de florescimento têm pela obra da evolução architectural, destruindo aqui para construir ali, a gente vê o quanto Recife luta para se firmar um posto na vanguarda das grandes cidades progressistas...”⁷⁵

Juntamente a esses escritos, alguns locais ganharam maior destaque nas páginas das revistas, em especial a rua do Imperador que fora vista como um *bello trecho* de uma cidade em constante progresso. Ao lado das belas fotografias do bairro de Recife urbanizado, pode-se ler o seguinte texto: “O novo Recife pode já se incluir com justiça entre as cidades adiantadas. O que está feito representa a promessa de um futuro magnífico e digno da moldura grandiosa da capital do norte, dona de um rio magestoso...”; entre as tentativas de propagar sentidos e, nas palavras de Koselleck, horizontes de expectativas por meio de conceitos e termos essenciais para a compreensão da experiência histórica daquele momento, os redatores e editores deixam claro – e em alguns é necessário um pouco mais de silêncio e esforço para compreender – o lugar de onde falam e ocupam nesse processo de formação de uma comunidade imaginada, mas não podemos perder de vista em que medida esse imaginário ocupa o lugar próprio que a maioria das sedes dos periódicos ocupavam... A Revista da Cidade, propriedade da Empresa Gráfico-Editora, editada por Moraes, Rodrigues & Cia, durante a sua existência entre 1926 e 1929 teve a sua redação e oficina instalada na Rua do

⁷⁵ “Dos últimos dias de maio aos primeiros de junho”, A Revista da Cidade, n.02, 05/06/1926

Imperador Pedro II, nº 207, apontando muito nitidamente que o novo Recife constantemente exaltado por esse periódico era o mesmo fragmento da cidade em que o periódico estava inserido encontrando a sua razão de ser; em outras palavras, o periódico, portanto, lançava sobre suas páginas ideias, discursos e imagens partindo de um lugar político bem definido.

Ao que parece, existe um certo compromisso que a revista tem para com certos discursos e imagens políticas da cidade; compromisso este que retroalimenta o próprio periódico. O abismo existente entre as temáticas anteriormente expostas e as demais notícias e imagens é gigantesco. De modo a escutinar a revista, percebe-se outro dado interessante em torno das temáticas outras que a revista comunicava em suas páginas. Enquanto os contrastes da cidade eram apresentados de forma sombria, estranha e até mesmo distanciada, diferentemente das outras temáticas frequentemente abordadas no periódico. A revista através de suas matérias, crônicas, notas, poemas e comentários carregava o lema de ser representante da Cidade, mas na prática ocupava o lugar de criar uma imagem do Recife que representava apenas os grupos mais alinhados com o ideal de progresso.

O seu primeiro número posicionava a revista a estar a serviço da luta pelo progresso, sem deixar de abordar os “problemas vários e complexos que são em toda parte os do urbanismo, fixando no comentário fino e leve, mas sempre moralizador e impessoal (Rev. da Cidade, 29/05/1926), mas o que percebemos é um caminho contrário: a forma como as matérias eram conduzidas apontavam para o privilégio de alguns valores, comportamentos e *ethos*; em suma, para um modo de ser e estar político na cidade.

Abaixo segue algumas imagens e representações da revista que demonstram o quanto o periódico foi fruto da modernidade, e ao mesmo tempo ocupou um lugar político importante na conformação de uma vida social considerada adequada para os novos tempos.



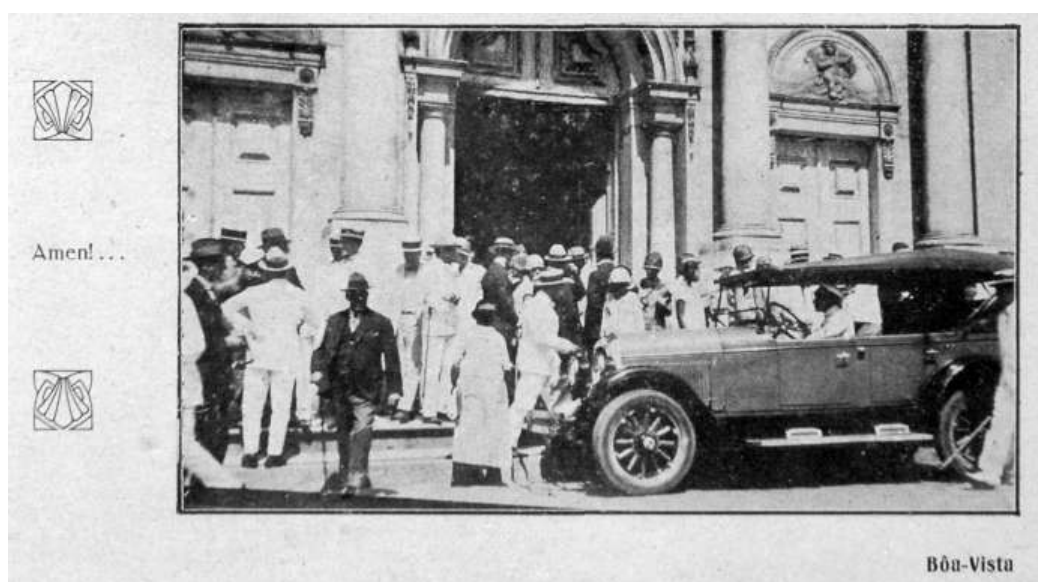
Banho de Sol... Revista Da Cidade. nº 01 (29/05/1926)



Foot-Ball. Revista Da Cidade. nº 01 (29/05/1926)



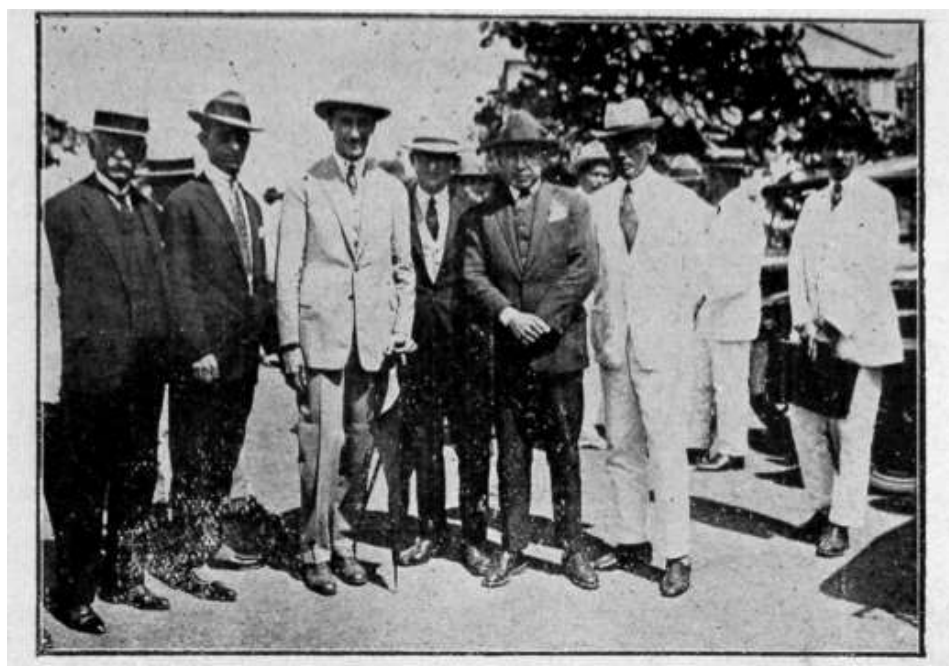
Depois da terceira chamada da matriz de Sto. Antonio... Revista Da Cidade. nº 01 (29/05/1926)



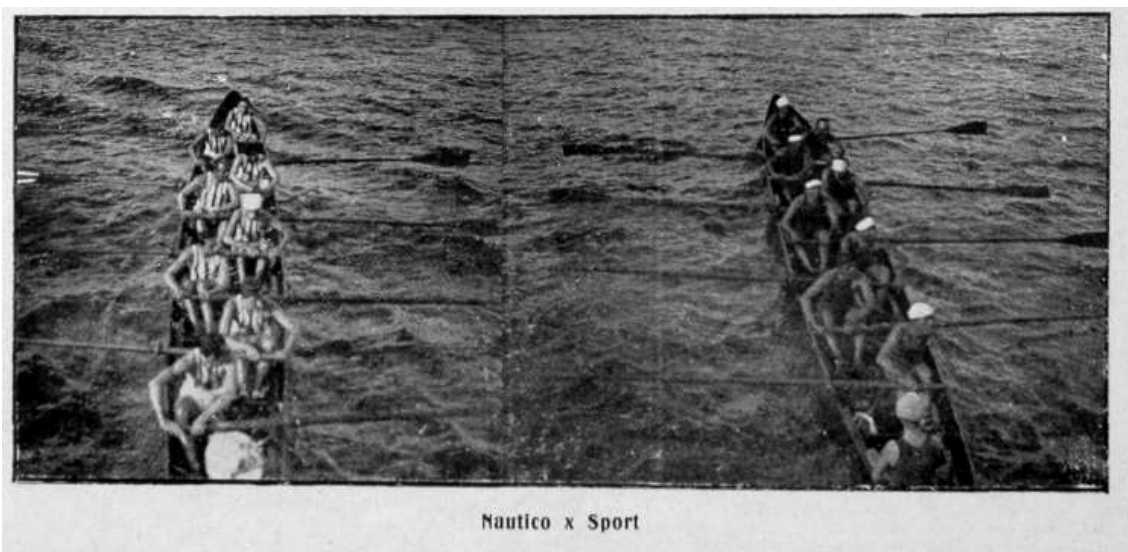
Amen!, Revista Da Cidade. nº 02 (05/06/1926)



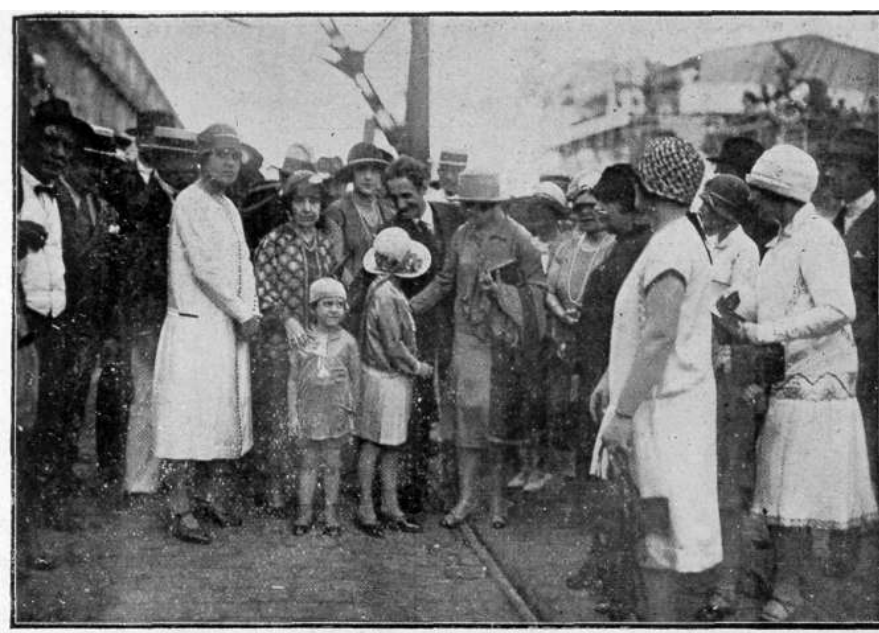
Almoço de despedidas ao Sr. consul Portugues, drº Pedroso Rodrigues, Revista Da Cidade. nº 03
(12/06/1926)



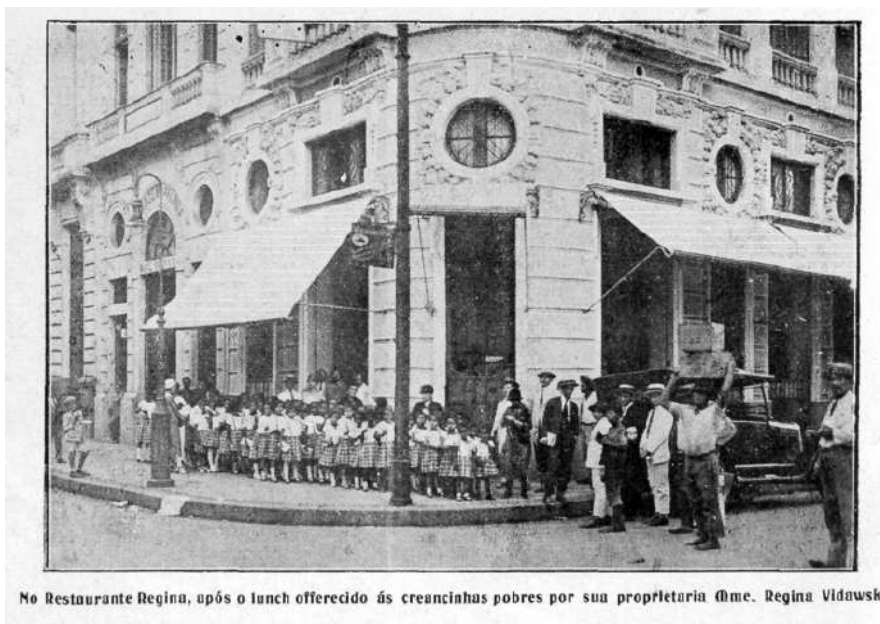
Drº Cícero brasileiro entre amigos, no seu bota-fora, Revista Da Cidade. nº 06 (03/07/1926)



Nautico X Sport, Revista Da Cidade. nº 08 (17/07/1926)



O Ilustre dr. Amaury de Medeiros e senhora no caes das Docas entre amigos e parentes, no dia de seu regresso da America do Norte, Revista Da Cidade. nº 09 (24/07/1926)



No Restaurante Regina, após o lunch oferecido às creancinhas pobres por sua proprietária Mme.

Regina Vidawski, Revista Da Cidade. nº 10 (31/07/1926)



Boa Viagem, às horas calmas da tarde..., Revista Da Cidade. nº 09 (24/07/1926)



S. Excia. O dr. Sergio Loreto, governador do Estado em caminho do Hospital de Doenças Nervosas e Mentais para inaugurar os melhoramentos alli introduzidos, Revista Da Cidade. nº 14 (28/08/1926)

Fica nítido o quanto essas cenas acima eram registradas de formas totalmente diferentes das primeiras imagens, consideradas *pitorescas* e curiosas. A cidade urbanizada e reescrita tinha como representação fucral o próprio modelo de vida e comportamento das famílias abastadas do Recife, aquelas pertencentes às elites locais. De forma geral, os temas, além do que fora exposto acima, abordavam as questões políticas do momento, do movimento artístico e esportivo do Recife. Mas tudo isso era sempre acompanhado das crônicas sociais da Cidade como “Notas fúteis”, “O que ficou na poeira da Semana” e “Bonecas... Bonecos”, registrando as festas e eventos locais, com destaque para o *footing*, além das notinhas maliciosas, sobre romances secretos, vestimentas e a os novos hábitos dos indivíduos.

Ao representar, inclusive por meio das narrativas, os indivíduos considerados inadequados para a constituição de uma cidade moderna e urbanizada, a revista também deixava claro quem realmente deveria pertencer, no campo simbólico e material, à cidade. A cultura escrita desempenhava um papel crucial nas definições das identidades e memórias.

2.3 A FUNÇÃO SOCIAL E POLÍTICA DA ESCRITA NAS REVISTAS DAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: A PHILÉRIA, RUA NOVA, MAURICÉA E REVISTA DA CIDADE

Não podemos entender a importância das revistas enquanto impresso importante e influente no cotidiano e relações políticas do Recife, se ignorarmos a indústria editorial e os sujeitos por trás delas – já abordamos um pouco sobre essa relação no primeiro momento desse capítulo. O universo gráfico das revistas do Recife estava repleto de sutilezas que, inclusive, instigaram esse presente trabalho; no ideário historiográfico do célebre historiador francês Roger Chartier (2007), não podemos dissociar a análise das significações simbólicas daquela das formas materiais que as transmitem⁷⁶, assim como não há como dissociar a relação entre autores e aqueles que transformam seus textos em obras impressas e veiculadas. “Os autores”, menciona Chartier, “[...] não escrevem livros: não, escrevem textos que outros transformam em objetos impressos. A diferença, é que justamente o espaço em que se constrói o sentido – ou os sentidos –, foi muitas vezes esquecida” (CHARTIER, 1991, p. 182). Sendo assim, são os mecanismos editoriais que contribuem significativamente para as representações coletivas, sendo estas as matrizes de práticas construtoras do próprio mundo social e político. É justamente por isso que não adotamos o conceito clássico de “mentalidade” proposto pela história das mentalidades, pois o real é construído por diferentes grupos que compõem uma sociedade, não havendo, portanto, uma única representação ou mentalidade dominante, apesar de haver determinadas representações

⁷⁶ CHARTIER, Roger. *Inscriver e Apagar: Cultura escrita e literatura (Séculos XI-XVIII)*. – 1ª edição – Editora UNESP, 2007.

coletivas institucionalizadas e objetivadas num dado contexto histórico⁷⁷, conforme analisamos no segundo momento deste capítulo.

*A PHILÉRIA

Como o Recife foi publicizado nas primeiras décadas do século XX? E como a programação e temáticas presentes nas quatro revistas locais favoreceram ou contribuíram para a concretização de um ideário e discurso político que tornava urgente certas ações e medidas modernizantes a fim de configurar identidades, hábitos e memórias próprias dos grupos políticos e econômicos que estavam por trás, direta e indiretamente, da própria imprensa? Conforme veremos, as revistas como impresso pertencente, sobretudo, ao cotidiano das classes mais abastadas, passam a exercer uma função que transcende o campo dos temas sociais, culturais ou literários – na digressão realizada anteriormente é possível entender essa “evolução histórica” em torno desse impresso. As revistas se inserem nas lutas de representação responsáveis pelo ordenamento e hierarquização da estrutura social.

Uma das revistas que contribuíram nessa luta de representação foi *A Philéria*. Impresso na tipografia do Jornal do Recife, surgiu em setembro de 1921 – mas vale ressaltar que seu conjunto material impresso publicado nos exemplares da revista abrange o ano 1923 até 1930, estando disponível no acervo digital disponível online da Fundação Joaquim Nabuco. Periódico humorístico, com charges políticas e caricaturas, traz também informações sobre vida social, cultural, literatura, moda feminina e esportes.

⁷⁷ “Este retorno a Marcel Mauss e Emile Durkheim e à noção de ‘representação coletiva’ autoriza a articular, sem dúvida melhor que o conceito de mentalidade, três modalidades de relação com o mundo social de início, o trabalho de classificação e de recorte que produz configurações intelectuais múltiplas pelas quais a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade; em seguida, as práticas que visam a fazer reconhecer uma identidade social, a exibir uma maneira própria de ser no mundo, a significar simbolicamente um estatuto e uma posição; enfim, as formas institucionalizadas e objetivadas em virtude das quais ‘representantes’ (instâncias coletivas ou indivíduos singulares) marcam de modo visível e perpétuo a existência do grupo, da comunidade ou de uma classe. [...] Uma dupla via abre-se assim: uma que pensa a construção das identidades sociais como resultado sempre de uma relação de força entre as representações impostas pelos que detêm o poder de classificar e de nomear e a definição, de aceitação ou de resistência, que cada comunidade produz de si mesma; outra que considera o recorte social objetivado como a tradução do crédito conferido à representação que cada grupo dá de si mesmo, logo a sua capacidade de fazer reconhecer sua existência a partir de uma demonstração de unidade” (CHARTIER, 1991, p. 183)

Retrata aspectos da vida cotidiana e registra mudanças ocorridas nos hábitos, nos costumes e na paisagem social e urbana do Recife. Publicou diversas edições especiais, principalmente de Natal, Ano Novo e Carnaval. Contou com a colaboração do caricaturista J. Ranulfo, João Rialto (pseudônimo de Edigar Barbosa de Barros, poeta humorístico d'A Careta, publicada no Rio de Janeiro), dos poetas e escritores Austro Costa, Ascenso Ferreira, Mauro Mota, Álvaro Lins, Mário Sette entre outros.

Por ser a primeira revista veiculada nos anos 20, conviveu com as demais revistas nas suas diversas fases. As revistas “A Pilhéria” perfazem um número total de 176 exemplares⁷⁸ que contêm, além de textos e anúncios publicitários, numerosas imagens fotográficas. Analisando os exemplares do periódico, especialmente as fotografias, fica ainda mais claro o quanto determinadas memórias e sentidos são fabricados e preservados através da instrumentalização da imagem fotográfica, processo este que contribui na composição de identidade culturais e políticas da respectiva cidade. Há um tipo de sociedade que é retratada em imagens e textos, e numa análise histórica e imagética é evidente que não se trata apenas de uma produção técnica do contexto.

⁷⁸ Saliento que, em algumas das revistas pertencentes ao respectivo acervo não consta números de página.



Flagrantes, A Pílhéria. nº 91 (23/06/1923)



O monumento a Nabuco..., A Pílhéria. nº 92 (30/06/1923)



Associação Comercial de Pernambuco..., A Pílhéria. nº 93 (07/07/1923)



As bellas edificações do Recife..., A Pílhéria. nº 153 (30/07/1924)



A Pilhéria. nº 153 (30/07/1924)

Em sua sessão denominada “A nota dos sete dias”, os redatores da revista alinham às imagens veiculadas ao discurso de uma cidade moderna e ao papel desempenhado pela revista nessa construção:

“Tres annos são passados que ‘A Pilheria’ surgiu à luz da publicidade, sadia, fresca, amavel e risonho como uma flôr rara, uma flôr de sombra que perfuma o ar concentrado das estufas.

Já ha tres annos que Recife lê e relê avidamente este jornal illustre, desopilador emérito dos mais notaveis fígados conterraneos e espalha a alegria, o bom humor, por toda a parte, acompanhando o progresso da urbs e da sua boa gente divertida.

[...]

Aos mui dignos jornalistas pernambucanos Thomé Gibson, Carlos Lyra Filho, Anizio Galvão. Odilon Nestor, Oswaldo Machado, Diniz Perylo, José dos Anjos, Aprigio Faria, coronel Luiz de faria, Philemon Albuquerque, pennas fulgurantes que honram a ‘A Pilhéria’ com a sua boa amisade, agradecemos de coração tudo quanto nos tem feito de generoso...”⁷⁹

No trabalho de pesquisa em torno da *Revista da Cidade, Mauricéa, Rua Nova e A Pilhéria*, é possível identificar que o gênero revista ocupa um lugar de retórica acompanhando o contexto político de então; o Recife foi e continua sendo lugar de confrontos discursivos e retóricos sobre sua identidade, memória e valor. O historiador

⁷⁹ “As notas dos sete dias”, A Pilhéria, nº 101 (01/09/1923)

Antonio Paulo Rezende (2016) trouxe uma grande contribuição em sua tese de doutorado ao traçar, ainda que brevemente, as sutis relações entre a imprensa e os grupos políticos e intelectuais da cidade recifense; o historiador analisa a relação entre as revistas, a literatura e o fazer político através da trajetória de um dos mais notáveis intelectuais e diretores periódicos das primeiras décadas do Recife, Joaquim Inojosa⁸⁰.

É curioso perceber que no calor das discussões sobre a chamada arte moderna junto às profundas transformações estruturais e tipológicas pelas quais as principais capitais brasileiras ainda passavam, alguns intelectuais ligados à imprensa recifense ganham destaque ao exercerem significativa influência nos meios intelectuais e políticos, e Inojosa foi um dos mais importantes defensores e divulgadores do modernismo e da Semana de Arte Moderna de 1922; sua atuação foi uma das mais contundentes em oposição aos posicionamentos tradicionalistas do escritor e sociólogo Gilberto Freyre, confronto este que levou Inojosa a marcar presença nos periódicos da época, escrevendo dezenas de artigos no influente *Jornal do Comércio* e na revista *Rua Nova*, fazendo crônica social na revista *A Pilhéria*, além de fundar e dirigir a revista *Mauricea*.

Definindo a si mesmo como futurista em arte e amante da velocidade e do novo, Inojosa escreve em uma de suas crônicas sociais (18/12/1923) na revista *A Pilhéria* o desejo de querer “o que é original, inédito, atual, o novo, o hoje, a hora que passa; amo a velocidade no trabalho, a rapidez no trânsito, o aproveitamento de todos os minutos”, e em defesa de uma nova postura frente às transformações sociais continua, “amo o ritmo nervoso de um *fox-trot* e detesto as lágrimas de sonho de uma valsa [...]”. Em sua coluna denominada *Ba-ta-clan... de emoções*, sob o pseudônimo de Luiz de Marialva, Inojosa deixava claro os seus objetivos e preocupação enquanto intelectual presente no meio periódico: “[...] derrubar os ‘bonzos’ do passado, no Recife amável de

⁸⁰ “Joaquim Inojosa, pernambucano, nascido em 27/03/1901, teve atuação destacada no meio intelectual recifense na década de 1920. Bacharel em Direito e jornalista colaborou nos artigos e crônicas em vários órgãos da imprensa pernambucana, como o *Jornal do Comércio*, *A Pilhéria*, *Mauricea*, *A Província*, *A Rua* e *Rua Nova*. Deixou uma obra importante para o estudo do movimento modernista, no caso específico de Pernambuco, explorando e reunindo uma farta documentação composta de artigos de jornais e revistas, fotos e correspondências, registrando as polêmicas e transcrevendo trechos das obras de autores modernistas. Além disso, manteve acirrada polêmica, que o acompanhou por toda a vida, com Gilberto Freyre, sempre denunciando o que ele chamou de *fraudes intelectuais*, o que, inclusive, o levou a redefinir fatos ligados ao movimento regionalista na década de 1920” (2016, p. 227). Para compreender mais a trajetória de Joaquim Inojosa, ler “Joaquim Inojosa e o modernismo: compromissos e contrapontos”, disponível em: REZENDE, Antonio Paulo. (Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte / 2 ed. - Recife: Ed. UFPE, 2016, 227-249

duzentos e poucos mil habitantes, aconchegado, de casas de chá, cinema mudo com orquestra, *fox-trots* e bataclãs”⁸¹.

A coluna *Ba-ta-clan... de emoções* na revista A Pilhéria⁸² realmente se mostrou como o espaço em que Inojosa se apresentava como um defensor inflamado das transformações sociais e, nas entrelinhas, dos projetos e discursos políticos que fundamentavam o processo de modernização da cidade na busca do ideal de progresso: “Eu amo o barulho das ruas porque vejo nele a voz da própria civilização; o automóvel que fonfona ou esbarra, súbito, para evitar um desastre diante de um cavalheiro que passa apressado; o bonde, que se anuncia, segue oito pontos, para imprevisivelmente; o carro da Assistência impondo silêncio com a sua cruz e a sua sineta; as campainhas dos cinemas convidando a assistir às mais recentes novidades da cena muda [...]” (A Pilhéria, 21/03/1925).

Em sua última crônica social na revista A Pilhéria, no dia 18 de abril de 1926, Inojosa tece alguns comentários sobre a *vida mundana da cidade*, e algumas descrições chamam a atenção sobre dois fatores: as constantes mudanças no início do século assim como a presença das revistas no cotidiano dos grupos intelectuais do Recife; segundo Luis de Marialva – pseudônimo adotado por Inojosa – em um breve comentário sobre o *Bijou*, um ponto de encontro da cidade muito frequentado por ser predileto “[...] para os flirts, para se beber um chá, para o desfile comum dos jovens à procura de emoções” (REZENDE, 2016, p. 134), o cronista afirma que apesar da importância do local, ele decidiu abandonar a fim de frequentar outro ponto de encontro mais *chic*, sofisticado e elegante, a Crystal, pois desejava “ao contrário de muita gente, abandonar sempre o antigo pelo novo.

O novo tem o sabor do original do inédito”; no entanto, mesmo com toda a sua sofisticação, o estabelecimento da Crystal fecha as portas encerrando as atividades na cidade, mesmo sendo muito mais bem vista e desejada do que a Bijou, o que fez o cronista pensar e produzir um juízo sobre o que ele denominou de *mal do Recife*: “o mal do Recife é pensar que prédios novos indicam espírito novo. A cidade aumenta em edifícios, bonitos uns, aberrações arquitetônicas outros – mas a educação da sua gente

⁸¹ INOJOSA, Joaquim. O movimento modernista em Pernambuco. Rio de Janeiro: Gráfica Tupy, 1968/1969. Vol. II, Introdução da III parte.

⁸²

continua patriarcal, burguesa, preguiçosa [...] Infelizmente a Crystal foi um brado de progresso que terminou numa falência”, finaliza lamentando o cronista.

Em suma, as crônicas sociais de Joaquim Inojosa na revista *A Pilhéria* clamavam por uma mudança na maneira como a cidade deveria ser vivenciada e vista, e nesse sentido a imprensa possuía uma grande relevância, seja enquanto arena de participação política e intercâmbios culturais, inserida no âmbito do espaço público, não apenas como fonte ou como objeto inanimado e passivo; o periodismo possui papel ativo na produção de sentido e configuração de identidades e memória numa determinada sociedade, capaz de influir sobre os acontecimentos de sua época e de produzir visões e memórias que, afinal, impõem ao historiador a grata (e difícil) tarefa de interpretá-las.

Inclusive, chama a atenção o quanto a figura de Inojosa era frequentemente associada ao ideal de modernidade. O poeta e redator Austro Costa em um dos seus escritos na revista *A Pilhéria* dedica o seu poema “A misteriosa e doce mulher que sempre está por vir” ao intelectual e jornalista que, segundo Austro Costa, carregava o espírito moderno: “Para Joaquim Inojosa, que honra o Espírito Moderno”⁸³. No mesmo número, as páginas da revista apresentam o que seria uma rede de autores que, juntos, tornavam possível a existência d’*A Pilhéria* como periódico representante de uma urbs moderna. E claro que esse grupo de intelectuais e jornalistas, ao que parece, estavam envolvidos em fabricar por meio da escrita uma nova cidade; vale lembrar que alguns deles eram ativos em outros periódicos com textos semanais e frequentes.

⁸³ Os poemas impossíveis, *A Pilhéria*, nº 153 (30/07/1924)



A Pilhéria. nº 153 (30/07/1924)

Mas as revistas também nos inserem e introduzem no processo de tomadas de consciência de uma época, traduzindo um pouco na complexidade do período analisado, e nesse sentido as crônicas sociais de Inojosa evidenciam um dado importante: a forte presença das revistas no cotidiano e nos espaços frequentados por parte da elite intelectual e política recifense. Observando os seus escritos na mesma revista, analisei uma crônica de 28 de março de 1925 em que o cronista trata sobre uma viagem que fez a São Paulo a mando do seu amigo Everardo que, aproveitando a oportunidade, levou o jornalista pernambucano para conhecer “os elementos femininos representativos da alta sociedade paulistana”, mas estando Everardo em Recife, Inojosa “[...] quis da mesma

forma indicar-lhe a sociedade feminina pernambucana, para o que aproveitei uma tarde no *Bijou*, uma *soirée* no Moderno e uma festa os esplendentes salões do Jockey Club...”.

Ao longo do relato de sua experiência em torno dos locais privilegiados da cidade, Inojosa evidencia alguns aspectos desses espaços, sendo o primeiro deles a forte presença de poetas, escritores e escritoras renomados, como a Heloisa Chagas, além das pessoas consideradas com *vocação artística de incontestado mérito*, como a pianista Belém Lyra, demonstrando que determinados lugares concentravam grupos pertencentes a determinadas classes sociais, podendo haver intercâmbios e uma rede de sociabilidades em torno da posição ocupada por esses indivíduos; outro ponto importante a ser destacado é a presença das revistas como instrumento pertencente ao ser desses espaços políticos. Segundo Inojosa, junto ao seu amigo paulista, ambos se dirigiram ao Jockey Club que, conforme aponta o cronista, “[...] reúne a melhor sociedade de Pernambuco”, e descrevendo o momento ele continua: “Realmente, estivemos no Jockey Club. Os salões esplendiam de luz e de cores... O jantar havia-se iniciado, e nem uma banca desocupada, pelo que nos resolvemos a ler algumas revistas; [...] E absorviamo-nos em agradáveis leituras, já esquecidos do jantar”. Além de estar presente no cotidiano da cidade, as revistas também passaram a fazer parte dos hábitos representando o cerne da própria modernidade vivenciada pela cidade.

*A MAURICÉA – ARTES E LETRAS

Para além da revista A Pilhéria, Joaquim Inojosa foi crucial na criação e direção de um importante periódico na cidade do Recife, *A Mauricéa – Artes e Letras*; entrando em circulação a 10 de novembro de 1923, seguindo um modelo editorial para as revistas, isto é, obedecendo ao formato de 25x17, com 44 páginas, em média, de papel comum e acetinado e capa em couché, *A Mauricéa* contava com inúmeras ilustrações, impressa a cores e com orelha, considerada uma novidade para o contexto editorial do Recife, que além de novo, demonstrava, do ponto de vista político, a simpatia de seus colaboradores e propostas em relação às novidades e inovações no campo das artes – sem esquecer o campo político.

A revista, cuja direção e propriedade pertencia ao notável jornalista Joaquim Inojosa, teve o trabalho gráfico produzido na oficina do renomado Jornal do Commercio, funcionando a redação, segundo aponta o historiador Luiz do Nascimento⁸⁴, na rua da Matriz nº 146, 1º andar. Cruzando algumas fontes e estabelecendo algumas relações entre elas, foi possível notar mais uma vez a presença de Inojosa como agente ativo no meio periódico, mas também político dos anos 20, afinal, refletindo que ao lado do exercício jornalístico “[...] a política tem lugar de relevo” (NEROALDO, 1984, p. 28)⁸⁵.

Apesar de ser uma revista literária, *A Mauricéa* foi uma síntese muito peculiar do quanto o campo editorial, a cultura escrita e as transformações políticas do contexto estavam entrelaçadas – mais fortemente em umas e menos em outras –, pois, enquanto em seus 4 números todos lançados em datas indeterminadas, suas páginas de apresentação, sempre com fotografias belíssimas ou impactantes sobre os aspectos da cidade, buscavam exaltar a “*Mauricéa, Veneza ideal do poeta! Cidade dos rios calmos e das planícies interminas*”, por outro lado, as mãos e mentes pensantes por trás da revista mantinham certa simpatia pelas propostas e projetos políticos higienistas e modernizantes do governo Sérgio Loreto.

O periódico contava com a colaboração de Austro-Costa⁸⁶, Araújo Filho, Odilon Nestor, Anísio Galvão, Armiragi Brekenfeld, Aires Palmeira (pseudônimo de José Augusto de Sousa), Sérgio Olindense, Jair oliveira, Mário Sete, Silvino Lopes, Sadi Garibaldi, Guido Cepadoglio, Silvio Rabelo, Dustan Miranda, Heloisa Chagas, Carlos Rios, Baltazar de Oliveira, João Pugliesi, Ascenso Ferreira, Velho Sobrinho, Zeferino, Galvão, França Pereira, Gois Filho, Lucilo Varejão, Mavial do Prado, Mário Porto, Luiz de Marialva (pseudônimo de Joaquim Inojosa), Antonio Inácio, Juanita Machado e outros; grande parte dos seus colaboradores também faziam parte do corpo editorial da revista *A Pilhéria e Rua Nova*, importantes periódicos do período por se posicionarem,

⁸⁴ NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa em Pernambuco (1821 – 1954). Recife: UFPE, Imp. Universitária, 1966. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v08.pdf>

⁸⁵ AZEVEDO, Neroaldo Pontes. Modernismo e regionalismo: os anos vinte em Pernambuco. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura, 1984, p. 28

⁸⁶ “Austro-Costa foi outro cronista e poeta importante na década, companheiro de Inojosa nas páginas de *A Pilhéria* e simpatizante do modernismo, publicando na revista seus ‘poemas impossíveis’ e sua crônica social, em versos, *Do Flirt*, *do footing*, da *Rua Nova*, assinada com o pseudônimo João-da-Rua-Nova. [...] Antes, já havia colaborado em vários órgãos importantes da imprensa pernambucana, como o *Jornal do Recife*, *Jornal do Commercio* e *Diário de Pernambuco*.” (REZENDE, 2016, p. 134-135)

indiretamente, como simpatizantes às ideias *modernistas*, na época denominada de *futurista*.

Não é à toa que, apesar de ser uma revista literária cuja assinatura era de 15\$000 ao ano, também evidenciava discursos e ideias que simpatizavam com as políticas de Sérgio Loreto, nutrindo laços também com outra força política da época, a família Pessoa de Queiroz, responsável e proprietária do *Jornal do Commercio*, local onde a própria revista era impressa. Pouco a pouco, o trabalho de *montagem* – conceito e prática propostos por Didi-Huberman –, em nosso caso, vai tornando um pouco mais transparente os questionamentos levados às fontes, isto é, uma análise e reflexão por meio da via do contraste e dos fragmentos. Logo em seu primeiro número, lançada em 10 de novembro de 1923, é notório as premissas adotadas por Inojosa para a revista e, conseqüentemente, para a cidade: “Mauricéa! Veneza ideal do poeta! Cidade dos rios calmos e das planícies interminas! Encerras, em teu seio, a história integral de uma raça! [...] Contemplas, indiferente, o mar que ruga nos arrecifes, cheio de indignação contra o teu progresso e invejoso da marcha processional da civilização. [...] As pontes que unem os teus bairros são braços cyclopicos de um povo que avança. Dança os bailados nervosos da civilização que te agita” (A Mauricéa, 10/11/1923). A noção teleológica, muito evocada nos conceitos articulados e utilizados pelos escritores, não se limita ao texto de abertura do periódico, visto que se faz presente também nos versos distribuídos por toda o impresso; o poeta Astro-Costa, ao escrever sobre o Recife, evoca mais uma vez a ideia de uma cidade que marcha inevitavelmente para o lugar do progresso: “Com que sinceridade o meu estro te exalta! E’s bela e heroica Mauricéa. Por ti sempre fulgiu miraculosa e alta a História a te apontar, em rythmos de Epopeia, *a luz da liberdade e a luz da idéa*”.

Sendo assim, o “horizonte de expectativa” fabricado por esses discursos, conceito do historiador alemão Koselleck, que nos ajuda a compreender a forma como os discursos em torno da história eram utilizados a fim de mobilizar uma representação comum numa sociedade, produzia determinados sentidos e memórias sobre a cidade que, no caso da revista, criava uma base para encontrar no governo Sérgio Loreto a resposta para um Estado que deveria progredir a todo o custo, tendo em vista a suposta marcha civilizacional do Recife.

“Um governo de acção, de energia, de fomento ao commercio, ás industrias, á agricultura, de saneamento moral da instrucção, de harmonia política e directriz administrativa inquebrantável – vem realizando em Pernambuco o dr. Sergio Loreto.

O Estado progressa a olhos vistos; a cidade renova-se em aspectos surpreendentes: age, moderadamente, o detentor das rédeas governamentais, erigindo em bandeira o symbolo da justiça, que se acostumou a venerar desde a mocidade.

Auxiliam-nos, homens como o dr. Amaury de Medeiros, cultura e trabalho, nome que por si preenche a gloria de um quatriennio, o dr. Antonio de Góes, actividade e iniciativa, cujas obras atestam a elevada visão de seu espirito no compreender os fins do cargo que lhe conflaram.

Foram justas, portanto, as apoteoses com que o saudou a gente pernambucana pela passagem do 1º anniversario de sua administração. Homens e crianças, em espirito, ergueram as mãos ao céu, agradecendo a vetura de possuir o Estado um governo de energia, de acção, character e trabalho.” (A Mauricéa, 10/11/1923)

Logo abaixo dessa nota escrita em prol do governo Sérgio Loreto, há um pequeno verso que traça mais uma vez a relação entre a literatura, arte e política; diretamente, pode não parecer haver nenhuma relação com as representações coletivas e sociais desejada por alguns grupos intelectuais do Recife, mas, conforme veremos, os versos e poemas são utilizados de modo a sedimentar uma noção de história que contribuiu para uma necessidade em relação aos projetos empreendidos pelo governo de então. A seguir os versos escritos pelo poeta Ronald de Carvalho:

“A verdadeira tradição em arte, é o respeito á antiguidade e o horror aos methodos do passado. Somente se renova aquelle que tem a coragem de se libertar. Veneremos os antigos e, como prova do nosso amor, não os imitemos” (A Mauricéa, 10/11/1923)

O Recife chega até mesmo a ser comparado, por Austro-Costa num pequeno verso dedicado a Joaquim Inojosa, a um *poema futurista*. Joaquim Inojosa, sempre citado como “o precursor da nova corrente literária em Pernambuco”, chegou a se inserir como membro da família Pessoa de Queiroz, e isso é um fato curioso, visto que esta família, além da forte influência política que exercia, era a proprietária do Jornal do

Commercio; o jornalista modernista e simpatizante do governo Sérgio Loreto, seria genro de um dos patriarcas, se estabelecendo numa rede de poder que lhe conferiam certa importância. O escritor Souza Barros em sua obra clássica sobre o período, “A década 20 em Pernambuco”⁸⁷, apresenta alguns comentários, depoimentos e notas que evidenciam as atuações significativas de Inojosa no meio intelectual e político, como representante do movimento de inovação; quando questionado por Souza Barros sobre a atuação de Inojosa no meio social recifense, Valdemar de Oliveira responde de modo a exaltar os esforços empenhados pelo jornalista pernambucano:

“Insere-se, também, nessa década, a ressonância que aqui consegue a Semana de Arte Moderna de São Paulo, graças, sobretudo, à ação de Joaquim Inojosa, agitador de ideias e de ideais, que incorpora diversos escritores e poetas ao novo credo de arte, tornando-se líder incontestável do movimento, em terras do Nordeste. Deve averbar-se a seu favor a revitalização dos processos literários por parte de alguns escritores, influenciados, ademais, pela presença, no Recife, de um Hermes Fontes, de um Guilherme de Almeida, de um Mário de Andrade, generais do exército romanticamente comandado por Graça Aranha.” (BARROS, 2015, p. 179)

Tanto Joaquim Inojosa como Austro-Costa possuíam, e não se pode negar, relevância no meio intelectual e periódico da cidade; na revista *Rua Nova*, o colunista Abdias Moura, afirmou em sua coluna do dia 19 de junho de 1926 que:

“*Le monde marche*, e com ele o evoluir das inteligências. O carro de boi e o bonde a burro são hoje incompatíveis com o progresso da *Mauricea*. O passadismo não se coaduna nada com o século vinte, dos submarinos, dos aeroplanos e do homem pássaro. Por isso, bato palma ao De Monóculo, de Austro-Costa, e à prosa sadia de Joaquim Inojosa” (Rua Nova, nº 59, 19/06/1926)

O alinhamento do ideário de certas revistas chama a atenção, e no caso da revista *Rua Nova* ainda mais, tendo em vista que o periódico contava com quase todos os antigos colaboradores da revista *Mauricea*. Em um breve testemunho sobre o

⁸⁷ BARROS, Souza. A década 20 em Pernambuco: (uma interpretação) / Souza Barros: prefácio primeira parte Barbosa Lima Sobrinho, prefácio segunda parte Joaquim Cardoso, prefácio Sylvia Couceiro – 3º ed. – Recife, Cepe, 2015

período, Luís Jardim observa que as atividades literárias e artísticas entre os anos 20 e 30 se exerciam “[...] como reflexos da inquietação indefinida”, inquietação esta que alimentou a luta de representação no meio intelectual, gerando diversas formas do que Chartier denominou de *teatralização da vida social*, isto é, “[...] uma perversão da relação de representação. Todas visam, de fato, a fazer com que a coisa não tenha existência a não ser na imagem que exhibe, que a representação mascare ao invés de pintar adequadamente o que é seu referente” (CHARTIER, 1991, p. 185).

Há, portanto, por parte das revistas analisadas um grande esforço em teatralizar não só a vida social recifense, mas as memórias politicamente constituídas.

*RUA NOVA

No tocante à revista Rua Nova é possível afirmar que sua atuação e trajetória foi também significativa no meio social e político recifense, conforme veremos; criada com o nome de *Rua Nova – Arte, literatura e Notícias*, o primeiro número circulou a 7 de maio de 1924, já contando com a indicação nº 10, ano II, como uma continuação a numeração do periódico *O Fogo*, a que substituíra. A revista teve como diretor-proprietário o jornalista Sá Leal e como redatores Solon de Albuquerque e Amaro Pê Cavalcanti, sempre impresso no formato de 26x16, na oficina do Jornal do Recife. As assinaturas da revista giravam em torno de 7\$000 por ano, segundo o historiador Luiz do Nascimento⁸⁸, e 300 réis o preço do exemplar. A revista ficou muito conhecida no período por trazer na capa de seu primeiro aniversário o retrato do Professor Sérgio Loreto Filho.

Em sua edição anterior, datada de 22 de maio, a revista não mais se apresentava como Rua Nova, mas trazia consigo o subtítulo “Revista de Artes, Letras e Notícias”, com uma média de 40 páginas com diversos anúncios e temáticas variadas, dentre as quais se destacavam: “Página feminina”, por Madame Georgete; “Da Imperatriz à rua nova”, sob a direção de Solon de Albuquerque, que também estava presente em crônicas diferentes com o pseudônimo de D’Alb; “Graça, beleza, fealdade, elegância e

⁸⁸ NASCIMENTO, Luiz do. História da Imprensa em Pernambuco (1821 – 1954). Recife: UFPE, Imp. Universitária, 1966, p. 177-182 Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v08.pdf>

maledicência da rua nova”, por João Paulistano, pseudônimo de Alberto Carrilho, além de outras temáticas e assuntos variados.

A qualidade técnica do formato da revista fez com que a sua assinatura anual logo aumentasse para 12\$000, tendo o número avulso um aumento para \$500. Ademais, o que soa como curioso, e ao longo da pesquisa presumi que não poderia ser mera coincidência, é a presença de quase todos os colaboradores das revistas *A Pílhéria*, *Mauricéa* e Revista da Cidade no periódico *Rua Nova*; numerosos foram os colaboradores desse impresso, especialmente nas prosas e versos publicados, dentre eles: Joaquim Inojosa, José Penante – diretor e secretário da Revista da Cidade –, Austro-Costa, Osvaldo Santiago, Raul Machado, Dr. Sá Leal, Gois Filho, Mário Sete, Araújo Filho, Luiz Delgado, João Pugliesi, Chagas Ribeiro, Heloisa Chagas, Ascendo Ferreira, Armiragy Breckenfeld e muitos outros. Alguns documentos indicam que o círculo periódico mantido pelos mesmos autores com convicções políticas semelhantes não se limitavam às redações e oficinas onde as revistas eram impressas em seus respectivos formatos – e isso nutre a presente pesquisa; na sua edição do dia 1º de julho de 1926, há um espaço dedicado para tratar de um almoço dedicado a Oswaldo Santiago, um dos colaboradores do periódico que naquele momento assumia o posto de diretor da revista, e segundo menciona a matéria o momento foi proporcionado no elegante e sofisticado *Restaurant Leite*:

“Á mesa, artisticamente organizada, tomaram assento as seguintes pessoas: dr. Sá Leal, representando o dr. Sergio Loreto Filho, convidado especial; dr. Aggeu Magalhães, Chefe dos Servicos da Prophylaxia Rural; drs. Adalberto Cavalcanti e Silvio Moura; Oswaldo Varejão, representando o dr. Carlos Rios, diretor-gerente da ‘Repartição de Publicações Officiaes’; dr. Dustan Miranda, por si e pelo dr. Joaquim Inojosa, promotor da capital; Austro Costa, Annibal Portella, Gilliatt Schetini, Manoel Markman, Abdias Cabral de Moura, administrados da secção technica da ‘Repartição de publicações Officiaes’; Aguinaldo Barreto, Altamiro Cunha, Anteogenes Cordeiro, Nelson Ferreira, Teopompo Moreira, Philogonio Pedrosa e o homenageado. Ao champagne discursou o brilhante poeta sr. Austro Costa, que teve expressões de alto carinho para com a pessoa e para com a arte de Oswaldo Santiago” (Rua Nova, nº 2, 1/07/1926)



Almoço a Oswaldo Santiago, nº 02 (01/07/1926) – aqui é possível ver os principais nomes do meio jornalístico recifense reunidos num só lugar em torno de ideais em comum

Em seu número 05, a *Rua Nova* traz um diálogo do que eles intitularam como “Uma festa da amizade” que teria ocorrido no dia 22 de junho de 1924, no restaurante “Regina”. Numa conversa entre alguns nomes notáveis da cena recifense sobre o futurismo e o passadismo, Joaquim Inojosa evidencia o quanto os seus ideais de modernidade estão entrelaçados com o seu modo de pensar a sociedade:

“O dr. Joaquim Inojosa, um dos chefes do futurismo... entre nós, foi o iniciador do desafio com o seguinte ataque: “Há entre o futurismo e o passadismo, esta diferença apenas: futurismo – automovel; passadismo – carro de boi”. (*Rua Nova*, nº 05, 03/07/1924)

As redes de sociabilidade no caso dos editores, redatores e colaboradores das revistas eram bem articuladas com o fazer político do contexto em que estavam inseridos, e além desses eventos ocorridos nos pontos de encontros solenes da cidade, a revista *Rua Nova* também manteve forte apoio ao governo de Sérgio Loreto, especialmente a partir da edição de 18 de outubro, data comemorativa do segundo aniversário do governo, momento em que a revista estreou cem páginas de texto ao todo, sendo 50% apenas de anúncios. Com a saída de Sá Leal da direção da revista e a entrada de Osvaldo Santiago e Godofredo de Medeiros como diretores e novos

proprietários do periódico, a revista anuncia em suas páginas a sua nova fase, sem deixar de lado o seu apoio ao governo estadual. Já na segunda edição de 1925, nº 19 de 25 de janeiro, o formato material do periódico passa por uma mudança interessante, pois foi ligeiramente aumentado devido ao trabalho gráfico efetivado na seção técnica da Repartição de Publicações Oficiais; nesse momento a Rua Nova já apresentava charges políticas – a maioria delas em crítica ao “coronel” Faria, diretor do Jornal do Recife.



Homem ao Mar!, nº 33 (01/07/1925)



O Homem, nº 43 (23/01/1926)



Leão do Norte, nº 47 (27/03/1926)



Só a martelo..., nº 47 (27/03/1926)

Mas o que chamava mesmo a atenção eram os textos e versos dedicados ao governador Sérgio Loreto, o homem segundo o qual não se deixava *desgovernar*. Junto a uma caricatura do governador, a revista afirmava:

“Sua Exc.

Quando o mar da política, agitado, ante nós anteabria um grande abysmo, elle veio por todos aclamado deter as ondas do partidarismo.

E como um estandarte de civismo para a paz e o trabalho desdobrado, tem sido a providencia, o mecanismo do progresso que aqui anda espalhado.

Multiplicou escolas e avenidas, elevou nosso nome lá por fora reergueu as finanças abatidas;

E sempre justo, honesto e superior, não houve quem pudesse até agora desgovernar este governador”. (Rua Nova, nº 19, 25/01/1925)

O alinhamento das revistas simpatizantes ao governo Sérgio Loreto exerceu uma influência no cotidiano da população, mesmo que mínima; a revista *Rua Nova*, por exemplo, durante o terceiro aniversário da administração Sérgio Loreto editou e publicou uma edição extraordinária, nº 39, que saiu no dia 18 de outubro de 1925, com 112 páginas, sendo metade em papel comum, contendo anúncios, “[...] afora a capa, no qual se estampou alegoria alusiva ao Trabalho e à Justiça, tendo ao centro fotogravura do governador” (NASCIMENTO, 1996, p. 180). Mas o entrelaçamento entre o periódico e os projetos e ideário político que, formalmente, predominava no Recife ficou ainda mais claro e firmado quando o periódico passou a ser impresso num dos principais meios de comunicação favorável ao governo, segundo o historiador Bruno Nery, *O Diário do Estado*, saindo semanalmente e utilizando papéis couché e acetinado, considerado de altíssima qualidade para o período; logo o exemplar, devido ao novo formato de sua edição e impressão, teve um aumento elevado para \$400.



Homenagem ao governador Sérgio Loreto, nº 33 (03/07/1925)

Vale lembrar que essa simpatia com os órgãos oficiais pertencentes ao governo do estado não se limitou apenas a revista Rua Nova. Em seu segundo número, a Revista Da Cidade também tece elogios reconhecendo os ares modernos que O Diário do Estado trazia consigo.

“Diario do Estado, o brilhante matutino da imprensa local que, sobre ser o órgão official dos poderes publicos do Estado, é também um jornal de feição moderna, redigido com elevado critério teve no dia 1 de Junho corrente o segundo anniversario do seu aparecimento. O grato ensejo valeu aos distinctos confrades expressivas demonstrações de apreço, ás quaes tambem se associar, cordialmente, a Revista da Cidade” (Revista Da Cidade, nº 2, 5/06/1926)

Juntamente aos demais periódicos, a revista Rua Nova também contribui no processo de publicização de um Recife novo, reescrito e alinhado aos ideais de progresso. Ao longo de suas páginas e números é possível identificar diversas imagens que reafirmam discursivamente um sentido geral sobre a cidade.



A cidade das Pontes, nº 33 (01/07/1925)



Recife novo, nº 42 (09/01/1926)

É entre páginas, sentidos e contradições que as imagens e uma cultura visual do Recife vai sendo formada e conformado ao imaginário social. Uma possível conclusão a que cheguei na análise das documentações, especialmente no estudo das fontes secundárias especializadas no tema, é que as revistas lentamente se inseriam entre os principais jornais que eram instrumentalizados em prol dos projetos, discursos e ações modernizantes baseados na ideologia do progresso, seguindo a lógica de que “[...] com

obras e serviços públicos que provocassem a modernização da cidade e a assimilação de novos hábitos de higiene, saúde e educação, seria possível acabar com as desigualdades econômicas e sociais” (2016). Por trás das medidas do reordenamento do espaço urbano estavam os jornais *A Notícia*, *Jornal do Commercio*, *Diário do Estado* e, sobretudo, as revistas supracitadas neste trabalho que sutilmente contribuíram para a publicização da cidade e para o favorecimento dos discursos e representações que influíram nos sentidos projetados para viver o espaço urbano.

Seguindo o nobre ofício de historiador-detetive, proposto por Carlo Ginsburg, busquei analisar essas relações – ainda prematuras e que, portanto, merecem um estudo mais aprofundado e amplo – a partir dos *destroços* que o passado deixou como legado; a maior preocupação desta pesquisa não é necessariamente lidar com o imaginário coletivo, mas sim com os mecanismos que foram responsáveis por fabricar conceitos, imagens e representações em torno de um espaço que ficava entre a *Mendigópolis* e o *Recife Novo*, para fazer referencia ao trabalho do Bruno Nery.

Entre os embates existentes no cotidiano nas primeiras décadas do século XX no Recife, percebemos os paradigmas básicos da modernidade, o estético, político e o sanitário, todos eles mediados por representações construídas em torno do que significava ser moderno e que, conforme analisamos, coube aos intelectuais e jornalistas criarem, divulgarem e convencerem a sociedade acerca dessas representações e discursos que moveram os grupos sociais, direta ou indiretamente, em relação a um regime de historicidade conceituado totalmente no ideal de progresso.

As duas categorias antropológicas, indicadas por Koselleck, *espaço de experiencia* e *horizonte de expectativa*, são cruciais para pensar como uma determinada sociedade pensou a sua historicidade num determinado momento histórico, tendo em vista que não há expectativa sem experiência e nem experiencia sem expectativas, havendo o constante uso do passado e do futuro no tempo presente; é justamente a tensão entre a experiencia e a expectativa no presente que formula o tempo histórico. As revistas foram, por assim dizer, espaço privilegiado de análise pois as documentações portam imagens e conceitos que evidenciam que os usos e abusos de determinadas categorias linguísticas (conceitos e palavras) se dão junto às transformações sociais e políticas; estas modificam o uso dos conceitos e imagens, e os conceitos organizam a experiencia social e política concreta. Por fim, carregando uma ideia de sentido

reflexivo e compartilhado, sendo passível de teorização e abstração, os conceitos e imagens indicam que os periódicos, além de fato histórico, são indicadores, que podem nos conduzir para além dos sentidos produzidos por suas páginas; eles nos ajudam a compreender ou pelo menos estar inserido, na complexa rede de relação entre a cultura escrita das primeiras décadas do século XX e os usos políticos da escrita. O real concreto e a palavra adquirem, sem dúvidas, um lugar privilegiado.

Há um movimento unânime, no campo do discurso, por parte de algumas seções e temáticas das revistas que demonstram claramente que a memória não é mais um elemento espontâneo na modernidade; é necessário criar, recriar, reconstituir memórias institucionais que lentamente vão constituindo lugares de memória, no sentido amplo do conceito criado pelo historiador francês Pierre Nora⁸⁹. O que vai se cristalizando como memória, no fundo, são construções discursivas e políticas que ganham sentido mais amplo por meio da cultura escrita no início do século XX. A memória e o esquecimento, portanto, são fabricações que moldam e afirmam a cidade em suas mais variadas dimensões.

⁸⁹ NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Proj. História, São Paulo, (10) dez 1993. In: Les lieux de mémoire. I La République, Paris, Gallimard, 1984, pp. XVIII-XLII. Tradução de Yara Aun Khoury. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763> > Acesso em: 09 dez, 2022

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa objetivou analisar as intersecções entre as principais revistas das primeiras décadas do século XX e os projetos e discursos políticos lançados sobre a cidade pelos respectivos governos que administravam formalmente o espaço público e privado. Em constante diálogo com historiadores basilares para a compreensão do tema, dentre eles Roger Chartier, Ana Luiza Martins, Antonio Paulo Rezende, Jacques Rancière, entre outros, foi possível compreender que o uso político de determinados conceitos e imagens contribuíram para os discursos, projetos e ações modernizantes e, mais além, foram determinantes na definição do imaginário e memórias sobre a cidade. Vale ressaltar que, segundo o filósofo Filipe Campello⁹⁰, de fato, as memórias e os afetos não são propriedades individuais⁹¹, mas modos de relação sociais; eles são a expressão da forma com que sociedades definem suas condições de possibilidade de experiência. Foi analisando parte da história da cidade recifense que ficou claro que, a partir do século XIX, houve por parte dos grupos dirigentes e influentes, o objetivo de superar o próprio passado, visto como velharia e sinônimo de atraso de Pernambuco, a fim de construir um futuro através da difusão do novo, da inovação e do moderno.

Foi dentro desse contexto e panorama histórico que analisamos como o Recife foi publicizado a partir das revistas, um importante meio de comunicação dentre os inúmeros instrumentos que configuram a arte de viver a cidade, segundo Sylvia Couceiro (2003). A recuperação de algumas revistas importantes da cena recifense do início do século XX revelou dimensões insuspeitas de sua potencialidade como impresso numa época presidida pelo significado da mudança. Algumas das

⁹⁰ CAMPELLO, Filipe. *Crítica dos afetos*. Editora Autêntica; 1ª edição, 2022

⁹¹ “Qual o lugar das experiências, dos sentimentos e dos relatos no diagnóstico de injustiças? Sempre sentimos quando estamos diante de situações injustas? De onde fala o teórico ou a teórica na sua intenção de descrever experiências de sofrimento? Afinal, como podemos compartilhar experiências de injustiça? Em uma interlocução com filósofos modernos como Rousseau e Hegel, passando pelo que chama de promessa liberal e pela tradição da teoria crítica, até chegar a autores e autoras ligadas a teorias descoloniais, Filipe Campello defende que as formas de que dispomos para sentir e narrar nossas experiências dependem de um vocabulário que nos antecede enquanto sujeitos e, portanto, não devem ser vistas nos termos de uma propriedade individual. Ao voltar o foco ao horizonte compartilhado que atravessa nossos afetos, podemos explicitar quais experiências podem efetivamente ser vividas e narradas. Isso nos faz ver não apenas que os afetos foram negligenciados em sua potência de crítica social, mas também que essa exclusão foi historicamente um problema de injustiça. Este é um livro sobre a necessidade de novos vocabulários que permitam a liberdade para sermos afetados de outras formas, para contarmos nossas histórias de outras e novas maneiras, sem termos que abandonar a esperança em partilhar de um horizonte comum da crítica.”

considerações levantadas a partir dessa pesquisa é a de que as revistas, como agente ativo de transformação histórica, contribuíram de forma relevante para a ampliação do público leitor, tendo uma significação própria no mercado do impresso; além disso, foi importante como modeladora do quadro social, com rebatimento no plano das ideias, conformando ideários e memórias.

Buscamos, com esta pesquisa, contribuir para a produção científica a respeito da cidade do Recife e sobre o uso dos conceitos e das imagens a fim de compreender a contribuição da imprensa na concretização dos interesses das elites locais; nesse sentido, um dos objetivos desse trabalho foi entender a trajetória de alguns sujeitos importantes no campo jornalístico e intelectual, seguindo o caminho já trilhado pelo historiador Flávio Weinstein Teixeira, em sua obra *“As cidades enquanto palco da modernidade – O Recife de princípios do século”*⁹², que relaciona os melhoramentos materiais e tipológicos aos novos hábitos e comportamentos, baseando sua pesquisa nos jornais e revistas da época, especialmente a *Revista de Pernambuco* e *A Pilhéria*.

Como parte de um conjunto de obras que objetivaram revisar a historiografia nacional sobre as cidades e modernidade, Teixeira desenvolve sua dissertação recorrendo à literatura Foucaultiana, apontando que a necessidade de ordenação, coerção e disciplina recaiu sobre as “classes perigosas”. Sua pesquisa, portanto, foi fundamental para que o nosso trabalho pudesse ser desenvolvido, pois enquanto seu campo de análise se concentra nas intervenções no espaço urbano norteadas e executadas pelos ideais estéticos de embelezamento, o presente trabalho teve como questionamento problematizar o potencial de influência que as revistas porventura poderiam ter e quais os conceitos e representações criadas e naturalizadas de modo a mobilizar um regimento de historicidade de uma sociedade – ou de boa parte dela.

Por mais que nossa pesquisa tenha se concentrado no eixo centro-sul da cidade do Recife, especialmente quando tratamos das transformações urbanas, buscamos inserir as análises das revistas na histórica local sem deixar de lado as transformações sociais, políticas e culturais ocorridas no contexto nacional, a fim de que o Recife pudesse ser interpretado de modo integrado em relação ao período histórico vivenciado no país, especialmente nas principais capitais brasileiras. Ao longo dos capítulos

⁹² TEIXEIRA, Flávio Weinstein. *As cidades enquanto palco da modernidade – O Recife de princípios do século*. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, História, 1995

evidenciamos e refletimos sobre o fato de que há uma grande relação entre a visualidade e as representações sobre um determinado contexto, como também sobre a premissa de que as representações discursivas e imagéticas possuem um forte potencial cognitivo, não sendo uma simples ilustração. Foi partindo disto que mobilizamos alguns conceitos importantes e conclusivos, mas não suficiente, como ideário, representações, identidade, memória, formações discursivas, cultura escrita, memória e usos políticos dos conceitos.

É claro que, como toda produção historiográfica, essa monografia não se encerra em si mesma, havendo uma necessidade de maior aprofundamento e ampla análise quantitativa de mais dados e documentações, especialmente os impressos ainda não tão bem explorados pela historiografia sobre a cidade do Recife. Mas creio que este trabalho é importante, seja por analisar objetos já pesquisados ou na identificação de documentações inéditas, por abrir possibilidades para novas abordagens historiográficas sobre a história das cidades que entrelacem os periódicos, a trajetória e interesses dos sujeitos com atuações significativas nas revistas e, por fim, a dimensão política e simbólica que a produção discursiva e imagética desses impressos. Concluo, por fim, reiterando a necessidade de continuação dessa pesquisa historiográfica, afinal, citando Benjamin, há muitos *destroços* a serem vistos, tocados e remontados.

REFERÊNCIAS

- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro; tradução de Mauro W. Barbosa. São Paulo Perspectiva, 2016 - Debates; 64 / dirigida por J. Guinsburg
- AUGÉ, Marc. Não lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade - 9º ed. - Campinas, SP: Papirus, 2012
- BARROS, José D'Assunção. 2007. "História Das Idéias – Em Torno De Um domínio historiográfico". *Locus: Revista De História* 13 (1). <https://periodicos.ufjf.br/index.php/locus/article/view/20661>.
- BERZIN, Alexandre. Coleções do Museu da Cidade do Recife, 1941/1950
- BENCHIMOL, J. L. - "Pereira Passos - Um Haussman Tropical - As transformações urbanas na cidade do Rio de Janeiro no início do século XX - Tese de Mestrado - 1982 - COPPE - UFRJ - Rio de Janeiro
- BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Obras escolhidas, v. 1. 1ed. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- _____. O capitalismo como religião. Org. Michael Löwy. Trad. Nélcio Schneider. 1ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. São Paulo: Papirus, 1996.
- _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1992b.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis; tradução Diogo Mainardi. - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CASTORIADIS, Cornelius. As Encruzilhadas do Labirinto/2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987
- CERTEAU, Michel. A Escrita da História. 2aed. RJ: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural. Entre práticas e Representações. Lisboa: Difel, 1988.
- CHARTIER, Roger. O mundo como representação. *Revista das Revistas, Estud. Av.* 5 (11), Abr 1991. Disponível em: < <https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000100010> >
- Acesso em: 20 de jun de 2022

CORREIA, Telma de Barros. Gilberto Freyre e Amaury de Medeiros: tensões entre cultos à tradição e messianismo sanitário (Recife, 1923-1926). Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02672020v28e13>

COUCEIRO, Sylvia. A arte de viver a cidade: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos 1920. Recife, UFPE, 2003. (tese de doutorado)

COUCEIRO, Sylvia. “Uma cidade progressista” e sua “gente pitoresca”: imagens do Recife na Revista da Cidade nos anos 1920. n. 10, 15 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.coletiva.org/villa-coletiva-n10?fbclid=IwAR2bU74zz2tmzJuhtoSCVIOovBJQG0XXmoIIMgi85ZwVX8Z8GkToLgSxpd8>

DABAT, Christine Rufino. A produção de Açúcar nas fronteiras da modernidade: o percurso de Henrique Augusto Milet (Pernambuco, século XIX). CLIO - Revista de Pesquisa Histórica - n. 30.2, 2012

DE LUCA, Tania Regina. Histórias dos nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo: Editora Contexto, 2008, p. 111 –154.

EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança. A indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. -As máscaras da cidade. In: O olhar periférico. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 1993.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Os significados urbanos*. Coleção Acadêmica, volume 31. São Paulo, Edusp, Fapesp, 2000

FREYRE, Gilberto. Casas de Residências no Brasil. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, nº 26, 1997

GUERRA, Flávio. **O conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

HABERMAS, Jürgen. A inclusão do outro. Estudos de teoria política. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

_____. Consciência moral e agir comunicativo. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. Mudança Estrutural da Esfera Pública. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

_____. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003b, 2 v.

KOSELLECK, Reinhart. Estratos do tempo: estudos sobre História; tradução Markus Hediger. – 1. Ed. – Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2014.

KOSELLECK, R. Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contratempo (PUC-Rio). 2006

KOSELLECK, R. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134-146

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LUBAMBO, Cátia Wanderley, 1961 - O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero. Recife, CEPE/Fundação de Cultura do Recife, 1991

MARTINS, Ana Luiza. Revista em Revistas: Imprensas e Práticas Culturais em Tempos de República. São Paulo (1890 – 1922). – 1º ed. 1º reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fafesp, 2008

MINOIS, Georges. História da solidão e dos solitários. traduzido por Maria das Graças de Souza. - São Paulo: Editora Unesp, 2019.

MOREL, Marco. BARROS, Mariana Monteiro de. Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil no século XIX. – Rio de Janeiro: DP&A, 2003

MOREIRA, Fernando Diniz. A Construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). Recife, UFPE, 1994 (Dissertação de Mestrado)

NASCIMENTO, Bruno Nery do. Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 - 1926). 2016. 152 f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.

NASCIMENTO, Luíz do. História da Imprensa em Pernambuco (1821 – 1954). Recife: UFPE, Imp. Universitária, 1966. Disponível em: <https://www.fundaj.gov.br/geral/200anosdaimprensa/historia_da_imprensa_v08.pdf> Acesso em: 17 de Agosto de 2021

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Revista Projeto História, São Paulo (10), dez. 1993, pp. 7-28

PELIZZOLI, Marcelo L. *Levinas: a reconstrução da subjetividade*. Porto Alegre: Editora da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (Editora PUCRS), 2002

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano - Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre*. - 2 ed. - Porto Alegre: Ed. Universidade / UFRGS, 2002.

PONTUAL, Virgínia; MILFONT, Magna; PICCOLO, Rosane. *O antigo e o moderno no Recife: as práticas e a construção de identidades urbanísticas*. Anais XII ENANPUR – XII Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. Belém: 2007

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política* / Jacques Rancière; tradução de Mônica Costa Netto. – São Paulo: EXO experimental org.; Ed. 34, 2005.

_____. *Figuras da historia*. tradução Fernando Santos. - 1º ed. - São Paulo: Editora Unesp, 2018.

_____. *Políticas da escrita*. / Jacques Rancière; tradução de Raquel Ramallete... [et al] – Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 256 p. [Coleção TRANS].

REVISTA DA CIDADE. Acervo: Fundação Joaquim Nabuco. Recife: Empresa Gráfico-Editora, 1926-1929, no 1-176. Disponível em: <<https://www.fundaj.gov.br/index.php/publicacoes-digitalizadas/9997-revista-da-cidade>> Acesso em Jul de 2021.

REYNALDO, Amélia. *As catedrais continuam brancas: planos e projetos do século XX para o centro do Recife*; apresentação Joaquim Sabaté. - Recife: Cepe, 2017

REZENDE, Antônio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte* / 2 ed. - Recife: Ed. UFPE, 2016.

REZENDE, A. P. O RECIFE NOS ANOS VINTE: as imagens e vestígios do moderno e os tempos históricos. **REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO**, [S. l.], v. 19, p. 129–140, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/6508> Acesso em: 31 jan. 2022.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias: Intelectuais, Arte e Meios de Comunicação*. São Paulo, Edusp. 1997.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e Memória*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

SENNETT, Richard. O declínio do homem público. Edição brasileira: São Paulo, Companhia das Letras, 1988

SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SIMMEL, Georg. A tragédia da cultura. 1º ed. Ed. Iluminuras, 2020

SOUZA BARROS, M. A década de vinte em Pernambuco (uma interpretação). Recife: FCCR, 1985.

TAUNAY, Afonso E, 1983 (1956). A missão artística de 1816. Brasília, Editora Universidade de Brasília. (Temas Brasileiros, 34)

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. As cidades enquanto palco da modernidade – O Recife de princípios do século. Recife: Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH, História, 1995

TOLLENARE, Louis-François de. Notas dominicais. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VIEIRA, Daniel de Souza Leão. Paisagens da cidade: os olhares sobre o Recife nos anos 1920. Recife, UFPE, 2003. (Dissertação de Mestrado)

VAUTHIER, Louis Léger. Casas de Residência no Brasil: carta III a César Daly. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, n. 7, p. 128-208. Disponível em:
http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=G:/Trbs_N/RevIphan.docpro.
 Acesso em: 14 de mar. 2022.

WILLIAMS, Raymond. O Campo e a Cidade na história e na literatura. Trad. por Paulo Henrique de Britto. São Paulo; Cia das Letras, 1989